

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Administração Pública

Rhideme Souza Pereira

AVANÇOS E DESAFIOS EM ÁREAS PROTEGIDAS: Um estudo da APA do Alto do
Mucuri no município de Ladainha -MG

Teófilo Otoni

2018

Rhideme Souza Pereira

**AVANÇOS E DESAFIOS EM ÁREAS PROTEGIDAS: Um estudo da APA do Alto do
Mucuri no município de Ladainha -MG**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ivana Carneiro Almeida

**Teófilo Otoni
2018**

Ficha Catalográfica
Preparada pelo Serviço de Biblioteca/UFVJM
Bibliotecário responsável: Gilson Rodrigues Horta – CRB6 nº 3104

P436a Pereira, Rhideme Souza.
2019 Avanços e desafios em áreas protegidas: um estudo da APA do Alto do Mucuri no município de Ladainha-MG. / Rhideme Souza Pereira. Teófilo Otoni, 2019.
129 p. ; il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, 2019.

Orientador: Prof^a. Dra. Ivana Carneiro Almeida.

1. Unidades de conservação. 2. Área de proteção ambiental. 3. Vale do Mucuri. 4. Ladainha. I. Título.

CDD: 353

RHIDEME SOUZA PEREIRA

**AVANÇOS E DESAFIOS EM ÁREAS PROTEGIDAS: Um estudo da APA
do Alto do Mucuri no município de Ladainha-MG**

Dissertação apresentada ao
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA, nível de MESTRADO como
parte dos requisitos para obtenção do
título de MAGISTER SCIENTIAE EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Ivana
Carneiro Almeida

Data da aprovação : 05/11/2018

Prof. Dr.^a IVANA CARNEIRO ALMEIDA - UFVJM

Prof. Dr. MARCIO ACHTSCHIN SANTOS - UFVJM

Prof. Dr.^a MIRELLE CRISTINA DE ABREU QUINTELA - UFVJM

Prof. FÁBIO LEMES DE SOUZA - UNIPACTO

À minha mãe,
Que desde sempre acreditou nesse sonho.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é sem dúvidas a melhor forma de começarmos e terminarmos algo. E por tudo que vivenciei durante esse processo sou imensamente grata a Deus, que me permitiu percorrer essa jornada e chegar até aqui.

Agradeço à minha família, minha mãe Tiana e meus irmãos Lana e Rangel, que sonharam e viveram comigo esse sonho, vocês são a minha maior motivação.

Sou grata a todos os professores que contribuíram com a minha formação, desde o ensino básico, até a graduação e agora no mestrado. Especialmente à minha orientadora, professora Ivana, que me apoiou, incentivou e encorajou nos momentos difíceis, vou sempre me recordar com carinho dos seus olhos brilhando e da empolgação durante as aulas, orientações e conselhos que levarei para a vida. E aos professores que aceitaram participar das bancas de qualificação e defesa desta dissertação, prof. Márcio Achtschin, prof^a Mirelle Cristina, prof. Fábio Lemes.

Agradeço aos colegas de turma, que para além disso se tornaram amigos, companheiros e parceiros de jornada: Allan, Dayane, Ervânio, Fernanda, Jefferson, Kellen, Luana, Luiz, Marcélia, e Maria Gisenilda. Vocês são os melhores! Obrigada por tudo que vivemos nesse curto período de tempo e por tudo que ainda viverei na companhia desses 10 amigos que levo como presente do mestrado.

Gratidão à UFVJM, aos colegas da FACSAB e do Departamento de Serviço Social, e aos queridos amigos Cynthia, Éder, João Cesar, Kellen, Kenny, Moara, Mansly, Nicson, Pedro e Rogério.

Agradeço a todos e todas que contribuíram gentilmente participando desta pesquisa, sem a disponibilidade e atenção de vocês esse trabalho não seria possível. Obrigada aos participantes do IEF, da EMATER/Ladainha, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ladainha e Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente de Ladainha.

Agradeço à Izabela, Bruna, Lauanda, Polly e Lucas pela amizade, companheirismo e compreensão em todos os momentos da minha vida e principalmente nos últimos dois anos.

E agradeço de forma especial ao Rhamon e ao João Cesar pela ajuda fundamental no desenvolvimento desta pesquisa, sem vocês este trabalho não teria alcançado o teor e a qualidade merecida.

A vida não é sobre metas, conquistas e linhas de chegada, é sobre quem você se torna nessa caminhada (Gisele Ferreira).

RESUMO

A APA do Alto do Mucuri contribui para a conservação de uma das regiões com maior cobertura vegetal nativa do Bioma da Mata Atlântica em Minas Gerais, colaborando de forma decisiva para a preservação dos recursos hídricos e da vegetação nativa na região. Esta dissertação teve como objetivo analisar o processo de instituição da APA do Alto do Mucuri e os principais avanços e desafios vivenciados no município de Ladainha – MG. A partir de uma metodologia qualitativa de caráter interpretativo, buscou-se compreender os fenômenos de criação, implantação e amadurecimento da APA junto à comunidade de Ladainha. A análise de conteúdo das entrevistas realizadas com atores sociais envolvidos no processo permitiu identificar a presença de conflitos, resistências, desafios, e também de diálogo, participação, avanços e melhorias nos processos que fizeram parte da instituição da APA. Como parte da pesquisa foi possível apresentar uma breve caracterização da APA do Alto do Mucuri e alguns fatores que antecederam a sua criação, desde as investidas para desbravamento da região do Vale do Mucuri, seu processo de ocupação territorial, as degradantes atividades econômicas que se estabeleceram ao longo dos anos na região, o perfil socioeconômico dos seus municípios, até os recentes interesses em preservar e resgatar os seus ecossistemas e riquezas naturais. Em se tratando dos resultados da pesquisa, foram elencados, a partir das evocações das falas dos entrevistados, os principais avanços e desafios que se apresentam à APA do Alto do Mucuri em Ladainha, dentre os quais: promoção da conscientização e educação ambiental, reconhecimento de melhorias na qualidade da água e qualidade de vida da população, estabelecimento de processos de diálogo com a sociedade local, falhas no processo de comunicação, questões culturais que ainda se tornam uma barreira para a mudança de hábitos e práticas econômicas que trazem impactos ambientais negativos. Considerando a importância da questão ambiental enquanto saber multidisciplinar que se abre como um leque de possibilidades aos diversos saberes que a ele se somam e lhe são complementares, espera-se que este estudo venha contribuir com o preenchimento de lacunas no conhecimento referente à literatura que trata das Áreas de Proteção Ambiental e com o acervo de pesquisas e estudos sobre a Região do Vale do Mucuri, além das contribuições esperadas para melhor gerenciamento e conhecimento da APA do Alto do Mucuri.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Área de Proteção Ambiental. Vale do Mucuri. Ladainha.

ABSTRACT

The APA of Alto do Mucuri contributes to the conservation of one of the regions with the highest vegetation cover of the Atlantic Forest Biome in Minas Gerais, collaborating in a decisive way for the preservation of water resources and native vegetation in the region. This dissertation had as objective to analyze the process of institution of the APA of Alto do Mucuri and the main advances and challenges lived in the city of Ladainha - MG. From a qualitative methodology of interpretative character, we sought to understand the phenomena of creation, implantation and maturation of the APA in the community of Ladainha. The analysis of the content of the interviews with social actors involved in the process allowed the identification of conflicts, resistance, challenges, as well as dialogue, participation, advances and improvements in the processes that were part of the APA institution. As part of the research, it was possible to present a brief characterization of the APA of Alto do Mucuri and some factors that preceded its creation, from the investments for clearing the Mucuri Vale region, its territorial occupation process, the degrading economic cycles that were established over the years in the region, the socioeconomic profile of its municipalities, to recent interests in preserving and recovering its ecosystems and natural resources. Regarding the results of the research, the main advances and challenges presented to the Alto do Mucuri APA in Ladainha were listed, among them: the promotion of awareness and environmental education, recognition of improvements in water quality and quality of life of the population, establishment of dialogue processes with local society, failures in the communication process, cultural issues that still become a barrier to changing habits and economic practices that bring negative environmental impacts. Considering the importance of the environmental question as a multidisciplinary knowledge that opens up as a range of possibilities to the various knowledge that complement and complement it, it is hoped that this study will contribute to the filling of gaps in knowledge regarding the literature that deals with Environmental Protection Areas and with the collection of research and studies on the Mucuri Vale Region, in addition to the expected contributions for better management and knowledge of the APA of Alto do Mucuri.

Keywords: Conservation units. Environmental Protection area. Vale do Mucuri. Ladainha.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Antiga sede da Estação de Ferro Bahia e Minas em Ladainha	59
Figura 2 – Pedra de Ladainha conhecida como “Marta Rocha”	59
Figura 3 – Túnel que passava a Estrada de Ferro Bahia-Minas em Ladainha.....	60
Figura 4 – Região Central de Ladainha	60
Figura 5 – Proposta de Localização do Refúgio de Vida Silvestre Nascentes do Mucuri	64
Figura 6 – Mapa de Localização da APA do Alto do Mucuri.....	67
Figura 7 – Gráfico de Classificação Hierárquica Descendente do corpus textual.....	74
Figura 8 – Análise por Nuvem de Palavras	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Categorias de Manejo e dispositivos legais com relação à criação de Áreas Protegidas no Brasil antes da Lei nº 9985/2000	32
Tabela 2 – Categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável	38
Tabela 3 – Informações gerais e características do município de Ladainha	60
Tabela 4 – Resumo Informações da Unidade de Conservação	68
Tabela 5 – Lista de palavras das classes geradas a partir do teste qui quadrado (x^2).....	75
Tabela 6 – Avanços e Desafios da APA do Alto do Mucuri em Ladainha	102

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 GESTÃO AMBIENTAL E DEMOCRACIA NA ESFERA PÚBLICA	14
2.1 Esfera pública	14
2.2 Modelos normativos da democracia	17
<i>2.2.1 Democracia deliberativa em Habermas.....</i>	<i>21</i>
2.3 Atores sociais e suas influências na questão ambiental.....	25
3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL	29
3.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC	34
<i>3.1.1 Unidades de Conservação de Uso Sustentável</i>	<i>36</i>
<i>3.1.2 Áreas de Proteção Ambiental (APA).....</i>	<i>39</i>
4 METODOLOGIA DE PESQUISA	43
4.1 Delimitação da pesquisa.....	43
<i>4.1.1 Cuidados éticos</i>	<i>44</i>
4.2 Classificação da Pesquisa.....	44
<i>4.2.1 Enfoque Metodológico.....</i>	<i>46</i>
4.3 Método de coleta dos dados	48
4.4 Método de interpretação e análise	50
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	53
5.1 O Vale do Mucuri: fatores de ocupação territorial.....	53
<i>5.1.1 Ladainha e os fragmentos de exuberância do Mucuri</i>	<i>57</i>
5.2 APA do Alto do Mucuri	61
<i>5.2.1 Fatos que antecederam a APA</i>	<i>61</i>
<i>5.2.2 Origem e criação.....</i>	<i>65</i>
5.3 Caracterização dos atores entrevistados	70
5.4 Descrição das classes e categorias de análise.....	72
5.5 Processo de implantação	79
<i>5.5.1 Resistência.....</i>	<i>79</i>
<i>5.5.2 Desafios</i>	<i>84</i>
5.6 Processo de desenvolvimento.....	86
<i>5.6.1 Conflito e Participação</i>	<i>87</i>
5.7 Processo de amadurecimento	93
<i>5.7.1 Diálogo.....</i>	<i>93</i>
<i>5.7.2 Avanços e Melhorias</i>	<i>98</i>

5.8 Avanços e Desafios.....	102
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

1 INTRODUÇÃO

Os debates acerca da questão ambiental têm ganhado força nas últimas décadas, se inserindo em diversas áreas de conhecimento enquanto tema multidisciplinar e no cotidiano da vida em sociedade como um direito universal que impõem ao poder público e à sociedade a contrapartida do dever de preservá-lo para as atuais e futuras gerações. Como consequência de um modelo desenvolvimentista reconhecidamente insustentável, a eminência de uma crise ambiental planetária e a busca por alternativas que levem em consideração o fato de que os recursos ambientais são limitados, a necessidade de superação das desigualdades sociais, o respeito às diversidades culturais e formas justas de crescimento econômico, o apelo por maior cooperação entre os países culminou em diversas conferências, fóruns e acordos internacionais a partir da segunda metade do século passado.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente realizada em Estocolmo no ano de 1972, a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum em 1978, e a Assembleia Geral da ONU em 1983 para criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, foram marcos balizadores da questão ambiental em nível global, a partir dos quais surgiu e ganhou popularidade o termo “desenvolvimento sustentável”, advindo de outras nomenclaturas como ecodesenvolvimento, que, no entanto, não alcançou a mesma notoriedade.

No Brasil, as legislações voltadas à proteção ambiental já existentes até então, ganharam novas reformulações, tornando-se, inclusive, um direito fundamental dentro dos preceitos democráticos da Constituição Federal de 1988, com um capítulo exclusivo sobre Meio Ambiente. Mais tarde, em 1992, o país sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 e ECO92 - Cúpula da Terra, que reuniu chefes de estado de 176 países para discutir questões ambientais e iniciativas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, que resultou na criação da Agenda 21 de compromissos e metas internacionais, seguida das Conferências Rio +10 em 2002, realizada na cidade de Joanesburgo na África do Sul, e Rio +20 em 2012, realizada novamente na cidade do Rio de Janeiro.

Dentre os diversos compromissos firmados internacionalmente, a proteção dos recursos naturais atrelada às condições de desenvolvimento social e econômico tem sido uma das principais metas a serem alcançadas pelos países envolvidos, especialmente aqueles considerados em desenvolvimento. Nesse sentido, o empenho do Brasil “para ampliar a cobertura das unidades de conservação não é uma ação isolada mas vem acompanhando o

esforço de conservação mundial que teve um significativo avanço nas últimas duas décadas” (MEDEIROS, YOUNG, 2011, p. 16).

A partir do ano 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, houve um aumento considerável no quantitativo de unidades de conservação no Brasil. Atualmente há um total de 2.227 unidades, conforme informações obtidas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do Ministério de Meio Ambiente. Entretanto, a política de criação de unidades de conservação nem sempre tem se mostrado efetiva nas diversas esferas governamentais, visto que são inúmeros os desafios para implementação e gestão desses espaços, especialmente no que diz respeito ao envolvimento da população residente.

Diante desse contexto, as Áreas de Proteção Ambiental- APA, pertencem ao grupo de unidades de conservação de uso sustentável e formam a categoria com maior expressividade em termos territoriais, representando 30,78% da cobertura de unidades de conservação no Brasil (MMA, 2018). Para além das metas governamentais, a criação de inúmeras Áreas de Proteção Ambiental no território brasileiro pode vir de outras motivações, como por exemplo, questões políticas, econômicas, turísticas, ou até mesmo a partir dos anseios da própria comunidade local. Em todo caso, a criação de unidades de conservação envolve vários requisitos legais e um conjunto de procedimentos necessários à sua criação, implementação e gestão.

Assim, esse estudo se torna relevante por abordar a questão ambiental no contexto das unidades de conservação e por instigar a necessidade de compreensão das motivações e processos que envolvem a instituição de áreas de proteção ambiental no Brasil. Tendo em vista que a grande maioria das pesquisas sobre unidades de conservação no país assumem um caráter essencialmente técnico, voltando-se mais especificamente para as características bióticas, geográficas, estatísticas e do manejo ambiental dessas áreas, ao passo que ainda há poucas pesquisas que abordem os processos inerentes à criação, gestão, participação democrática, estratégias comunicativas e os avanços e desafios enfrentados no interior das áreas de proteção ambiental.

A escolha do tema e a opção por adotar uma abordagem de pesquisa qualitativa se justificam, primeiramente, pela motivação pessoal e acadêmica da pesquisadora que despertou um interesse pela temática da questão ambiental enquanto saber multidisciplinar que se abre como um leque de possibilidades aos diversos saberes que a ele se somam e lhe são complementares e necessários. Segundo, por acreditar que seja de fundamental importância o uso de metodologias que possibilitem novos olhares e denotem novas perspectivas da questão ambiental, especialmente no campo de públicas, que lida diretamente com as políticas ambientais e sua articulação junto aos diversos atores sociais.

Assim, considerando o interesse pessoal e acadêmico em investigar os elementos da gestão ambiental na esfera pública é que se definiu como objeto deste estudo o processo de instituição da Área de Proteção Ambiental do Alto Mucuri, localizada no nordeste do estado de Minas Gerais. A partir do qual surgiu o seguinte questionamento: Como ocorreram os processos de criação e implementação da APA - Alto do Mucuri no município de Ladainha/MG?

No intuito de responder a essa questão, o objetivo geral desta dissertação foi analisar o processo de instituição da APA do Alto do Mucuri, os principais avanços e desafios vivenciados no município de Ladainha – MG.

De forma específica foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Identificar os principais atores envolvidos com a APA - Alto do Mucuri em Ladainha.
- Apresentar o contexto histórico de criação da APA no Vale do Mucuri
- Analisar, a partir do discurso dos atores envolvidos, elementos dos processos de criação, implantação e gestão da APA do Alto do Mucuri em Ladainha.
- Apontar os principais avanços e desafios vivenciados no Município de Ladainha com a criação da APA do Alto do Mucuri.

Para tanto, o roteiro metodológico adotado tem como base uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativo. A coleta de dados sobre a APA do Alto do Mucuri foi realizada em fontes primárias e secundárias, por meio de entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos com APA em Ladainha, e por meio de informações obtidas em sites governamentais e não governamentais, legislações, e outros documentos públicos. Por fim, foi empregado o método de análise de conteúdo, a partir do qual foi possível proceder com a análise dos resultados.

Em sua estrutura, além desta introdução que é a primeira sessão, a pesquisa foi dividida da seguinte forma: A segunda sessão, GESTÃO AMBIENTAL E DEMOCRACIA NA ESFERA PÚBLICA, faz um resgate dos elementos da esfera pública enquanto espaço de interação social e democratização da gestão ambiental, que se perfaz um direito e dever de todos. No qual são apresentados alguns conceitos de esfera pública; dos modelos normativos da democracia; e dos atores sociais e suas influências na questão ambiental. A terceira sessão, CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL, traz um breve retrospecto do surgimento das unidades de conservação no Brasil, contextualizando a origem do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e das Áreas de Proteção Ambiental enquanto segmento de unidade de conservação de uso sustentável. Na quarta sessão, METODOLOGIA DE PESQUISA, são apresentados os caminhos e métodos utilizados para construção deste trabalho, detalhando-se a sua classificação, enfoque metodológico, cuidados éticos, método de

coleta, tratamento, interpretação e análise das informações. Na quinta sessão, RESULTADOS E DISCUSSÕES, são apresentados os resultados da pesquisa empírica, que inicia com uma breve contextualização dos fatores de ocupação territorial da região do Vale do Mucuri; do histórico de surgimento da APA do Alto do Mucuri nesse contexto, algumas características e elementos socioambientais do município de Ladainha- MG que se situa no centro da unidade de conservação e tem todo o seu território contemplado pela APA; o detalhamento do método de análise de conteúdo utilizado, e por fim, a análise das categorias que emergiram com a pesquisa; e os principais avanços e desafios identificados no município de Ladainha a partir da criação da APA do Alto do Mucuri. A sexta e última sessão contém alguns apontamentos e CONSIDERAÇÕES FINAIS sobre os resultados da pesquisa e o que foi possível alcançar dentro dos objetivos propostos.

2 GESTÃO AMBIENTAL E DEMOCRACIA NA ESFERA PÚBLICA

2.1 Esfera pública

As concepções de esfera pública caminham em uma linha do tempo, cujos primórdios se estabelecem desde a Grécia Antiga com a *pólis* grega, na qual, através da retórica e da arte política se tem um espaço de manifestação da vida política comum aos cidadãos (ARENDRT, 2007). Neste sentido, Arendt (2007) delinea como “público” aquilo que é do domínio de todos, que está acessível, que comunga do interesse coletivo. Jürgen Habermas, em sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, considera como “público” os eventos que estão abertos e acessíveis a todos. Outros autores como Sandra Jovchelovitch e Norberto Bobbio, trazem uma descrição do conceito de “público” como contraponto à ideia daquilo que é privado (CHAVEZ, 2004), o que tem se tornado uma clássica dicotomia quando o debate se volta à caracterização do que é a “esfera pública”.

As diversas mudanças históricas no âmbito das estruturas sociais, políticas, econômicas, etc., em alguns momentos acentuaram essa dicotomia entre o público e o privado, e, em outros, proporcionaram uma aproximação dessas ideias em uma espécie de “interpenetração” ou “interdependência” entre os universos daquilo que é tido como de domínio público e de domínio privado (HABERMAS, 1984; ARENDRT, 2007).

Arendt explica essa distinção a partir do conceito de *vita activa*, que, por sua vez, se desdobra nas esferas do labor, do trabalho, e da ação. Em que, o labor estaria relacionado às condições primeiras de subsistência e manutenção da vida humana, o trabalho, à produção de bens e condições duráveis para consumo humano e usufruto da comunidade, e a ação, à efetivação da vida política praticada de forma dialógica por um coletivo de homens livres e iguais (TESSMANN, 2007). Tomando como base os pressupostos do labor, do trabalho e da ação empreendidos por Hannah Arendt, alguns autores propõem uma abordagem histórica que retrata aspectos da esfera pública frente à dicotomia público/privado desde a antiguidade até as sociedades contemporâneas.

Fazendo-se um paralelo, é possível destacar que, durante a Antiguidade havia uma acentuada divisão entre os espaços da vida pública e da vida privada, com a esfera do trabalho como intermediário entre os planos opostos do labor (vida privada) e da ação (vida pública) (TESSMANN, 2007), cabendo ressaltar que, nesse período o conceito de cidadão era intrínseco aos homens livres e donos de propriedades, ou seja, tanto as mulheres, como as crianças e os escravos, além de se excetuarem desse grupo, estavam subordinados ao poder do “chefe de família”, e, portanto, resignados ao seio da vida íntima e privada (ANTUNES, s.d.).

Na Idade Média a linha divisória entre público e privado foi se atenuando, com uma certa ascensão do privado em relação ao público, em que tensões entre a treva da vida cotidiana e a luz que representaria o espírito sagrado, somado aos preceitos de bem comum, contribuíram para um desinteresse pelas questões políticas. Além da supremacia do sagrado sobre o social e o político no período de queda do Império Romano, é possível observar que durante o feudalismo houve um movimento de interpenetração da esfera pública no âmbito da esfera privada por meio do mando e da centralização de poder na figura do senhor feudal, que, diferentemente do chefe de família na *pólis* grega, exercia a administração da justiça e da lei nos domínios da vida pública e da vida privada (TESSMANN, 2007; ANTUNES, s.d.).

Com o advento da Modernidade, o palco da ação passa a ser ocupado cada vez mais pelas relações de trabalho. Nesse período, uma ascensão do individualismo, das sociedades de classes e de massas, levou a uma mudança ainda mais substancial nas concepções de público e privado, uniformizando os limites entre essas esferas a partir de uma atomização da sociedade e da supremacia do social (TESSMANN, 2007; ANTUNES, s.d.). “A partir de então, a sociedade passa a constituir uma esfera pública homogênea, formada por um conjunto de indivíduos representados pelo ente artificial do Estado, o qual encarna o social e se opõe a um único elemento – o indivíduo” (TESSMANN, 2007, p. 11).

A redefinição dos lugares daquilo que se tinha como público e como privado, especialmente a partir da ascensão do interesse da burguesia pelas questões políticas, que outrora eram tratadas apenas no âmbito Estatal, culminou numa maior expressividade de “sujeitos privados com opinião própria”, com capacidade de demandarem e contraporem coletivamente as decisões tomadas de forma discricionária pelo poder público estatal (SOUZA, 2000, p. 60).

As novas bases que se estabeleceram entre a vida privada (do domínio da casa, da família, da intimidade) e a vida pública (de domínio da ação política e daquilo que é comum), e ainda com a inserção da categoria “economia” (dos domínios do mercado e das relações contratuais de trabalho), constituem universos distintos e ao mesmo tempo inter-relacionais para as ideias de público, privado e mercado (AVRITZER, 2012).

Segundo Avritzer (2012, p. 384) essa dimensão dualista expressa nas mudanças ocasionadas pela modernidade ocidental, especialmente “a diferenciação entre as esferas econômica e familiar com a abolição da escravidão, e a diferenciação entre Estado e sociedade causada pela especialização sistêmica do Estado moderno”, fez surgir, durante o século XIX, uma nova categoria denominada “sociedade civil”, que, segundo Habermas, constituiu-se a

partir das esferas da ação que fundamentam o “mundo da vida das pessoas e famílias (esfera privada) e do cidadão (esfera pública)” (LOEBEL, 2007, p.4).

Na contemporaneidade, Tessmann (2007) explica que as mudanças nas bases comunicacionais em todo o planeta, a partir da sociedade da informação, trouxeram novas transformações que aproximaram e entrelaçaram cada vez mais as ideias de público e privado, o que por sua vez, tem contribuído com um crescente encolhimento do espaço público, em um mundo marcado pelo individualismo e fragmentação das relações sociopolíticas frente ao crescente “evitamento e separação dos indivíduos”. Nesse ponto a autora considera que:

A globalização, desse modo, vai levando a racionalidade do mercado a expandir seu poder sobre âmbitos que necessariamente não são econômicos, espalhando-se sobre questões políticas, tecnológicas e culturais que têm reflexos, inclusive, sobre o modo como cada ser humano se comporta e vê o mundo ao seu redor (TESSMANN, 2007, p. 13).

Diante desse novo cenário, a partir de uma perspectiva habermasiana, Losekann (2009, p. 43) considera que “esfera pública e esfera privada não estão desconectadas; pelo contrário, cada uma tem ressonância na outra”. Os aspectos tematizados na esfera pública são captados e realçados pela esfera privada, que por sua vez, incorpora e tematiza debates que influenciam no cotidiano das pessoas, problematizando-os e ressonando-os em debates públicos novamente. Ou seja, os universos da esfera pública e da esfera privada não estão separados por questões inerentes ao conteúdo de suas temáticas, o fator que as diferencia é intrínseco às modificações nas condições de comunicação que residem em cada esfera e paralelamente em ambas (LOSEKANN, 2009).

Para Habermas (1984) as novas dimensões entre o público e o privado transitam numa relação de dependência e coexistência entre ambos, num processo de interpenetração entre as esferas Estado e sociedade, resultando no que se pode denominar como esfera pública. A partir desses pressupostos, considerando as diversas mudanças na relação Estado e sociedade, e as diversas formas de inserção e participação da população nas decisões políticas, desde a *pólis* grega, ascensão da burguesia, até as sociedades democráticas de direito, chega-se à esfera pública como um espaço de “legitimação do poder público”, ou seja, a partir do momento em que “um tema ganha publicidade, isto significa que será submetido a uma avaliação pública. Aí reside o ponto fundamental da noção de esfera pública para a teoria democrática” (LOSEKANN, 2009, p. 39).

Em uma conferência ao programa Fronteiras do Pensamento, o sociólogo e historiador Richard Sennett apontou que, dentre as diversas funções que a esfera pública desempenha

enquanto espaço de sociabilidade, uma delas é a de conectar as pessoas para a ação coletiva no sentido político, não se limitando somente a esta, é claro, especialmente num contexto de interações e fluxos de informações globais cada vez mais rápidos. No entanto, conforme vislumbrado por Habermas, “a esfera pública seria justamente a totalidade desta rede formada por inúmeras instâncias de públicos transversais, sobrepostos e em vários níveis diferentes, contudo, sempre ligados por algum ponto, seja de conteúdo, vínculos sociais, etc.” (LOSEKANN, 2009, p. 50).

Nesse sentido, “torna-se possível compreender as esferas pública e privada não como mediações e sim como esferas que se encontram também dentro do mundo da vida, com as quais a economia e o Estado podem manter relações de entrada e saída [*input-output*]” (KRITSCH, 2014, p. 254), relações estas, que fazem da esfera pública o lugar de integração social e da prática política, que por sua vez, também se faz um espaço de conflitos e de exercício da democracia.

Para tanto, a autonomia que se espera dos diferentes atores sociais no âmbito da esfera pública precisa alcançar, através de práticas comunicativas que levem ao entendimento entre esses atores, legitimidade perante a ordem jurídica estabelecida, da mesma forma em que o direito precisa legitimar-se perante a sociedade para que suas normas sejam consensualmente aceitas (HABERMAS, 1997). Nesse sentido, Faria (2015, p. 317) considera que “a ideia de que o cidadão deve ser autor do direito do qual é destinatário relaciona-se diretamente à garantia de sua autonomia pública, ou seja, de seus direitos de participação democrática em determinada comunidade”.

Para melhor compreensão do processo de democratização da esfera pública, e, conseqüentemente, dos processos que envolvem as práticas de gestão dos bens e recursos de uso comum, como é o caso do meio ambiente, propõem-se a seguir um breve resgate conceitual dos modelos normativos da democracia, com maior enfoque à democracia deliberativa, a partir da qual, que é aquela que mais se aproxima das complexas relações que permeiam a questão ambiental.

2.2 Modelos normativos da democracia

O conceito de democracia tem se tornado amplo e plural, assumindo sentidos diferenciados nos países que adotam esse regime político, e inclusive dissenso entre os teóricos e cientistas políticos em todo o mundo. Quatro diferentes modelos políticos de democracia ganham destaque na literatura a partir das formulações de teóricos como Max Weber, Joseph

Schumpeter, Robert Dahl, Jürgen Habermas, Macpherson e Carole Pateman (GRIGOLI, 2014). “Na raiz desse debate está a representação política, inevitável nas sociedades contemporâneas, que estabelece uma série de desafios a serem superados pelas sociedades ocidentais da modernidade” (GRIGOLI, 2014, p. 125), e, juntamente com a complexidade do mundo contemporâneo, mais complexas se tornaram as relações de poder e de compartilhamento de responsabilidades em torno das questões de interesse público.

Diferente dos modelos de governo em que as decisões estão centradas em um único indivíduo ou em um grupo detentor do poder, como nos casos das monarquias e oligarquias, nos governos democráticos as decisões são tomadas no âmbito coletivo, ou seja, o poder de decisão política deve estar pautado na vontade do povo (BOBBIO, 2005), com maior ou menor grau de poder de decisão e de participação dos cidadãos. Desde os tipos de democracia direta à indireta, semidireta ou deliberativa.

Nesse sentido, com base nos tipos de democracia acima, os quatro principais modelos de democracia que podem ser destacados na literatura são os de democracia elitista, liberal-pluralista, participativa e deliberativa. Grigoli faz um resgate desses conceitos a partir dos principais teóricos que os enredaram, abordando “desde concepções tecnocráticas de governo até visões de sociedades de ampla participação política” (GRIGOLI, 2014, p. 125).

Partindo dos modelos elitista e liberal-pluralista, com Max Weber e Joseph Schumpeter como alguns dos seus principais expoentes teóricos, cujas inspirações partem de premissas tecnicista e científico racional, tem-se em Weber a visão da democracia como sendo a representação de um modelo político com potencial para cessar o totalitarismo da burocracia, cujas premissas perpassavam duas vertentes: a das ideologias e disputas entre as potenciais lideranças, e a do caráter institucional de outorga de poder aos vencedores da luta por maior número de votos (GRIGOLI, 2014).

Nesse sentido, considerando o cenário político vivenciado no final do século XIX, “Weber defendia um modelo de democracia representativo fundamentado especialmente na seleção de líderes qualificados e competentes para o exercício da política” (GRIGOLI, 2014, p. 116). Em termos gerais, ele “visualizava a democracia em seu sentido procedimental, ou seja, como sistema de escolhas de lideranças políticas pelas massas, sem, entretanto, ultrapassar esse limite no que diz respeito à participação popular na condução política da nação” (VALENTE, 2004, p. 149).

Schumpeter, por sua vez, via na democracia uma forma de “proteção contra a temida ‘tirania da maioria’, de John Stuart Mill” (GRIGOLI, 2014, p. 117), definindo-a como o mecanismo político que confere ao cidadão o direito de votar, e assim, escolher de tempos em

tempos os seus representantes políticos. Nesse ponto, Schumpeter compartilha da visão de Weber reforçando “a ideia de democracia como um método de escolha gerenciado por uma minoria que governa de forma legítima, e restringe a participação do povo ao voto, isto é, à escolha dos governantes por meio de um sistema eleitoral estável e organizado” (GRIGOLI, 2014, p. 117). Sob uma perspectiva político metodológica, Schumpeter apresenta uma visão da democracia como um sistema político de mercantilização da luta concorrencial pelo poder, ou seja, a disputa pela liderança coaduna em um mercado eleitoral em que o voto se torna a principal moeda de troca (CHICARINO, s.d., p. 1).

Enquanto Robert Dahl via na democracia “um instrumento de escolha de lideranças e de controle de suas ações e decisões” (...). Dessa forma, a democracia para Dahl significa “uma contínua responsividade do governo às preferências de seus cidadãos, considerados como politicamente iguais” (GRIGOLI, 2014, p. 117).

A partir das concepções elitistas, as reflexões de Dahl o conduziram ao modelo de democracia liberal-pluralista, visto pelo autor como um “sistema ideal de *poliarquia*”, compreendido como um processo mais competitivo e com maior ampliação da participação política. Na visão de Dahl “a democracia passa a ser então o fruto de relações estratégicas, num balanço entre custo e benefício feito pelos atores, sendo o voto indispensável neste contexto” (CHICARINO, s.d., p. 2).

O que distancia a democracia elitista de Schumpeter do modelo liberal-pluralista de Dahl é justamente a importância da ampliação da participação popular dada por este, cujo olhar estava mais voltado ao processo de democratização, e, o pessimismo daquele na avaliação das possibilidades de participação da população nas democracias, voltando suas análises especialmente para os mecanismos de funcionamento da democracia. Tendo como principal fator ideológico que os aproxima o enfoque dado à competitividade entre os grupos políticos na busca pelo poder em um sistema democrático (SILVA et al, 2013).

Nesse sentido, a ampliação do grau de envolvimento dos cidadãos nas questões políticas passa a ser o principal elemento nas sociedades democráticas. Com isso, a democracia participativa, cujos principais expoentes foram Crawford Macpherson e Carole Pateman, parte de uma crítica aos modelos de democracia que se limitavam apenas ao exercício do direito ao voto, ou de simples competição entre elites eleitorais, para uma prática democrática que permita a participação da população nas decisões políticas que afetem a vida cotidiana e o interesse da coletividade (GRIGOLI, 2014).

Para Macpherson a democracia deve constituir-se da combinação entre competição partidária e participação direta, em que a base para efetivação de uma democracia participativa

consiste no “fortalecimento da participação direta dos indivíduos em organizações locais e coletivas, e no estabelecimento de um diálogo constante entre as unidades associativas e as instituições públicas” (GRIGOLI, 2014, p. 121). Numa vertente mais liberal, Macpherson defende um modelo de democracia em que as decisões governamentais estejam de fato pautadas nos anseios do povo, para tanto, vê a democracia participativa como principal alternativa ao tipo de democracia em que os cidadãos apenas elegem os seus governantes.

Dentro dessa corrente da democracia participativa, Pateman (1992) se destaca ao propor um debate mais amplo que enfatiza a arena política como lugar de participação e atuação da sociedade, voltando-se principalmente para “a necessidade da introdução de instrumentos de gestão democráticos na esfera da vida cotidiana, especialmente nos locais de trabalho” (GRIGOLI, 2014, p. 122).

A democracia participativa de Pateman (1992), vê nas inter-relações sociais e nos efeitos psicológicos por elas provocados, um ponto chave de estímulo ao interesse dos indivíduos pelos assuntos políticos e governamentais, em que o engajamento na base (diversos espaços da esfera pública e social) e ampliação das oportunidades e espaços de participação cidadã conduziriam ao amadurecimento e exercício da democracia para além da escolha através do voto (GRIGOLI, 2014; SILVA et al 2013).

Os anseios de Pateman (1992) vão ao encontro do modelo de democracia deliberativa de Jürgen Habermas, uma vez que ambos chamam a atenção para o elemento da cultura política, preocupando-se com a formação de uma cultura cívica/política da sociedade, e, portanto, o resgate da esfera pública como espaço de deliberações e de participação cidadã (SILVA et al, 2013).

Habermas, no entanto, diverge de Pateman ao desconsiderar as formulações rousseauianas de que o resgate das virtudes cívicas individuais levaria a uma orientação conjunta dos cidadãos para o interesse e o bem comum, pois para Habermas “a força sociointegrativa que emana das interações comunicativas voltadas para o entendimento, próprias do mundo da vida, não migra imediatamente para o plano político” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 708).

A fonte da legitimidade política não pode ser, conforme Habermas, a vontade dos cidadãos individuais, mas o resultado do processo co-municativo de formação da opinião e da vontade coletiva. É esse o processo que, operado dentro da esfera pública, estabelece a mediação entre o mundo da vida e o sistema político, permitindo que os impulsos provindos do mundo da vida cheguem até as instâncias de tomada de decisão instituídas pela ordem democrática (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 709).

Nos debates mais recentes a democracia deliberativa têm sido, portanto, uma das principais alternativas ao modelo liberal-pluralista, a teoria apresentada por Jürgen Habermas da ênfase à prática política por meio do debate, da formação de opinião e do consenso como elementos de deliberação coletiva em prol do bem comum, rompendo assim, com os paradigmas de democracia elitista e liberal-pluralista (GRIGOLI, 2014), para tanto, “a dimensão política comparativa tomada pelo autor é a formação democrática da opinião e da vontade” (LUBENOW, 2010, p. 232).

2.2.1 Democracia deliberativa em Habermas

Jürgen Habermas inicia o segundo volume da sua obra *Faktizität und Geltung: Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratische Rechtsstaats* – Direito e Democracia: entre facticidade e validade – com a seguinte reflexão: “A análise das condições da gênese e da legitimação do direito concentrou-se na política legislativa, deixando em segundo plano os processos políticos” (HABERMAS, 1997, p. 9), com isso, o autor descortina todo um universo da cultura política enredada no direito e nas normas legais, que, acaba por deixar de lado outros fatores estruturais e metodológicos que estão envoltos no cotidiano da prática e da ação política no seio da sociedade.

Baseado em sua teoria do discurso, como alternativa aos modelos normativos e tipos de democracia que dominaram o debate até então, Habermas propõe um modelo procedimental de democracia deliberativa, que contrapõe os modelos liberal e republicano, assumindo elementos de ambos, porém com caráter mais normativo que o liberal e menos acentuadas que o republicano (HABERMAS, 1997).

(...) o republicanismo e o liberalismo constituem alternativas completamente opostas. Todavia, a ideia de democracia, apoiada no conceito do discurso, parte da imagem de uma sociedade descentrada, a qual constitui – ao lado da esfera pública política – uma arena para a percepção, a identificação e o tratamento de problemas de toda a sociedade (HABERMAS, 1997, p. 24).

É nesse sentido que a descrição de esfera pública empregada por Habermas consiste em “uma rede de comunicação de conteúdos e de tomadas de posição e opiniões as quais são filtradas e sintetizadas a ponto de formarem ‘opiniões públicas’(...) Ou seja, “a esfera pública é o ‘espaço social’ da prática comunicativa que confere vitalidade ao mundo da vida” (SOUZA, 2000, p. 91).

Para Habermas esse processo de formação de opinião e da vontade nas esferas públicas informais, que perpassa de forma mais enfática e ofensiva a esfera pública

institucionalizada e chega às instâncias políticas formais de decisão, advém de um processo mais amplo ao qual denomina de democracia deliberativa (HABERMAS, 1997; LUBENOW, 2010). Em que a manutenção das estruturas comunicativas voltadas para o entendimento mútuo na esfera pública são a base para a formação do discurso democrático proposto por Habermas. Com garantia de “condições necessárias ao diálogo, tais como aquelas que permitem a inclusão de minorias e combatem à coação” (FARIA, 2015, p. 317), para que se alcance assim o melhor argumento, e, conseqüentemente, a melhor deliberação (HABERMAS, 1997).

Na teoria do discurso, o desabrochar da política deliberativa não depende de uma cidadania capaz de agir coletivamente e sim, da institucionalização dos correspondentes processos e pressupostos comunicacionais, como também do jogo entre deliberações institucionalizadas e opiniões públicas que se formam de modo informal (HABERMAS, 1997, p. 21).

Deste modo, “a fonte da legitimidade política não pode ser, conforme Habermas, a vontade dos cidadãos individuais, mas o resultado do processo comunicativo de formação da opinião e da vontade coletiva” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 709; MELLINGER; FLORIANI, 2015, p. 3). No modelo habermasiano a interação dialógica e as tomadas de decisão com criticidade são o principal aspecto de resgate da esfera pública e emancipação dos sujeitos.

Acreditando-se que, a partir da argumentação racional promovida pelos cidadãos aos seus pares, e, mediante o diálogo motivado pelo entendimento, é possível chegar-se às deliberações informais, que, articuladas na esfera pública levam a uma mediação entre os anseios do mundo da vida e as instâncias deliberativas do sistema político, possibilitando assim, por meio da ordem democrática, a tomada de decisão e institucionalização normativa por parte dos governantes, com base nos impulsos provindos da sociedade (HABERMAS, 1997; MELLINGER; FLORIANI, 2015).

Na teoria de Habermas “a relação entre o empírico e o normativo deve estar sempre presente em qualquer análise à democracia, não enquanto planos que devem ser analiticamente separados, mas como duas faces da mesma moeda” (SILVA, 2001, p. 150). O entendimento de uma política deliberativa, contrariamente ao paradigma republicano, de uma democracia pautada no pragmatismo normativo e na auto-organização política, e ao paradigma liberal, baseado nos preceitos democráticos voltados para os interesses particulares, obtém sucesso a partir de uma “institucionalização dos respectivos procedimentos e condições de comunicação, bem como da relação entre os processos deliberativos institucionalizados e as opiniões públicas informalmente organizadas”, não se limitando, portanto, ao empenho coletivo dos cidadãos ou à supremacia da lei (SILVA, 2001, p.151).

Com isso, os preceitos de uma democracia deliberativa ganham espaço na esfera pública que se constitui uma “arena viva e dinâmica na qual permanente processo de construção, desconstrução e reconstrução discursiva e simbólica da nação tem lugar” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 714). Na democracia deliberativa “a sociedade civil, como base social das opiniões públicas autônomas, distingue-se tanto dos sistemas de ação econômicos quanto da administração pública” (LUBENOW, 2010, p. 233).

Outro fator importante destacado por Habermas é a necessidade de alcance da legitimidade política, especialmente no que se refere às pretensões de validade do próprio poder público Estatal, haja vista que “a legitimidade do Estado mede-se objetivamente no reconhecimento fático por parte dos que estão submetidos à sua autoridade” (HABERMAS, 1997, p. 12). A partir das considerações de Becker a respeito da legitimidade, Habermas aponta que:

Ela pode ir da simples tolerância até o livre assentimento. E as razões subjetivas desse assentimento legitimador pretendem validade no âmbito da respectiva “moldura cultural”, aceita em cada caso; elas subtraem-se todavia, a uma avaliação objetiva. Qualquer legitimação é aceita contanto que contribua eficazmente para a estabilização da autoridade política (HABERMAS, 1997, p. 12).

Por outro lado, há também a expectativa de legitimação das deliberações que emergem da esfera pública, para tanto, a sociedade civil se torna o núcleo social institucionalmente organizado capaz de fazer emergir os anseios da população e conduzi-los aos processos de legitimação e institucionalização na agenda de políticas públicas. Na definição de Habermas a sociedade civil é, portanto, “o conjunto de movimentos, organizações e associações que captam os ecos dos problemas sociais que refluem das esferas privadas e se condensam na esfera pública política” (SOUZA, 2000, p. 92).

Sem adentrar especificamente na teoria do discurso e nas suas bases da comunicação, da cultura, da sociedade e da subjetividade dos indivíduos, e considerando as próprias releituras feitas pelo autor no conjunto de suas obras, grosso modo, pode-se extrair que o modelo de democracia vislumbrado por Habermas se baseia em uma permanente participação da sociedade nas deliberações políticas “mediante a articulação de seus interesses e vontades no interior do mundo vivido, via ação comunicativa e discursos (teóricos e práticos)” (FREITAG, 1993, p. 43). Entendendo-se que, “para que o direito mantenha sua legitimidade, é necessário que os cidadãos troquem seu papel de sujeitos privados do direito e assumam a perspectiva de participantes em processos de entendimento que versam sobre as regras de sua convivência” (HABERMAS, 1997, p. 323).

A ideia de participação traduz-se, portanto, conforme definido por Loureiro e Cunha, em “tomar parte, mas é preciso entender que isso não é algo espontâneo ou dado e sim aprendido e conquistado, pois participar remete necessariamente à distribuição de poder, há quem ganha e há quem perde na sociedade quando se define algo que regula as práticas coletivas” (LOUREIRO E CUNHA, 2008, p. 248).

Assim, a propositura de uma democracia deliberativa fundamentada no princípio do discurso tem seu cerne na seguinte formulação: “são válidas as normas de ação com as quais poderiam concordar, enquanto participantes de discursos racionais, todas as pessoas possivelmente afetadas” (HABERMAS, 1997, p. 321).

Nesse interim, o equilíbrio normativo que diferencia a democracia deliberativa dos demais modelos consiste na necessidade identificada por Habermas de uma legitimidade do direito por meio da reacoplação entre o mundo sistêmico das normas e o mundo vivido das relações sociais e subjetivas. Em que “a fixação de objetivos políticos, a organização da economia, devem, em última instância, respeitar a *volonté générale* formada e validada nas instituições do cotidiano do mundo vivido” (FREITAG, 1993, p. 43).

Para que haja êxito no estabelecimento do direito em um processo democrático, o modelo normativo de Habermas requer, portanto, “que os cidadãos utilizem seus direitos de comunicação e participação num sentido orientado *também* para o bem comum, o qual pode ser proposto politicamente, porém não imposto juridicamente” (HABERMAS, 1997, p. 323).

A partir desses pressupostos, acredita-se que em um sistema democrático de direito, o envolvimento dos diversos atores da sociedade com problemáticas de cunho coletivo, como é o caso da questão ambiental, é o que possibilita uma gestão mais justa e equitativa dos bens coletivos de uso comum. Pois a proteção ambiental exige uma gestão democrática, em que todos os atores e segmentos envolvidos, Poder Público, cidadãos, sociedade civil, organizações empresariais, etc., devem fazer parte da tomada das decisões, visto que estas implicam em impactos ambientais significativos, que impõem riscos às atuais e futuras gerações, necessitando, portanto, que seja repensada a esfera pública no sentido de se instaurarem espaços mais amplos e dialógicos de participação e deliberações coletivas (TESSMANN, 2007, p. 21).

Para tanto, serão apresentados a seguir alguns elementos de caracterização dos atores sociais envolvidos na questão ambiental e suas influências enquanto sujeitos detentores de direitos e deveres para com a gestão pública ambiental.

2.3 Atores sociais e suas influências na questão ambiental

As estruturas de poder que perpassam as instâncias de deliberação pública, desde as esferas informais até as institucionais de formulação e implementação de políticas, estão envoltas em um jogo dinâmico e interativo que acontece no espaço das arenas políticas e têm como integrantes os diversos atores que delas fazem parte (BID, 2006).

A operacionalização do conceito de esfera pública e arena política em face da questão ambiental exige que sejam identificados os atores sociais que nelas circulam e suas respectivas ações a respeito do meio ambiente em que vivem (CHAVEZ, s.d.). Uma vez que “o papel do ator social é fundamental desde o momento que abandona a individualidade e decide sobre o seu próprio meio e o de outros, transformando-o, afirmando a necessidade de movimento, mudança e liberdades” (CHAVEZ, s.d., p. 21).

A crença em uma conduta coletiva voltada para a realização do interesse público e do bem comum também é compartilhada por Habermas (1997) ao defender a ideia de um Estado democrático formado por uma população que esteja “*acostumada à liberdade*”. Em um dos seus trechos Habermas afirma que:

Como todos os direitos subjetivos, os direitos políticos das pessoas, de acordo com sua forma, abrem espaços da liberdade de arbítrio que implicam a obrigatoriedade de um comportamento legal. Entretanto, independentemente dessa estrutura, eles só conseguem abrir as fontes de legitimação para a formação discursiva da opinião e da vontade, se os cidadãos utilizarem suas liberdades comunicativas, não apenas *como* liberdades subjetivas de ação para a defesa de interesses próprios, mas também *como* liberdades comunicativas para fins do “uso público da razão” (HABERMAS, 1997, p. 323).

A possibilidade de utilização das liberdades comunicativas dos diversos cidadãos individualmente e dos diversos atores sociais no âmbito da coletividade, na defesa do interesse público, se aproxima das premissas do direito ambiental, pois transcende os interesses civis, políticos e econômicos, e alcança um nível social e solidário ao voltar-se para o bem-estar coletivo, para a qualidade de vida das pessoas e para as condições de manutenção da integridade do meio ambiente e dos seus ecossistemas. Em se tratando da questão ambiental e dos desafios impostos ao desenvolvimento sustentável, Sen (2009, p.19) considera que:

A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva - por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras (...).

A compreensão desses elementos democráticos e das liberdades sociais, políticas, econômicas, culturais, etc. dos sujeitos (individuais e coletivos) faz-se fundamental nos

processos de gestão ambiental, visto que estes “dependem para a sua efetividade e legitimidade da participação da comunidade” (MARTINS, 2012, p. 4), o que requer ainda, que sejam levadas em consideração a “identificação, contato inicial e respeito às lideranças, representações e representatividades sociais expoentes das comunidades” (MARTINS, 2012, p. 4).

É nesse cenário que a figura do ator social ganha destaque enquanto principal mediador do diálogo e das relações que se estabelecem entre o mundo da vida e o mundo sistêmico das normas legais. Em termos conceituais, pode-se considerar como ator social o indivíduo quando “representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia” (SOUZA, 1991, p. 54), e também podem ser considerados atores sociais os grupos, movimentos de classes ou categorias sociais, não se limitando somente aos indivíduos e grupos sociais, pois as instituições como sindicatos, partidos políticos, emissoras de rádio, TV, jornais, organismos religiosos também podem ser considerados atores sociais (SOUZA, 1991).

Desse modo, um ator social “não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e, sobretudo social no qual está colocado” (TOURAINÉ, 1995 apud CHAVEZ, p. 21). Pois, como ressaltado na sessão anterior, as complexas sociedades contemporâneas e a própria complexidade da atual problemática ambiental exigem dos atores envolvidos uma postura cada vez mais ativa e participativa nos debates e decisões públicas. Acreditando-se que, mediante o princípio da cidadania, a participação da sociedade tornou-se uma condição fundamental à democracia (CHAVEZ, s.d.), em que “a democracia não é um fato consumado, mas é uma construção conforme a própria democratização das ações e interações dos atores sociais” (CHAVEZ, s.d., p. 48).

Assim, o novo “lugar” ocupado pela esfera pública enquanto espaço de sociabilidade entre indivíduos, grupos, associações, etc., revela uma nova gama de atores sociais que paralelamente, articuladamente, conjuntamente ou mesmo contrariamente ao poder Estatal e ao mercado, desempenham diversos fins nas arenas sociais. Conforme observado por Avritzer (2012, p. 385):

(...) a sociedade civil adquiriu o significado de um conceito cujo ressurgimento foi além dos modelos dualistas do século XIX, de diferenciação do Estado e da sociedade, tanto devido a sua independência da economia de mercado, quanto ao reconhecimento de que o problema da solidariedade social não pode encontrar uma solução satisfatória na esfera privada.

De fato, o Estado continua sendo o principal ator na articulação e direcionamento das decisões políticas, no entanto, Cohen e Arato (2000) destacam que a sociedade civil moderna,

enquanto principal elemento da esfera pública, se tornou o terreno indispensável onde os atores sociais se encontram, organizam e se mobilizam, ainda que boa parte dos seus objetivos estejam diretamente ligados às questões da economia e do Estado.

Ao passo que o processo de democratização deve perpassar não somente as estruturas do mundo da vida, num sentido de “descolonização” e formação de uma cultura política participativa, mas, primeiramente, as próprias instituições políticas e estruturas do Estado e da sociedade civil, visto que esta é um terreno fértil para ação coletiva na contemporaneidade (COHEN; ARATO, 2000).

Consequentemente, as influências dos atores sociais nos debates e decisões públicas em torno da questão ambiental, enquanto problemática emergencial que se desdobra em direito e dever coletivos, são análogas à sua própria condição de mediadores das relações e interesses da coletividade, pois “o desafio da sustentabilidade constitui um desafio eminentemente político” (GUIMARÃES, 1995, p. 134), que deve, “antes de buscar argumentos técnicos para decisões racionais” (GUIMARÃES, 1995, p. 134), dispor da vontade política e das alianças necessárias à aplicação das ecopolíticas. Como apontado por Loureiro e Cunha (2008, p. 231):

(...) a construção e o funcionamento desses coletivos acentuam os desafios que se impõem para a efetiva implementação da gestão participativa no uso e na distribuição dos bens naturais, especialmente no que tange à equitativa possibilidade de acesso e intervenção dos grupos sociais que têm seus interesses representados ou cujos interesses são atingidos pela discussão”.

A operacionalização dessas ações, por conseguinte, depende também da própria capacidade do Estado de promover a democratização da esfera pública, através da ampliação e da oportunidade de participação da sociedade na definição e execução de políticas públicas, dentre as quais se inserem as políticas ambientais. No Brasil, a Constituição Federal de 1998 foi um marco para o direito ambiental ao instituir o direito fundamental ao meio ambiente saudável e equilibrado, concomitantemente ao dever do Estado e da sociedade de preservá-lo para as atuais e futuras gerações. O que requer uma articulação conjunta entre os diversos atores sociais para uma gestão pública efetiva e equitativa dos bens naturais.

As complexas relações políticas, sociais e a complexidade ambiental exigem, portanto, uma ética democrática e um construto multidisciplinar de saberes e ações que prezem pela autorreflexão e identidades coletivas voltadas para o diálogo, a formação de opinião e emancipação dos sujeitos diante da particularidade de cada situação ambiental (LEFF, 2003).

Aprender a complexidade ambiental é uma pedagogia política de aprendizagens dialógicas, multiculturais e significativas para a construção plural de sujeitos e atores sociais capazes de abrir as possibilidades para a recriação de mundos alternativos,

guiados pelos valores da democracia e os princípios da sustentabilidade (LEFF, 2003, p. 10).

O elo que se perfaz, portanto, entre a ação dos atores sociais e a questão ambiental reside justamente na capacidade de interação dialógica entre esses diversos atores, o que torna “visíveis as múltiplas lógicas locais de produção de culturas e identidades, práticas ecológicas e econômicas das comunidades” (CORONA; ALMEIDA, 2014, p. 31), e possibilita uma gestão ambiental democrática que leve em consideração as particularidades locais.

É nesse contexto, que se faz importante a compreensão do histórico de surgimento e dos processos de instituição das diversas unidades de conservação ambiental no Brasil, que trouxeram consigo todo um aparato legal, técnico e burocrático para o uso e apropriação dos espaços naturais, exigindo por vezes, mudanças culturais e novas formas de diálogo e processos participativos na esfera pública.

3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

O histórico de surgimento das áreas naturais protegidas perpassa os ideários preservacionistas e conservacionistas, que, no âmbito da questão ambiental assumem distintas características conceituais e ideológicas. Em termos gerais, a corrente preservacionista prega a restrição máxima de uso e exploração dos recursos naturais, numa tentativa de se manterem intactas determinadas áreas que possuem grande diversidade e beleza natural, permitindo-se o acesso humano apenas para contemplação, recreação, fins educativos e de pesquisa científica, mantendo a essência da natureza selvagem do ambiente. Enquanto a concepção de conservação da natureza, ou de preceitos conservacionistas, preza pelo uso racional dos recursos naturais permitindo a interação sociedade e natureza, buscando, no entanto, um equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais para fins econômicos, a prevenção do desperdício para possibilidade de renovação desses recursos, e o benefício da população como um todo, inclusive das futuras gerações (CÔRTE, 1997; DIEGUES, 2001).

O registro da primeira área protegida no mundo, oficialmente delimitada e controlada pelo poder público, é do Parque Nacional de Yellowstone, criado nos Estados Unidos no ano de 1872. Com motivações preservacionistas, a criação do parque na forma desabitada teve como intenção a manutenção da sua beleza cênica, dos seus aspectos naturais, e até mesmo como um refúgio para a mente dos seus visitantes em contraponto ao estilo de vida da sociedade urbano-industrial (CÔRTE, 1997; DIEGUES, 2001; GRANJA, 2009).

A exemplo do parque de Yellowstone, foi disseminado o modelo de áreas de preservação no formato de parques desabitados, destinados à preservação dos recursos naturais e recreação pública. Uma prática nem sempre pacífica por requerer a desocupação das terras por parte das comunidades nativas e populações locais. O próprio parque de Yellowstone, antes habitado por tribos indígenas, foi constituído nesses moldes (DIEGUES, 2001).

Acompanhando o período de crescimento industrial e desenvolvimento econômico dos séculos XVIII e XIX, com grande expansão da cultura capitalista no ocidente, os altos custos ambientais e sociais tencionaram a preocupação com a proteção da natureza. A necessidade de conservação da biodiversidade e manutenção dos recursos naturais, que antes acreditava-se serem inesgotáveis, foi palco para ascensão do movimento conservacionista, cujas premissas de uso eficiente e consciente dos recursos naturais foram mais tarde incorporadas ao conceito de desenvolvimento sustentável (ARAÚJO, 2007; DIEGUES, 2001).

De acordo com Diegues (2001) com o surgimento da ecologia, a criação dos parques deixou de levar em conta os aspectos meramente estéticos para seguir critérios ecológicos. Além disso, o modelo de parques nacionais na concepção de preservação da natureza selvagem com vias ao utilitarismo humano e não pelo seu valor intrinsecamente digno de proteção, foi alvo de críticas, especialmente por parte dos preservacionistas puros, que tinham uma visão mais geral das áreas naturais.

O período de 1962-1970 foi palco para ascensão de movimentos ambientalistas em diversos países, com maior expressividade nos Estados Unidos. A revolução ambiental que, em 1962, pautava seus principais anseios nas condições da natureza e do meio ambiente, em 1970 já tinha uma roupagem mais ativista e dinâmica, marcada pelo que McCORMICK denominou de “novo ambientalismo”, que preocupava-se mais com o meio ambiente enquanto condição primeira para sobrevivência e qualidade de vida humana, com uma compreensão mais ampla da biosfera, das problemáticas ambientais e esgotamento dos recursos naturais, e tinha um viés político e social que levantava questões de cunho universal (McCORMICK, 1992).

As mudanças no cenário global, avanços industriais e tecnológicos, o surgimento de catástrofes ambientais e a pressão dos movimentos ambientalistas e de outros movimentos sociais, como a luta por direitos civis e movimento contra a guerra, contribuíram para que iniciativas de proteção ambiental internacionais ocorressem. Como apontado por McCORMICK (1992, p. 79) diferindo das propostas preservacionistas e conservacionistas:

O Novo Ambientalismo se preocupava fundamentalmente com a qualidade de vida e com o modo como esta foi comprometida pelos subprodutos poluentes do crescimento econômico. Afluência, descontentamento dos jovens, desastres de primeira página e tendências sociais e econômicas mais amplas, todos esses fatores tiveram seu papel no engendramento da mudança.

Os “argumentos do Novo Ambientalismo somaram-se ao conjunto de argumentos do debate pregresso. Um paralelo entre isso e o que se convencionou chamar de socioambientalismo, no Brasil” (CREADO; FERREIRA, 2011, p. 3) influenciaram, a partir de eventos das décadas de 1980 e 1990, as políticas públicas ambientais brasileiras, especialmente no tocante à criação das unidades de conservação (CREADO; FERREIRA, 2011).

No Brasil, a iniciativa pioneira para criação de parques nacionais foi do engenheiro André Rebouças, que se empenhava na criação dos primeiros parques nacionais e propunha, desde 1876, a criação de parques em Sete Quedas e na Ilha do Bananal. No entanto, o primeiro parque nacional do Brasil só foi criado no ano de 1937, o Parque Nacional do Itatiaia no Rio de Janeiro, voltado para os fins de atração turística e de pesquisa científica, já nos parâmetros do Código Florestal Brasileiro e da Constituição Federal de 1934 (CÔRTE, 1997).

As primeiras modalidades de áreas protegidas criadas no Brasil, formam, portanto, as florestas e parques nacionais, a partir do primeiro Código Florestal (MEDEIROS, IRVING, GARAY, 2004), instituído pelo Decreto nº 23.793 de 1934, que previa em seu Art. 9º que “*Os parques nacionaes, estaduaes ou municipaes, constituem monumentos publicos naturaes, que perpetuam em sua composição florística primitiva, trechos do paiz, que, por circunstancias peculiares, o merecem*”.

O modelo brasileiro de categorização das áreas naturais protegidas seguiu, com algumas adaptações e subdivisões, os parâmetros de classificação dados pela IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza, no qual estão previstos três tipos ou categorias de unidades de conservação: 1) as de uso indireto dos recursos naturais, que permitem o acesso apenas para fins educativos, de lazer, pesquisa científica, recreativo, sem a possibilidade de ocupação e/ou exploração; 2) as de uso direto, que tem o objetivo de preservar os recursos naturais e a sua biodiversidade, porém permite a exploração desses recursos e ocupação dentro dos limites de proteção ambiental; 3) e as áreas de interesse ecológico, conhecidas como reservas de destinação, em que ainda não foram totalmente definidos os critérios de ocupação e exploração (CÔRTE, 1997).

Os instrumentos e categorias legais de proteção ambiental no Brasil foram criados cada dispositivo com seu contexto e cenário específico, resultando em uma diversidade de tipologias de espaços protegidos. Além do Código Florestal de 1934, outras legislações de cunho ambiental foram criadas no mesmo ano a partir de influências internacionais, do contexto político nacional e do reconhecimento da necessidade de preservação do meio ambiente, dentre estes, o Código de Caça e Pesca, Código de Águas, o Decreto de Proteção dos Animais (MEDEIROS, IRVING, GARAY, 2004), e a própria Constituição Federal de 1934, que em seu Art. 10, inciso III, atribuía aos Estados e à União a competência de “proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”.

Da década de 1930 até 1980 diversos instrumentos de regulação ambiental foram instituídos no Brasil, do primeiro Código Florestal – 1934 até a Constituição Federal de 1988. Com destaque para a Lei nº 6.938 de 1981 que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente, constituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e instituiu o Cadastro de Defesa Ambiental (RENTE, 2006; BRASIL, 1981). No tocante às modalidades de áreas protegidas criadas no período, Medeiros, Irving e Garay (2004) relacionam as distintas categorias e os respectivos dispositivos legais que as instituíram, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Categorias de Manejo e dispositivos legais com relação à criação de Áreas Protegidas no Brasil antes da Lei nº 9985/2000

Categoria	Instrumento de Criação
Parque Nacional	Código Florestal de 1934 (Decreto nº23.793 de 23/01/1934)
Floresta Nacional	Código Florestal de 1934 (Decreto nº23.793 de 23/01/1934)
Áreas de Preservação Permanente	Código Florestal de 1965(Lei nº 4.771 de 15/09/1965)
Reserva Legal	Código Florestal de 1965(Lei nº 4.771 de 15/09/1965)
Reserva Biológica	Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197 de 03/01/1967)
Parque de Caça Federal	Lei de Proteção à Fauna (Lei nº 5.197 de 03/01/1967)
Estações Ecológicas	Lei nº 6.902 de 27/04/1981
Área de Proteção Ambiental	Lei nº 6.902 de 27/04/1981
Reservas Ecológicas	Decreto nº 89.336, de 31/01/1984
Áreas de Relevante Interesse Ecológico	Decreto nº 89.336, de 31/01/1984

Fonte: MEDEIROS, IRVING, GARAY, 2004. Adaptado.

A partir desse processo, o conjunto de categorias de manejo para as áreas naturais protegidas no Brasil passa a configurar-se em duas tipologias diferentes em termos de espaços destinados à proteção ambiental, conforme critérios de uso direto e indireto dos recursos naturais, além das reservas indígenas e das áreas de reconhecimento internacional: 1) os espaços ambientalmente protegidos; que compreendem as categorias das Áreas de Preservação Permanente - APPs e das Reservas Legais - RL; e 2) as Unidades de Conservação Ambiental – UCs, que integram um conjunto de 12 categorias de áreas protegidas. Instituídas a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC no ano de 2000 (BRASIL, 1981; RENTE, 2006; MEDEIROS; GARAY, 2006).

Como denotam Creado e Ferreira (2011, p. 7) “O conceito de unidades de conservação (UCs) é uma criação brasileira. Internacionalmente, a convenção é referenciá-las como áreas naturais protegidas (APs), áreas silvestres ou simplesmente parques”. Em se tratando do primeiro grupo de espaços ambientalmente protegidos, o Código Florestal de 1965 teve fundamental contribuição na proteção de áreas naturais no Brasil ao criar e estabelecer critérios para as áreas de preservação permanente e para as reservas legais. Que conceituava em seu Art. 1º, § 2º Área de Proteção Permanente e Reserva Legal como sendo:

II - Área de Preservação Permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos

naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas

Enquanto legislação suprema, a Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo exclusivo ao Meio Ambiente, fundamentando em seu Art. 225 o direito ao meio ambiente saudável e equilibrado, que passou a impor ao Poder Público e à coletividade o dever de protegê-lo e preservá-lo (BRASIL, 1988). Que, ao contemplar o direito ambiental enquanto matéria constitucional, trazendo o elemento do direito/dever, transcende a esfera dos direitos individuais e coloca-o como um direito de terceira dimensão, cujo caráter é coletivo e difuso, exigindo para efetivação dos direitos fundamentais o cumprimento dos seus deveres fundamentais correlatos (SILVA E VALADÃO, 2012). O que implica ainda na necessidade de investimentos públicos na gestão do meio ambiente em todas as esferas governamentais e na responsabilidade do Poder Público em efetivamente cumprir, em negligências, o dever de preservação e proteção ambiental (QUINTELA, 2016).

No tocante ao segundo grupo, em 1989 o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA, juntamente com a Fundação para a Conservação da Natureza – FUNATURA, elaboraram uma proposta para criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que integrasse o conjunto de unidades de conservação das esferas federal, estadual e municipal (RENTE, 2006), a proposta tramitou por meio do projeto de Lei Nº 2.892/1992 por oito anos, uma longa fase de tramitação até a sua efetiva aprovação, o que segundo Medeiros e Garay (2006, p.164), foi “(...) recheada de fatos que só serviram para revelar e demarcar mais claramente as diferentes posições existentes entre os movimentos ambientalistas no Brasil, acentuando de fato as suas divergências.

Exauridos os oito anos de longos debates, com dois substitutivos apresentados à câmara, o projeto culminou na Lei Ordinária Nº 9.985/2000 que regulamentou o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal de 1988 e instituiu o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação no Brasil (BRASIL, 2000). Posteriormente foi regulamentada pelo Decreto nº 4.340/2002, destacando-se entre os pontos mais polêmicos de sua criação, questões envolvendo “populações tradicionais, a participação popular no processo de criação e gestão das UCs e as indenizações para desapropriações.” (MEDEIROS; GARAY, 2006, p. 164).

3.1 Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC

O SNUC subdivide-se em dois grupos de categorias de manejo, totalizando doze categorias de unidade de conservação. O primeiro grupo compreende as unidades de proteção integral: no qual se inserem as categorias de Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Nacionais, os Monumentos Naturais e o Refúgio de Vida Silvestre. O segundo grupo, composto pelas unidades de uso sustentável, é formado pelas categorias de Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, e as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (BRASIL, 2000).

De acordo com a Lei nº 9.985/2000 as unidades conservação de uso sustentável têm como objetivo básico “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”, esse é o principal ponto que as difere das unidades de proteção integral, que visam “preservar a natureza sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais”.

Uma divisão que parece ter tido o intuito de contemplar diferentes estratégias de gestão das unidades de conservação com base nas disputas que se travaram entre os diferentes atores envolvidos. Onde as unidades de proteção integral contemplariam “interesses de grupos preservacionistas com uma visão de proteção mais próxima daquela de natureza intocada e de santuários ecológicos”, e as unidades de uso sustentável estariam mais orientadas para uma “visão socioconservacionista” que leva em conta a presença e ocupação humana nesses espaços (MEDEIROS; GARAY, 2006, p. 164).

Creado e Ferreira (2011) também destacam as diversas abordagens voltadas à conservação da natureza que fizeram parte do processo de construção do documento que instaurou o SNUC, considerando os embates e conflitos travados devido às divergências nas diferentes posições ambientalistas coexistentes. De acordo com os autores, o SNUC resultou de um provável acordo contingente das vertentes ambientalistas em voga, seguindo duas orientações normativas distintas: uma voltada para a manutenção dos ecossistemas, paisagens, valores estéticos e biodiversidade, e outra com foco nos direitos de comunidades e grupos sociais que, de alguma maneira, seriam afetados pelas unidades de conservação.

A fim de fortalecer e ampliar os componentes do SNUC, foi instituído em abril de 2006, por meio do Decreto nº 5.758, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP, como resposta aos compromissos firmados pelo Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, Rio- 92, ao assinar a Convenção sobre Diversidade

Biológica (MMA, 2006). Como evidenciado por Rente (2006), o PNAP se fundamenta na atuação conjunta entre o poder público e a sociedade civil organizada para cumprimento de metas e acordos que requerem uma cooperação no alcance das diretrizes estabelecidas.

Um ponto que cabe destacar em relação ao PNAP são as intenções integradoras presentes nos princípios que o norteiam, ao reconhecer as áreas protegidas como um instrumento para conservação da diversidade biológica e sociocultural, considerando o respeito às especificidades das categorias de unidades de conservação constantes no SNUC, bem como das terras indígenas e aquelas ocupadas por remanescentes quilombolas (MMA, 2006), fomentando assim, uma maior participação da sociedade e ampliação do debate acerca das áreas protegidas no Brasil.

Em relação ao SNUC, Rodrigues (2016) aponta que, apesar das suas falhas, assim como em qualquer outra lei, ele foi um importante instrumento na superação dos “parques de papel”, que foram motivações de perseguição política devido à sua modalidade de manejo e à própria forma criação via decretos e resoluções, especialmente porque “eram criados sem a consulta da população local; não estabeleciam regimes especiais de uso e fruição; restringiam a propriedade sem qualquer contraditório ou eventual indenização ao proprietário”, sem o devido comprometimento ambiental com o espaço protegido e seus elementos naturais e bióticos (RODRIGUES, 2016, p. 165).

O que, todavia, segundo Loureiro e Cunha (2008) ainda que tenha avançado no sentido de incorporação da participação da sociedade na implementação e gestão das áreas protegidas, observa-se uma superficialidade normativa quanto às diretrizes e instrumentos de gestão relacionados a esse processo de democratização, o que dificulta, portanto, o funcionamento dos conselhos, abrindo margem para diversos entendimentos e condutas metodológicas por parte dos seus gestores.

Nos termos da Lei Nº 9.985/2000, Art. 4º, o SNUC tem como objetivos:

- I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;

- X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Pode-se verificar, a partir da composição dos objetivos do SNUC, a presença dessa dualidade epistêmica ao preconizar nos incisos I, VI e VII do Art. 4º, por exemplo, a proteção dos espaços naturais, da diversidade biológica e das paisagens naturais de relevante beleza cênica, e, no seu inciso XIII, a proteção da natureza concomitante à subsistência das populações tidas como tradicionais, levando em consideração questões sociais, econômicas e culturais que envolvem a ocupação dos espaços naturais.

Conforme destacado por Creado e Ferreira (2011), as combinações multifacetadas das nuances ambientalistas presentes no SNUC, estão mais próximas de um caleidoscópio do que de polos opostos, pois, ainda que existam as dicotomias, em “algumas situações de ação que possam até mesmo ser identificadas em algumas posições sociopolíticas mais extremadas, na prática, existem combinações intrincadas entre discursos, ideologias, significados, símbolos e ações” (CREADO, FERREIRA, 2011, p. 4).

Não obstante, percebe-se como é vasto o debate envolvendo as vertentes ambientalistas que influenciaram a criação das áreas protegidas e unidades de conservação ambiental no Brasil e no mundo. Não pretendendo adentrar especificamente nessa discussão, o que se extrai sumariamente é que, “o reconhecimento das populações tradicionais quebra com o caráter ‘universal’ da concepção preservacionista e abre o diálogo, expandindo-o das ciências naturais para as ciências sociais” (RENTE, 2006, p. 28), onde a relação sociedade natureza, ora vista de maneira dissociada, a partir de compreensões antropológicas e sociológicas das vivências de povos tradicionais, vem rompendo com o paradigma da natureza intocada, e se abre também para uma compreensão de uso e gestão participativa dos recursos naturais em prol da qualidade de vida, com foco na conservação da natureza (CÔRTE, 1997; DIEGUES, 2001; RENTE, 2006).

3.1.1 Unidades de Conservação de Uso Sustentável

De acordo com o Art. 2º da Lei do SNUC, uma unidade de conservação é, portanto, um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de

conservação e limites definidos, (...), ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. Entendendo-se como unidades de conservação de uso sustentável aquelas destinadas à manutenção dos atributos biológicos e da biodiversidade em determinadas áreas, em que são permitidos o uso, exploração e comercialização dos seus recursos naturais, cujas formas de exploração garantam a perenidade dos seus recursos renováveis de forma “socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL, 2000).

Dentre as diretrizes que regem o SNUC, uma que segue compatível com a proposta das unidades de uso sustentável, consta em seu Art. 5^a, inciso VIII, que sejam assegurados que “o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais”.

Nesse ponto, em termos de utilização e admissão de ocupação humana no interior das áreas que constituem as categorias do grupo de unidades de conservação de uso sustentável, buscou-se apresentar esses aspectos, de forma resumida, na Tabela 2, com base no Capítulo III do SNUC.

Observa-se que, dentre as categorias que integram as unidades de uso sustentável, apenas as Áreas de Proteção Ambiental e as Áreas de Relevante Interesse ecológico permitem a ocupação humana por populações diferentes das populações tradicionais¹. Além disso, o fato de muitas dessas áreas serem constituídas “de cima para baixo”, como destacam Medeiros e Garay (2006), sem levar em conta as reais necessidades e demandas das comunidades locais, se agrava pelo fato de “haver sido impostas à ordem territorial local, expressa pelo recorte dos municípios, que são a menor unidade federativa onde se localiza e instala uma área protegida” (MEDEIROS; GARAY, 2006, p.176), tanto em territórios urbanos como rurais.

Nesse sentido, se por um lado as UCs de uso sustentável objetivaram, de algum modo, dirimir os conflitos de ordem político/ideológico abarcando preceitos socioconservacionistas ao viabilizar o uso direto dos “recursos ambientais”, por outro lado, não fizeram cessar os embates pautados na relação prática dos critérios de uso desses recursos, trazendo à tona outros conflitos socioambientais envolvendo diversos tipos de atores e de interesses quanto à apropriação e uso das terras, desde grandes latifundiários e proprietários de agroindústrias, seringueiros e outros, até os grupos de Movimento dos Sem Terra – MST, pequenos

¹ Povos e comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto Federal N°6.040 de 7 de fevereiro de 2000).

agricultores, comunidades ribeirinhas, etc. (CÔRTE, 1997; RENTE, 2006). Para Medeiros e Garay (2006, p. 160) esses “(...) conflitos e disputas pelo uso e posse destas áreas e dos recursos naturais a elas associados continuam sendo, em pleno século XXI, um dos principais gargalos da gestão de áreas protegidas no Brasil”.

Tabela 2 – Categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Categoria	Definição
1) Área de Proteção Ambiental	É uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana , dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas.
2) Área de Relevante Interesse Ecológico	É uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana , com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional.
3) Floresta Nacional	A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas. Admitida a permanência de populações tradicionais
4) Reserva Extrativista	Área utilizada por populações extrativistas tradicionais , cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.
5) Reserva de Fauna	Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
6) Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Área natural que abriga populações tradicionais , cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
7) Reserva Particular de Patrimônio Natural	Área privada, gravada com perpetuidade. Sendo permitida somente a pesquisa científica, e, a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais.

Fonte: BRASIL, 2000. Adaptado.

Uma problemática que, segundo Brito (2008), são conflitos sociais que surgem à medida em que se confluem os divergentes interesses, sentidos e finalidades, “(...) Ou seja, os conflitos ambientais configuram-se quando os atores sociais defendem distintas lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum” (BRITO, 2008, p. 3).

Apesar de ser uma modalidade de unidade de conservação mais flexível do que as de proteção integral, não exigindo, portanto, a desapropriação de terras de uso privado ou mesmo permitindo que o espaço seja ocupado em momento futuro, os critérios ambientais nas unidades de uso sustentável dificilmente são aceitos de forma amistosa.

Localmente, os conflitos gerados a partir do estabelecimento de uma nova área protegida dizem respeito aos diversos modos de uso e apropriação específicos. As

populações ou grupos que antes utilizavam estes espaços para o desenvolvimento das mais diferentes atividades (lazer, esportiva, subsistência, caça, cultura, religiosa, grilagem de terras e outros fins econômicos), a partir de certo momento, por determinação de novos arcabouços legais, têm suas ações interditas completamente, por exemplo, nas UCs de proteção integral ou terras indígenas, ou parcialmente, no caso das UCs de uso sustentável, e sujeitas a sanções administrativas, civis e criminais importantes” (MEDEIROS; GARAY, 2006, p.176).

De acordo com Brito (2008, p. 3), não são aspectos totalmente negativos do ponto de vista do gerenciamento das unidades de conservação no Brasil, acreditando ser “com as relações conflituosas que surgem diversas formas de entendimento e de crescimento, dando origem às negociações e a busca por mecanismos para a regulação da gestão destas áreas”. Nesse ponto, as Áreas de Proteção Ambiental – APAs parecem somar ao SNUC como uma importante categoria de manejo de uso sustentável no cenário conflitante de uso e ocupação de espaços naturais protegidos no Brasil, pois podem ser consideradas a modalidade mais flexível em se tratando do grau de ocupação humana permitido em seu interior.

3.1.2 Áreas de Proteção Ambiental (APA)

Com a Lei Nº 6.902 de 1981 são declaradas normas para criação e estabelecimento das Áreas de Proteção Ambiental, suas limitações e proibições, outorgadas ao Poder Público, com base no relevante interesse público e de proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais, de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, cuja fiscalização e supervisão é de competência do IBAMA ou órgão estadual ou municipal equivalente (BRASIL, 1981).

Em seu Art. 9º a lei federal que dispõe sobre a criação das Áreas de Proteção Ambiental, estabelece para cada Área de Proteção Ambiental, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, que o Poder Executivo estabelecerá normas, limitando ou proibindo:

- a) a implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;
- b) a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais;
- c) o exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas;
- d) o exercício de atividades que ameacem extinguir na área protegida as espécies raras da biota regional (BRASIL, 1981).

A categoria APA foi posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 99.274 de 1990 e pela Resolução CONAMA nº 10 de 1988. Ficando definidas como Áreas de Proteção Ambiental, de acordo com o Art. 1º da Resolução CONAMA nº 10 de 1988, as “unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais”.

Com a Lei nº 9.985/2000 as Áreas de Proteção Ambiental ganham nova definição como sendo “áreas em geral extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais”.

Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente, há no Brasil atualmente (dados consolidados em fevereiro de 2018) um total de 1.462 unidades de conservação de uso sustentável, das quais 369 são Áreas de Proteção Ambiental, uma área equivalente a 499.631 Km², sendo esta a categoria de unidades de conservação com maior parcela territorial dentre todas as categorias, tanto de uso sustentável, como de proteção integral, representando 30,78% do território ambientalmente protegido no Brasil (MMA, 2018).

Enquanto categoria de uso direto e sustentável dos recursos naturais, as APAs são porções territoriais de variados tamanhos e configurações, com paisagens naturais diversas e podem ser submetidas a diferentes formas de manejo, permitindo que seja conciliado o uso da terra com a preservação dos recursos naturais e manutenção dos ecossistemas (BRASIL, 1981; BRASIL, 2000).

A delimitação das APAs pode compreender espaços públicos e/ou privados, e sua implementação deve contemplar um plano de manejo adequado à sua tipologia, com ampla participação da população residente, contando ainda com um Conselho Gestor constituído por representantes do órgão responsável, poder público, organizações da sociedade civil e da população residente, a fim de promover uma gestão ambiental democrática e participativa (BRASIL, 1981; BRASIL, 2000).

Contudo, há apontamentos para a necessidade de uma real representação das comunidades locais na gestão das APAs, que, mesmo integrando o grupo de unidades protegidas que permitem o uso dos seus territórios por parte das populações locais, o que pode ser considerado um avanço em relação a outros espaços criados a partir dos ideários preservacionistas, pode se mostrar deficitária em termos de sustentabilidade social e econômica

dessas comunidades, especialmente por limitar e até mesmo restringir atividades produtivas que assegurem a sua manutenção e sobrevivência, sem o devido direcionamento de outras políticas públicas que atendam às necessidades dessas populações (ZANONI *et al*, 2000).

Radaelli, Neto e Basso (2012, p. 117) chamam a atenção para a necessidade de um efetivo planejamento e gestão da diversidade local no processo de implantação de uma APA, pois, a experiência em muitos casos, tem gerado resultados frustrantes e resistência por parte das populações locais, em especial dos agricultores, com métodos de implantação e gestão geralmente “concebidos segundo uma visão controladora e autoritária, os quais não permitem uma efetiva participação da população local, além de pouco contribuir para a solução dos problemas relacionados ao desenvolvimento local”.

Côrte (1997, p. 9) também destaca que:

(...) uma das dificuldades de viabilizar as APAs ou torná-las efetivas é o excesso de restrições impostas pela legislação ambiental a uma propriedade particular, que acaba por prejudicar as tentativas de busca do equilíbrio entre os objetivos socioeconômicos e os ecológicos. Aponta para a necessidade de estabelecer processos de gestão de caráter participativo, compartilhado entre os vários órgãos governamentais envolvidos, o setor privado e a sociedade civil. Por outro lado, o estudo sugere que a gestão das APAs, dada a sua característica de estabelecer ações de conservação ambiental e não apenas de preservação, não deve ser fundamentada em ações de controle e fiscalização, mas deve priorizar ações de mediação de conflitos entre uso do solo e proteção dos recursos naturais através da adoção de regimes consensuais de gestão.

É nesse sentido que “o fortalecimento de espaços públicos locais, como os conselhos deliberativos das Unidades de Conservação da Natureza de uso sustentável, podem ser uma arena importante para a democratização participativa e deliberativa”, para dar credibilidade e legitimidade às racionalidades que emergem nesses cenários (MELLINGER; FLORIANI, 2015, p. 8)

O que segundo Martins (2012, p. 2), “para que se estabeleça um diálogo consensual e colaborativo é fundamental que processos de gestão ambiental identifiquem, respeitem e até mesmo resgatem o patrimônio cultural, que se manifesta através de representações e representatividades sociais e culturais” construídas ao longo do tempo nesses espaços. A inobservância dos anseios de populações locais na implantação e gestão de unidades de conservação de uso sustentável tem sido, portanto, uma das principais problemáticas apontadas no processo que disciplina a ocupação e preservação ambiental em áreas protegidas.

As Áreas de Proteção Ambiental são a categoria que abrange a maior parcela territorial dentre as de unidades de conservação no Brasil, com um total de 319 APAs criadas no período de 36 anos (de 1981 a 2017), das quais, 33 foram em âmbito federal, 190 estadual e 96 em

esfera municipal (MMA, 2018). No estado de Minas Gerais, entre 1981 e 2017 foram criadas 16 APAs, sendo a primeira delas a APA Serra de São José, criada em 19/05/1981, expandida em 1990, atualmente uma área de 4.758 hectares (ha), e a mais recente, a APA do Alto do Mucuri, criada em 30/12/2011, compreende um território de 325.148,883 ha, sendo a segunda maior área de proteção ambiental do estado e que foi escolhida como objeto deste estudo (IEF/MG, 2018).

4 METODOLOGIA DE PESQUISA

4.1 Delimitação da pesquisa

A APA do Alto do Mucuri está situada em uma área que abrange oito municípios, sete da região do Vale do Mucuri: Caraí, Catuji, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Poté, e Teófilo Otoni, e um do Vale do Jequitinhonha: Novo Cruzeiro. Considerando que dos oito municípios que integram a referida unidade dois deles tem a particularidade de terem a totalidade do seu território inserido na APA, a saber os municípios de Ladainha e Poté, com base em critérios de facilidade de acesso, e diante do curto período de tempo disponível para desenvolvimento deste trabalho o *locus* da pesquisa foi município de Ladainha.

Levando-se em consideração as características ambientais do Vale do Mucuri, a escolha do município de Ladainha se justifica também pelo rico bioma de Mata Atlântica presente em seu território, além de abrigar a nascente do Rio Mucuri do Sul, que, em junção com a nascente do Rio Mucuri do Norte em Malacacheta-MG, formam o principal curso d'água da Bacia Hidrográfica do Rio Mucuri, (IBGE, 2018; CBH-MU1, 2008).

Nesse sentido, com base nos objetivos deste estudo, os atores sociais escolhidos para participarem da pesquisa fazem parte dos seguintes segmentos: Órgão público gestor da APA – IEF/MG; Sociedade Civil Organizada – Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ladainha; Empresa pública/privada – EMATER Ladainha; Poder Público Municipal – Secretaria de Agricultura de Ladainha, cujas características são melhor detalhadas no item 5.3. A escolha dos entrevistados seguiu o critério de conveniência e interesse da pesquisadora, e restringiu-se a sujeitos que atuam no município de Ladainha, não considerando, portanto, o critério de membros ou não membros do Conselho Consultivo.

Conforme destacado por Minayo (2002), a escolha da amostragem na pesquisa qualitativa não segue critérios numéricos na definição da sua representatividade, pois a avaliação da “amostragem boa” segue os preceitos de abrangência do fenômeno investigado e das múltiplas dimensões que o envolvem, prezando-se pela qualidade das informações e não por uma grande quantidade de sujeitos informantes.

Deste modo, a quantidade de sujeitos entrevistados foram cinco pessoas, com mais de um entrevistado em um dos segmentos e ocorrência de entrevistas em dois momentos com o mesmo sujeito em alguns casos. Um número razoável que possibilitou maior proximidade do campo de estudos e a coleta de informações com mais riqueza de detalhes. A escolha das

peessoas seguiu o critério de envolvimento com o objeto de estudo, no caso a APA do Alto do Mucuri no município de Ladainha.

4.1.1 Cuidados éticos

Respeitando-se os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos, conforme prevê a Resolução nº 466/12 CNS, antes da inserção da pesquisadora em campo o projeto desta pesquisa passou pelo comitê de ética em pesquisa da UFVJM, registrado sob número de CAAE 67910317.5.0000.5108, aprovado em 23 de junho de 2017, sob parecer número 2.135.816 (ANEXO II).

Foram observados, portanto, os cuidados éticos de esclarecimento dos objetivos da pesquisa aos participantes, explicação dos riscos e benefícios inerentes à sua participação, a questão do sigilo das informações pessoais e de identidade dos entrevistados, dando-lhes total liberdade para decidir sobre a participação voluntária na pesquisa, com possibilidade de desistirem a qualquer momento caso desejem. Feitas essas considerações, os sujeitos que aceitaram participar da pesquisa procederam com a leitura, esclarecimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em duas vias de igual teor, ficando a pesquisadora de posse de uma via e os entrevistados com a outra.

4.2 Classificação da Pesquisa

Fachin (2005) explica que o método de uma pesquisa é o instrumento científico pelo qual os pesquisadores se orientam durante o planejamento, formulação de hipóteses, investigação de problemas, realização de experimentos e interpretação dos resultados que se propuseram a pesquisar, ou seja, a escolha sistemática de procedimentos capazes de descrever e explicar os passos seguidos no desenrolar do trabalho realizado. A autora acrescenta que a escolha dessa trajetória metodológica deve conduzir às operações do “conhecer”, do “agir” e do “fazer”, pautando-se, primeiramente, na natureza específica do problema a ser investigado e nos fins que se deseja atingir (conhecer), de modo que sejam escolhidos (como agir), portanto, os métodos que lhe sejam mais apropriados (fazer). Com isso, a partir dos objetivos que se tem em vista, serão apresentados a seguir o aporte metodológico, os caminhos trilhados e os procedimentos escolhidos para realização desta pesquisa.

De forma sucinta Strauss e Corbin (2008) definem metodologia como sendo uma forma de se pensar a realidade e de estudá-la. Dentre as possíveis formas científicas, a abordagem metodológica escolhida para este estudo é a de pesquisa qualitativa. Que se faz pertinente diante da “particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida” (FLICK, 2009, p. 20). Pois a pesquisa qualitativa caracteriza-se pela possibilidade de que sejam levadas em consideração as particularidades e níveis da realidade que não são quantificáveis, preocupando-se com o universo dos significados, valores, crenças, comportamentos e motivações que transcendem a operacionalização e racionalização dos fatos, chegando a um nível mais profundo das relações entre o universo objetivo e a subjetividade dos indivíduos (MINAYO, 2002).

Dentre as razões para se optar pela pesquisa qualitativa Strauss e Corbin (2008) apontam, além da preferência e proximidade dos pesquisadores com esse tipo de trabalho, a natureza do problema a ser pesquisado, com maior inclinação para aqueles que demandem um trabalho de campo que leve à compreensão do que as pessoas “estão fazendo e pensando”, possibilitando que sejam obtidos maiores detalhes dos fenômenos, que, dificilmente seriam extraídos por outros métodos.

Nesse sentido, a escolha pela observância do objeto desta pesquisa com as lentes do método qualitativo encontra fundamentação nos apontamentos de que “pesquisadores qualitativos estudam o conhecimento e a prática dos participantes” da pesquisa, orientando-se para a demonstração da “variedade de perspectivas (...) sobre o objeto, partindo dos significados sociais e subjetivos a ele relacionados” (FLICK, 2009, p. 24).

As premissas para escolha da pesquisa qualitativa nesse contexto ganham fôlego com as contribuições de Enrique Leff acerca da complexidade ambiental, ao apresentar o saber ambiental como “um saber que, além de um equilíbrio de forças externas, está na interação dos sujeitos e culturas, em suas diversas interpretações sobre o mundo e a natureza, na construção de saberes significativos” (LEFF, 2003, p. 9).

Um construto que segundo Flick (2009, p. 24), é apropriado à medida em que “os objetos não são reduzidos a simples variáveis, mas sim representados em sua totalidade, dentro de seus contextos cotidianos”, tomando os estudos de campo não como “situações artificiais criadas em laboratório, mas sim práticas e interações dos sujeitos na vida cotidiana”, em um caminho, que segundo o mesmo autor, conduza mais à descoberta do novo do que à reprodução e à aferição de teorias já formuladas.

Ademais, a orientação qualitativa conduz não somente à apreciação da subjetividade dos sujeitos, contextos e objetos investigados, como permite também que seja manifestada e

reconhecida a idiosincrasia subjetiva do pesquisador, ao passo que, “em vez de simplesmente encará-la como uma variável a interferir no processo, a subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa” (FLICK, 2009, p. 25).

Como asseverado por Minayo (2002, p. 14) a abordagem qualitativa presente nas ciências sociais contém um “substrato comum de identidade entre sujeito e objeto”, visto que ambos possuem a mesma natureza. Proporcionando, para além da construção do conhecimento, a construção da autoconscientização por meio do processo de interação e reflexividade. Uma mediação recíproca oriunda da comunicação entre um “Eu” e outro “Eu” a partir da qual, mutuamente se constituem enquanto sujeitos, onde “A consciência existe como um meio em que os sujeitos se encontram, de tal modo que, sem se encontrarem, não poderiam existir como sujeitos” (HABERMAS, 1968, p. 15).

Toma-se como base metodológica/epistemológica, portanto, o paradigma de pesquisa qualitativa de cunho interpretacionista, seguindo a perspectiva da fenomenologia. O que em termos de classificação da pesquisa, de acordo com Triviños (1987, p. 28):

A pesquisa qualitativa com apoio teórico na fenomenologia é essencialmente descritiva. E como as descrições dos fenômenos estão impregnadas dos significados que o ambiente lhes outorga, e como aquelas são produto de uma visão subjetiva, rejeita toda expressão quantitativa, numérica, toda medida. Desta maneira, a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto.

Nesse sentido, seguem adiante algumas considerações que se fazem pertinentes em relação à abordagem metodológica adotada.

4.2.1 Enfoque Metodológico

O caminho historicamente percorrido pelos métodos de pesquisa nas ciências sociais enquanto campo científico é permeado por embates e conflitos, por vezes contraditórios e até mesmo antagônicos. Conflitos estes, advindos não somente da própria questão em torno da sua cientificidade frente à hegemonia dos métodos empregados nas ciências “duras”, como da busca pela superação do pragmatismo objetivista das correntes ocidentais predominantes (MINAYO, 2002; VERGARA; CALDAS, 2005).

A partir desses, e de tantos outros conflitos, que movimentaram o debate em torno das pesquisas qualitativas e das escolas de pensamento que influenciaram o avanço das suas

correntes teórico metodológicas é que surge no campo das ciências sociais aplicadas, dentro do arcabouço dos estudos organizacionais, a corrente do interpretacionismo.

Conforme resgatado por Vergara e Caldas (2005), os pressupostos do paradigma interpretacionista são concebidos a partir da crítica à natureza excessivamente objetiva, até mesmo limitante, do funcionalismo empregado nos estudos das ciências sociais (e sociais aplicadas), colocando-se como contraponto, no intuito de se tentar buscar a compreensão dos fenômenos sociais a partir do ponto de vista dos seus atores, ou seja, as pessoas que estão envolvidas e que constroem o mundo social e, portanto, seriam capazes de explicá-lo e conferir-lhe sentido. Apontando ainda, que na concepção interpretacionista “A realidade social é, então, uma rede de representações complexas e subjetivas” (VERGARA; CALDAS, 2005, p. 67).

O interpretativismo realça, portanto, o caráter intersubjetivo da pesquisa qualitativa, orientando-se por princípios metodológicos que conduzam de fato à interpretação e à busca pela compreensão da realidade, ou, pelo menos de pressupostos que melhor se aproximam do entendimento do real, pois trabalha com o universo dos significados e da complexidade do mundo social, que seriam, por sua vez, o cerne da investigação (MINAYO, 2002; VERGARA; CALDAS, 2005).

A fenomenologia tem raízes mais profundas nos ideários de Kant e Hegel, mas foi na passagem do século XIX para o século XX que essa corrente se originou a partir das inspirações do filósofo alemão Edmund Husserl, atraindo posteriormente o interesse de outros filósofos como Heidegger, Sartre e Merleau-Ponty, que trouxeram novas contribuições à Fenomenologia a partir das suas interpretações e diferentes leituras, cuja orientação desde Husserl teve como cerne a consciência, o estabelecimento das relações sujeito essência dos/nos fenômenos, passando, portanto, a partir das contribuições dos outros filósofos no século XX, de uma concepção originalmente direcionada para o estudo da manifestação dos fenômenos no espaço da consciência, para uma análise fenomenológica empírica, que absorve a característica da subjetividade na investigação de um fenômeno (RIBEIRO; LOBATO; LIBERATO, 2009; FEIJOO; MATTAR, 2014; SOUZA, 2017).

Nos termos constantes na obra husserliana *Die Idee der Phänomenologie* (A ideia da Fenomenologia) transpõem-se a seguinte concepção do autor:

(...) efetivamente não tem sentido algum falar das coisas que simplesmente existem e apenas precisam de ser vistas; mais que esse “meramente existir” são certas vivências da estrutura específica e mutável; que existem a percepção, a fantasia, a recordação, a predicação, etc., e que as coisas não estão nelas como num envólucro ou num recipiente, mas se *constituem* nelas as coisas, as quais não podem de modo algum encontrar-se como ingredientes naquelas vivências”. O “estar dado das coisas” é *exibir-se* (ser representadas) de tal modo em tais fenômenos. (HUSSERL, s.d.).

Nesse sentido, citando Angela Bello, Souza (2017) destaca que as vivências que propõe considerar no campo da fenomenologia, estão na percepção, na lembrança, na imaginação e no processo reflexivo dos indivíduos, constituindo um arsenal de cunho transcendental. O método fenomenológico tem marcante presença nos estudos da Psicologia, na investigação dos aspectos subjetivos e cognitivos das vivências dos sujeitos analisados. Souza (2017) acrescenta a potencialidade das inspirações fenomenológicas em estudos ambientais, a partir de um guia para estudos de campo proposto por Whyte -1977, com aplicação das técnicas que residem nas estratégias do “ouvir”, “perguntar” e “observar”.

Para Souza (2017, p. 302) o uso da fenomenologia associada aos estudos de percepção ambiental, permite conduzir, “à identificação das essências acerca do fenômeno estudado, ou seja, da experiência vivida dos sujeitos”. Em que o ouvir é o principal ponto de vislumbre na possibilidade de uso do método fenomenológico nos estudos ambientais orientados para compreensão do ponto de vista dos participantes. Ou seja, conforme explicado por Triviños (1987, p. 49), o enfoque fenomenológico possibilita uma caracterização do “*mundo vivido* dos sujeitos”, haja vista que, o “contexto cultural onde se apresentam os fenômenos permite, através da interpretação deles, estabelecer questionamentos, discussões dos pressupostos e uma busca dos significados da intencionalidade do sujeito frente à realidade”.

4.3 Método de coleta dos dados

Na aplicação do método para coleta das informações optou-se pela técnica de entrevista que, em um primeiro nível, “se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala”, e é uma das formas de se coletarem as informações presentes nos discursos dos atores sociais (MINAYO, 2002, p. 57). As entrevistas foram do tipo semiestruturadas, que são aquelas que seguem um formato de abordagem mais espontâneo, com um roteiro menos estruturado e mais flexível em seus critérios de interrogação (GIL, 2008).

Conforme definido por Gil (2008, p. 112), na entrevista semiestruturada “As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas”, com intervenções sutis por parte do pesquisador no sentido de orientar a temática da entrevista, preservando pela espontaneidade da fala do sujeito entrevistado.

Além disso, na realização da entrevista semiestruturada o entrevistador tem mais liberdade para direcionar o diálogo com o entrevistado, em face às diversas situações que podem se apresentar, explorando mais amplamente a conversação e a informalidade no diálogo estabelecido (MARCONI; LAKATOS, 2003). Considera-se, portanto, que esta modalidade de entrevista permite maior flexibilidade e liberdade durante as abordagens em campo, sem deixar perder o foco do que se pretende levantar em torno das questões envolvendo a área de proteção ambiental.

Nesse sentido, buscou-se contemplar nos roteiros previamente estabelecidos três principais perspectivas em torno da temática da APA do Alto do Mucuri: 1- o conhecimento e envolvimento dos entrevistados com as questões relacionada a APA; 2 – a sua percepção em relação ao processo de implantação da unidade de conservação no município de Ladainha; 3 – a opinião dos mesmos quanto aos principais avanços e desafios com a criação da APA.

A coleta dos dados ocorreu durante o período de março a setembro de 2018. Tendo em vista que a pesquisadora reside no município de Teófilo Otoni, a 80 quilômetros de Ladainha, previamente foi realizado contato telefônico com os sujeitos a serem entrevistados, para explicar os objetivos da pesquisa e verificar o interesse e disponibilidade dos mesmos em contribuir concedendo as entrevistas. Conforme disponibilidade dos mesmos foram agendadas as entrevistas individuais, em que quatro delas ocorreram no município de Ladainha e duas no município de Teófilo Otoni. Considerado ainda que um dos sujeitos teve sua entrevista em dois momentos devido à sua disponibilidade de tempo.

Em termos de disponibilidade cabe destacar também que todas as entrevistas sofreram, de alguma forma, influências do ambiente em que foram realizadas, visto que mesmo sendo realizado um agendamento prévio com liberdade de escolha do local mais apropriado, todas ocorreram nos próprios ambientes de trabalho dos sujeitos entrevistados, em geral espaços pequenos, com constantes interferências de pessoas que demandavam atendimento, interrupções via telefonemas, pouca privacidade em termos de acústica das salas e presença de outros funcionários no local, além das constantes demandas de trabalho que não permitiu maior delonga no tempo das entrevistas, cumprindo com o tempo médio de realização de 30 minutos para cada. O que, no entanto, não comprometeu os resultados da pesquisa, citando-se apenas a fim de caracterizar o ambiente em que as entrevistas foram realizadas e as circunstâncias das demandas de atividades dos atores entrevistados.

Também houve a participação da pesquisadora em um evento do Encontro de Mulheres Rurais, realizado em Ladainha no dia 08 de março de 2018, e em uma reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Ladainha no mês de abril de 2018. A

experiência nesses espaços foi fundamental para melhor compreensão do perfil dos moradores do município de Ladainha e das instâncias de participação popular e representações sociais. Além de ter proporcionado um momento de observação não participante que permitiu maior aproximação dos sujeitos entrevistados e uma vivência única durante a realização da pesquisa.

Outras informações e dados sobre o objeto de estudo foram coletados em fontes secundárias como livros, sites governamentais e não governamentais, decreto de criação da APA, edital para composição do conselho consultivo, plano de manejo, dentre outros documentos públicos disponibilizados pelo órgão responsável pela gestão da unidade de conservação. Além de dados sociais e demográficos da região do Vale do Mucuri e do município de Ladainha- MG, coletados na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

4.4 Método de interpretação e análise

Conforme delineado por Flick (2009) dentre as perspectivas de pesquisa qualitativa com abordagens mais subjetivas, como o interacionismo simbólico e a fenomenologia, há uma tendência de predomínio do uso de entrevistas e de narrativas como método de levantamento dos dados, e das técnicas de codificação e instrumentalização da análise de conteúdo para sua análise e interpretação.

Seguindo por esse curso, o instrumento de análise empregado foi o método de análise de conteúdo, que segundo Bardin (1997) possibilita uma maior compreensão de fatores relacionados a crenças, valores, tendências e motivações presentes no aspecto simbólico e cultural das relações, a partir dos conteúdos linguísticos que emergem à superfície das falas. De acordo com o autor:

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas, parciais, mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que em parciais, são complementares. Esta abordagem tem por finalidade efectuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Para tanto, foi realizada a transcrição dos áudios de gravação das entrevistas, procedendo-se posteriormente às leituras flutuantes de todo o material transcrito e dos registros de campo, como forma de exploração prévia do material a fim de se estabelecerem conexões, *insights* e uma relação de coerência para análise dos resultados. Na sequência foram

estruturadas, por meio de codificação, as unidades e categorias de análise presentes nas falas dos entrevistados, com auxílio do *software* de análise de *corpus* textual IRAMUTEQ, por meio do qual foi possível sistematizar com mais detalhes essa etapa de codificação textual do conteúdo das entrevistas (BARDIN, 1977; TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2008; FLICK, 2009).

O IRAMUTEQ - *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, *software* utilizado para análise lexical do conteúdo do *corpus* textual das entrevistas, foi desenvolvido na França pelo professor Pierre Ratinaud, com a primeira versão concebida em 2009 (AQUINO, 2015), é de uso e liberação gratuita (*software* livre) e foi desenvolvido na modalidade *open source* (código aberto), o que foi decisivo na escolha desse instrumento para codificação e instrumentalização do conteúdo se comparado a outros *softwares* de análise qualitativa com a mesma finalidade porém com elevado custo e mais restritivos quanto aos critérios de utilização.

A principal finalidade do IRAMUTEQ nesta pesquisa foi auxiliar no processo de análise do conteúdo das entrevistas, produzindo de forma automatizada a análise e agrupamento das palavras, através do método de Classificação Hierárquica Descende (CHD), de acordo com a frequência de ocorrência e sentido das palavras no *corpus* do texto, e dividindo em classes e categorias conforme a semelhança entre os temas encontrados. Cabendo ressaltar, que o instrumento quantitativo de análise estatística empregado pelo software não descaracteriza a natureza essencialmente qualitativa dos dados, que são as falas dos sujeitos entrevistados, tampouco exime o processo subjetivo de análise e interpretação realizado pela pesquisadora.

Emergiram a partir do processamento e CHD do IRAMUTEQ cinco classes distintas, subdivididas em três *subcorpus* (A, B, C), conforme descrito no tópico 5.4 e constante no Anexo I. Coincidentemente, os *subcorpus* encontrados pelo *software* foram na mesma quantidade das categorias definidas *a posteriori* pela pesquisadora, com base na observância de uma sequência cronológica das fases de instituição da APA conforme falas dos entrevistados.

Assim, de posse do acervo do material codificado e categorizado, de outras informações delineadas ao longo da pesquisa e obtidas por meio de pesquisa em fontes secundárias, e, considerando as experiências vivenciadas em campo, foi realizado o processo de interpretação e análise através da reflexividade e comparação de informações, situações e normas estabelecidas, visando responder ao questionamento e aos objetivos pesquisa.

Toda a explanação realizada nessa sessão teve por objetivo demonstrar detalhadamente os procedimentos adotados durante o percurso da pesquisa e o rigor metodológico para coleta, interpretação e análise dos dados. No entanto, é importante ressaltar que a singularidade dos resultados frente a um fenômeno, contexto, tempo, espaço e sujeitos específicos, práticas de

campo e pontos de vista específicos, jamais permitiriam a generalização para outras situações, ainda que semelhantes (BARDIN, 1977; FLICK, 2009).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 O Vale do Mucuri: fatores de ocupação territorial

O propósito de iniciar essa sessão abordando alguns fatores de ocupação territorial da região do Vale do Mucuri se justifica pela necessidade de compreensão das próprias origens históricas e motivações para criação da Área de Proteção Ambiental do Alto do Mucuri, que, a partir do reconhecimento das características culturais, econômicas, sociais, políticas e ambientais, torna possível o entendimento da importância das iniciativas de preservação ambiental e promoção do desenvolvimento sustentável para essa região.

O Vale do Mucuri está localizado no nordeste do estado de Minas Gerais, possui uma área territorial de 20.081 km², subdivide-se em duas microrregiões (microrregião Teófilo Otoni e microrregião Nanuque), e é composto por 23 municípios (IBGE, 2010; CHANNEL, 2018). Faz limite com os Vales do Jequitinhonha e Rio Doce e com o norte do Espírito Santo e sul da Bahia. A bacia do Rio Mucuri é o seu principal afluente e integra as bacias hidrográficas dos rios Doce, Jequitinhonha, São Mateus, Peruípe, Itanhém e Itaúnas. Cujas ocupação da região tem fortes ligações com os eixos da costa litorânea, os leitos desses rios, em especial do Rio Mucuri, e suas riquezas naturais (CARVALHO, 2006).

O Vale do Mucuri tem um histórico de ocupação relativamente recente, considerada uma região fronteira, até meados dos anos 30 do século XIX era povoada apenas pelos índios que a habitavam (SANTOS, 2008). No entanto, os relatos históricos e menções das riquezas naturais da região, em especial do Rio Mucuri e seus afluentes, das matas tropicais, e os indícios de metais preciosos (DUARTE, 2002; SANTOS; BARROSO, 2017), “ocuparam as narrativas de colonizadores desde o século XVI, sendo a região uma das primeiras a ser visitada pelos portugueses em busca de ouro” (SANTOS; BARROSO, 2017, p. 22).

Até os anos de 1800 a região era conhecida apenas por seus habitantes nativos, e as diversas expedições realizadas por estrangeiros nesse período com o propósito de busca por metais preciosos, esbarraram nas dificuldades de se adentrar pelas densas matas, os relatos de ataques indígenas, mortes por envenenamento com plantas venenosas e epidemias causadas por picadas de insetos (DUARTE, 2002; SANTOS; BARROSO, 2017). Com “matas até então intocadas pela civilização, rios de curso não delimitado, grandes extensões ainda não mapeadas” (DUARTE, 2002, p.268).

Das expedições realizadas no Mucuri antes da sua colonização, ganham destaque os exploradores Maximilian, naturalista e príncipe de Wied-Neuwied, o botânico Auguste de

Saint-Hilaire (DUARTE, 2002), e o engenheiro Pierre Victor Renault, tendo este último produzido em 1837 um relatório da sua expedição ao governo da província, que logo que foi publicado motivou o interesse de grandes investidores, especialmente pela sua descrição de que o Rio Mucuri era navegável. Servindo de base, posteriormente, para o comerciante liberal Teófilo Benedito Ottoni, que encaminhou ao Governo de Minas Gerais em 1847 a proposta de empreendimento de uma companhia de navegação e comércio com o intuito de promover a ligação entre o Estado de Minas Gerais e o litoral, favorecendo assim o escoamento da produção por esse trecho (SANTOS; BARROSO, 2017).

O fato é que “antes mesmo da colonização, a bacia do Mucuri já era cobiçada tanto pela fertilidade de suas terras quanto pela sua exuberante natureza, o bioma da Mata Atlântica; caracterizado pela abundância hídrica e densas matas” (FELIPPE et al, 2008, p. 254). O forte interesse pela região levou os colonizadores a uma negociação com os índios nativos para terem acesso ao mar, assim, iniciava-se um longo período de colonização e extrativismo vegetal. Mas foi a partir da fundação da Companhia de Navegação e Comércio do Mucuri que a região tornou-se alvo de relevantes interesses econômicos, pois tornava possível a exploração do leito do rio, provendo um atalho até o norte da Província de Minas e realizando a ligação com o mar (FELIPPE et al, 2008).

A Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri foi criada no ano de 1848, e teve seus trabalhos iniciados em 1851, no entanto, em uma expedição realizada por Teófilo Ottoni e seu irmão Honório Ottoni em 1847, foi verificado que a previsão de navegabilidade do rio Mucuri, constante no relatório dos estudos feitos por Renault, não era possível. O que levou à construção de uma estrada de 27 léguas e meia (180 Km), denominada Estrada de Santa Clara, que fazia a ligação entre o litoral e a vila de Minas Novas (SANTOS, 2008; SANTOS; SOREL, 2015; SANTOS; BARROSO, 2017).

Nesse período já se tinham estabelecidas algumas lavouras às margens do rio Todos os Santos e confluência com o ribeirão Santo Antônio, e armazéns centrais da Companhia, onde em 1853 foi criado o novo povoado de Filadélfia, atualmente a cidade de Teófilo Otoni, que recebeu esse nome em homenagem ao seu fundador (CARVALHO, 2006; SANTOS, 2008). Assim, “Tínhamos então fronteiras abertas para a civilização, que nas luzes do século XIX deveriam nas selvas do Mucuri serem acesas, um potencial civilizatório e por conseguinte econômico e político ao justificar a tentativa de dominar o indomável” (BENTO, 2006, p. 63).

A ocupação do Mucuri desde o início contou com uma população formada pela heterogeneidade cultural dos povos indígenas, mineiros e lavradores vindos da região do norte do estado, imigrantes portugueses e chineses vindos como mão de obra estrangeira, além da

mão de obra escrava de negros africanos e seus descendentes, e os colonos europeus que receberam porções de terras para agricultura (SANTOS; SOREL, 2015).

Em face à algumas dificuldades que se estabeleceram, os altos custos de manutenção e o não alcance da rentabilidade esperada, no ano de 1861 o governo encampou a Companhia de Comércio e Navegação do Mucuri, liquidando a empresa e devolvendo de forma indenizatória aos acionistas o capital inicialmente investido (SANTOS, 2008). “No que surgem as escassas fontes até então existentes, com o fim dessa empresa nos anos de 1860, a futura cidade de Teófilo Otoni mantinha como base econômica um comércio interno ativo em toda a região até a chegada da Estrada de Ferro Bahia e Minas em 1898” (SANTOS; SOREL, 2015), “solidificando finalmente o vínculo entre o alto, o médio e o baixo Mucuri (CARVALHO, 2006, p. 53).

A ferrovia tinha como objetivo o escoamento de diversas mercadorias, dentre as quais o café e a madeira, umas das principais produções da região na época. A solicitação para construção da estrada de ferro ligando Teófilo Otoni ao povoado de Caravelas no Sul na Bahia, foi feita pelo político João da Mata Machado à província do Estado, cuja realização da obra foi concedida ao engenheiro Miguel de Teve e Argolo (NOVAIS, s.d.). “A mão-de-obra especializada para os serviços da ferrovia chegava em Caravelas, de onde seguia para Teófilo Otoni e Ladainha (local onde foram construídas as oficinas da Cia.)” (NOVAIS, s.d., p. 185).

No fim do século XIX todo o escoamento da produção cafeeira na região era feito através da ferrovia Bahia e Minas, “alterando de forma significativa as relações comerciais da região”, e assumindo “um papel determinante no crescimento regional, direcionando a expansão e o surgimento de cidades e distritos como Nanuque, Carlos Chagas, Ladainha, Poté, Pedro Versiani, Crispim Jacques, dentre outras” (SANTOS; SOREL, 2015 p. 11, p. 50).

Ao final dos anos 1940, com o início das obras de construção da Rodovia Rio Bahia (BR 116), a crise cafeeira na década de 50, e posteriormente a chegada dos militares ao poder em 1964, a ferrovia caiu em decadência e acabou por ser extinta no ano de 1966, sendo parte dos seus funcionários transferidos para outra empresa ferroviária e os seus trilhos retirados (NOVAIS, s.d.). Restando apenas seus resquícios no imaginário local e alguns vestígios históricos como a Pojixá, primeira locomotiva a percorrer os seus trilhos, atualmente exposta na Praça Tiradentes, região central da cidade de Teófilo Otoni (BENTO 2006).

Depois de instalada a Rio - Bahia (BR 116), no final da década de 40, o que se observou na região é que a rodovia, geralmente tomada como sinônimo de progresso e desenvolvimento, na verdade representou um elemento que expôs a região ao mundo modificando seu perfil de maneira decisiva, então fruto do enclausuramento da cidade. Além disso, sua presença acabou patrocinando o desmatamento dos remanescentes

florestais restantes na região de forma sistemática e definitiva, sem jamais se transformar num vetor de incentivo à indústria ou ao comércio na região (CARVALHO, 2006, p. 65).

Com a desativação da Estrada de Ferro Bahia e Minas, o surgimento dos novos trechos rodoviários como a já então citada Rio Bahia, e também a Estrada do Boi (BR 418), que foi construída em grande parte sobre as passagens da antiga Estrada Santa Clara, e, segundo Carvalho (2006, p. 68) “veio como uma contrapartida do governo pela retirada da ferrovia”, surgem novas bases de fluxo econômico, de transporte e comunicação no Vale do Mucuri, que, com as mudanças no cenário político e a escassez de investimentos públicos para a região, foi perdendo o seu prestígio e passou se manter com os frutos da economia local (BENTO, 2006; CARVALHO, 2006).

O Vale do Mucuri assistiu, desde o período de sua colonização, a intensos ciclos econômicos, como foram o caso da extração mineral e vegetal, a cafeicultura, e a pecuária extensiva, que trouxeram grandes impactos ambientais e contribuíram com o empobrecimento da região e perda do patrimônio natural (SANTOS; SOREL, 2015). Como apontado por Felipe *et al* (2008, p. 256):

À medida que o desmatamento avançava, o Mucuri transformava-se em “roça de tocos”. Queimava-se para o plantio e depois se colhia algumas safras. A fertilidade das terras logo se esgotava. Depois eram destinadas a pastagens. A relativa abundância de terras permitiu que esse ciclo vigorasse por longo tempo no Mucuri. Tais práticas conduziram, irremediavelmente, à exposição contínua dos solos. Isso porque os colonos utilizavam formas tradicionais de cultivo, e não havia o emprego de técnicas, tais como plantio em nível, rotação de culturas, preservação das matas de topos, etc. (...) à medida que a civilização avançava, a biodiversidade declinava.

Com exceção das grandes propriedades que ainda restaram do período imperial, o perfil de distribuição das terras da região em pequenas propriedades, e o uso inadequado do solo, comprometeram a produtividade e a renda da maioria das famílias, desencadeando no êxodo rural em muitos municípios que passaram a buscar por outras formas de sobrevivência nos centros urbanos, contribuindo com a formação de favelas e os índices de desemprego na região ao longo dos anos (CARVALHO, 2006).

O breve histórico de ocupação do Mucuri, a sua formação social mesclada pelas diversas culturas que se entrecruzaram, o perfil de desenvolvimento econômico, fatores políticos que influenciaram a cultural local e as marcas deixadas pela devastação de suas matas e riquezas naturais, revelam seus traços atuais, e, sobretudo, fazem um apelo para o resgate da identidade de um Vale rico e próspero, que ainda faz parte do imaginário de suas gentes.

5.1.1 Ladainha e os fragmentos de exuberância do Mucuri

O município de Ladainha ganha destaque nesta pesquisa pelas suas características ambientais que, inclusive, o tornam um patrimônio de reserva do bioma de Mata Atlântica na região do Vale do Mucuri e em todo o Estado de Minas Gerais. E pelo histórico de criação da unidade de conservação na região estar intimamente ligado à riqueza de suas matas e rios, que hoje são os principais fragmentos da exuberância de um vale outrora totalmente coberto por essas mesmas matas e suas belezas naturais.

Além do patrimônio ambiental, Ladainha carrega consigo resquícios históricos de um capítulo especial da formação do Mucuri, a Estrada de Ferro Bahia e Minas - EFBM. Um trecho comum utilizado por viajantes que seguiam de Minas Novas e Araçuaí, “Ladainha dos Pôdos” foi o local em que o coronel empreiteiro da ferrovia e seu pessoal montaram acampamento para sediar a futura oficina e escola de formação de mão de obra para construção e ampliação da Estrada de Ferro Bahia e Minas, entre os anos de 1914 e 1915, sendo a obra da Estação de Ladainha concluída e inaugurada no ano de 1918. Atualmente a sede é utilizada como ponto rodoviário e posto policial do município, como pode ser observado da Figura 1. (ESTADO DE MINAS, 2015; IBGE, 2017).

O nome do município tem sua origem devido à fama de um antigo morador, rezador de terço na forma de ladainhas, que já vivia nas localidades juntamente com povos indígenas remanescentes da tribo Pôdos antes da criação da ferrovia, o que fez com que o local ficasse popularmente conhecido como Ladainha de Pôdo, recebendo posteriormente o nome oficial de Ladainha (FADEPE et al 2009, IBGE, 2017). “Em 1926, com a construção de 61 casas para os funcionários da estrada Bahia-Minas, o povoado passa a vila e, posteriormente, a distrito em 1929. É elevado à categoria de cidade, sede do atual município de Ladainha em 1948” (FADEPE et al, 2009, p. 110).

À época Ladainha detinha grande potencial de geração de emprego e renda, tanto devido às promessas que a EFBM trazia consigo, como pela sua localização estratégica como um dos principais trechos que ligava Minas ao litoral. Há registros de criação de um cinema por parte da Companhia, como artigo de cultura e lazer para os trabalhadores e moradores do município, que, de acordo com o Anuário Estatístico de Minas Gerais, em 1955 já contava com uma população estimada de 17.693 habitantes, dividida entre Ladainha e o distrito de Concórdia do Mucuri (DEEMG, 1957).

“Com o desativamento da Estrada de Ferro Bahia Minas no ano de 1966, logo no início do regime militar, a região passou por uma fase de depressão econômica devido ao seu

isolamento geográfico” (FADEPE et al, 2009, p. 111), a estrada que antes passavam os trilhos da ferrovia e eram o principal trecho que ligava Ladainha a outras cidades, atualmente é uma estrada de chão que faz limite com o município de Novo Cruzeiro no Vale do Jequitinhonha. Até a criação das rodovias BR– 116 e MG - 217, sendo esta a principal via que atualmente liga Ladainha à cidade de Teófilo Otoni, o município vivenciou uma crise de isolamento geográfico, e, conseqüentemente uma redução na economia local. Conforme um dos trechos da matéria “Ferrovia Bahia-Minas: 50 anos depois do ponto final”, publicada pelo Jornal Estado de Minas em 2015:

O vaivém dos vagões levou o progresso para lá. Mas, quase 50 anos depois da última viagem do trem, quanta coisa mudou. A cidade, o rio e a montanha de pedra ainda agradam aos olhos de moradores e visitantes. Já o milagre econômico foi embora no último trem: a cidade, que teve uma instituição de ensino especializada em formação de profissionais, obteve, em 2013, a segunda pior nota no estado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da educação (0,391) entre os 853 municípios em Minas. Agora, Ladainha é uma cidade com um passado glorioso e um presente à espera de um futuro melhor (ESTADO DE MINAS, 2015).

Assim, os elementos históricos da ocupação do Vale do Mucuri e do município de Ladainha denotam características ambientais, e, sobretudo culturais, que até hoje se fazem presentes nos valores e crenças de seus habitantes, além dos lugares e pontos que se tornaram atrativos turísticos em Ladainha, como a pedra gigantesca que está situada bem no meio do município (FIGURA 2), cachoeiras, fazendas, e trechos da antiga EFBM (FIGURA 3), em que é possível observar também poucos limites entre o urbano e o rural, sendo preservados ainda os ares de interior (FIGURA 4).

Atualmente o município possui 16.994 habitantes, com 75% dessa população residente na zona rural, cujas principais fontes de renda são o cultivo de produtos agrícolas, a agropecuária, e plantação de eucalipto para produção de carvão vegetal, com um índice de mais de 30% do Valor Adicional Bruto do PIB municipal originado do segmento agropecuário (IBGE, 2010; GODINHO, 2010). No entanto, o perfil da economia local tem sido um dos agravantes na redução da população ao longo dos anos, que vão buscar outras oportunidades de emprego em municípios vizinhos ou mesmo nos grandes centros urbanos, sendo a agricultura familiar a principal responsável por ainda manter grande parte da mão de obra local ocupada e contribuir para a redução do êxodo rural. Para melhor contextualização, na Tabela 3 foram sistematizadas algumas das principais informações e características de Ladainha.

Os cenários de crise, depressão econômica, conflitos territoriais, etc. impuseram às populações locais o desafio de buscarem novas formas de sustento, com grande destaque para a agricultura familiar e produção rural de pequeno porte em toda a região. Um traço que, diante

dos valores ambientais presentes em Ladainha e do contexto de pressão em torno da necessidade de preservação da Mata Atlântica em seu território, contribuiu com a decisão de se criar uma unidade de conservação ambiental na região. Nesse contexto, as formas de uso e apropriação dos recursos naturais, mesmo com respaldos legais, faz-se preocupante do ponto de vista da gestão, seja no âmbito particular, individual dos proprietários, a partir de práticas culturalmente comuns, ou da gestão pública, com vias a se estabelecer um maior controle, fiscalização e novas estratégias de recuperação e preservação ambiental.

Figura 1 – Antiga sede da Estação de Ferro Bahia e Minas em Ladainha



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora

Figura 2 – Pedra de Ladainha conhecida como “Marta Rocha”



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora

Figura 3 – Túnel que passava a Estrada de Ferro Bahia-Minas em Ladainha



Fonte: Adventure (2018)

Figura 4 – Região Central de Ladainha



Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora

Tabela 3 – Informações gerais e características do município de Ladainha

Microrregião	Teófilo Otoni
Sede Municipal	Ladainha
Distrito	Concórdia do Mucuri
Povoados (comunidades rurais)	Brejaúba; Mato Grande; Moquém; Mumbuca; Peixe Cru; São Domingos; São Joaquim; Três Ferros;
Gentílico	ladainhense
Extensão Territorial	866,290 km ²
População (2010)	16.994 hab
População Urbana	4.310 hab
População Rural	12.684 hab
Densidade Demográfica (2010)	19,62 hab/km ²
% de Domicílios com esgotamento sanitário adequado (2010)	18,5%
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal- IDHM (2010)	0,541
% da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (2010)	53,3%
PIB per capita (2014)	R\$5.176,22
% das Receitas Municipais oriundas de fontes externas (2015)	96,3%
Bioma predominante	Mata Atlântica (Floresta Estacional Semidecidual)

Fonte: Dados IBGE (2017). Elaboração própria.

5.2 APA do Alto do Mucuri

5.2.1 Fatos que antecederam a APA

Como mencionado anteriormente, as motivações para criação de uma unidade de conservação na região nordeste de Minas têm relação direta com as condições ambientais e socioeconômicas do município de Ladainha, que, além de abrigar a nascente do Rio Mucuri do Sul, que, em junção com a nascente do Rio Mucuri do Norte em Malacacheta-MG, formam o principal curso d'água da Bacia Hidrográfica do Rio Mucuri (IBGE, 2018; CBH-MU1, 2008), desde o ano de 2006 a partir da Lei nº 11.428, responde aos critérios de utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Somando-se a esses fatores as metas para implantação de novas unidades de conservação, que no Estado de Minas Gerais foi pactuada em acordo de resultados uma meta de 80mil hectares de áreas protegidas até 2014 (MG/GOV, 2012).

Diante desse contexto, no ano de 2009 a Fundação e Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora – FADEPE, juntamente com o Instituto Estadual de Florestas –IEF e o Governo de Minas Gerais realizaram um estudo que culminou na Proposta para Criação de Unidade de Conservação na Região das Nascentes do Rio Mucuri. A proposta teve como objetivo “realizar um diagnóstico dos meios abióticos, bióticos e socioeconômico nos municípios de Ladainha e Novo Cruzeiro, determinando o estado de conservação e fornecendo informações para a criação de uma unidade de conservação” (FADEPE et al, 2009, p. a), que especificamente, em termos de consolidação deste objetivo tinha como pretensão:

(...) preservar e proteger integral e permanentemente a área, cujos recursos naturais como reserva genética da flora e fauna são importantes para fins educacionais, culturais e científicos e ao mesmo tempo propiciar usos, tais como o turismo, que de forma ordenada, permitirá o uso público dos atrativos naturais e, ao mesmo tempo, proporcionará novas dinâmicas de desenvolvimento regional para a porção nordeste do estado de Minas Gerais. Como a região da área envolvida está incluída entre os municípios mineiros que apresentam os maiores fragmentos remanescentes, além de contribuir diretamente para a manutenção de um meio ambiente equilibrado e saudável, é extremamente significativa para a proteção e para a preservação *in situ* da diversidade biológica (FADEPE et al, 2009, p. a e b).

O estudo envolveu em sua equipe técnica profissionais e pesquisadores do Meio Biótico, Meio Abiótico, Mediação e Geoprocessamento, e Meio Socioeconômico. A área territorial escolhida na proposta de criação de unidade de conservação foi de quase 100% do município de Ladainha e uma pequena parte do município de Novo Cruzeiro (FIGURA 5). Dentre as justificativas para a escolha da área e da tipologia da unidade a ser criada considerou-se a ausência de uma unidade de conservação na região, a vulnerabilidade da área e características sociais e fundiárias.

Um dos aspectos técnicos/ambientais apresentados no relatório da proposta foi que:

A região de estudo se destaca pela grande riqueza em recursos hídricos, apresentando em seu interior um divisor de águas entre duas bacias de grande destaque na hidrografia brasileira, a Bacia do Mucuri que domina a maior parte da região e a do Rio Jequitinhonha que aparece no entorno norte da área de estudo. Alimentadas pela grande pluviosidade de um clima tropical com estação seca pronunciada e, pelo grande número de nascentes existentes na região, apresentam um grande potencial hídrico e turístico graças à presença de cachoeiras e corredeiras. A preservação através da criação de uma Unidade de Conservação poderá garantir a sobrevivência deste notável recurso natural (FADEPE et al, 2009, p. d).

Ao passo que, na análise socioeconômica foi possível constatar “que a pecuária leiteira e a extração de madeira, para produção de carvão são atividades muito presentes entre os produtores da região e que as opiniões se dividem com relação à implantação de unidade de

conservação” (FADEPE et al, 2009, p. 122), observando-se que, se por um lado os produtores da região veem vantagem na conservação da mata sob o ponto de vista de manutenção dos recursos naturais, como por exemplo a água, por outro receiam perder o acesso aos recursos que até então consideravam fundamentais à sua subsistência.

O estudo apresentou de fato um retrato da realidade socioambiental da área, especialmente do município de Ladainha, principal território abrangido. E com base no diagnóstico das condições e do meio biótico, social, econômico e geológico, a equipe considerou que o tipo mais indicado de unidade de conservação deveria ser a de proteção integral, na modalidade Parque Estadual, no entanto, respaldados pelo mesmo material que retratou os diversos aspectos da realidade local, consideraram mais adequado indicar a modalidade de Refúgio de Vida Silvestre. Como pode ser observado nos trechos a seguir:

Considerando a ausência de unidade de conservação próxima à área de estudo, a grave situação de conservação das espécies da fauna de médio e grande porte tipicamente de mata, particularmente as espécies ameaçadas, com risco muito alto de extinção na natureza em futuro próximo, o registro de novas espécies e a pressão que os últimos fragmentos de Mata Atlântica da região nordeste do Estado estão submetidos, fica evidente a necessidade da implantação de uma unidade de conservação de proteção integral na região do vale do Rio Mucuri.

Considerando a vulnerabilidade da área, devido a presença de muitas comunidades nas áreas rurais dos municípios de Ladainha e Novo Cruzeiro, e incluídas na área indicada pelo IEF, o que dificulta o controle e o monitoramento das atividades ilegais que possam vir a se desenvolver na área.

Considerando que a remoção desta população pode vir a gerar conflitos sociais e fundiários, propõe-se uma categoria de manejo que compatibilize a presença desta população já assentada com a conservação dos recursos naturais.

Sob o ponto de vista da preservação dos atributos naturais relevantes e o grande tamanho da área, a categoria “Parque” seria a mais indicada. Porém, considerando a presença consolidada e demograficamente significativa de população residente na área e diante das considerações citadas anteriormente e com respaldo no SNUC, a categoria mais adequada a ser indicada é a de Refúgio de Vida Silvestre (FADEPE et al, 2009, p. 147).

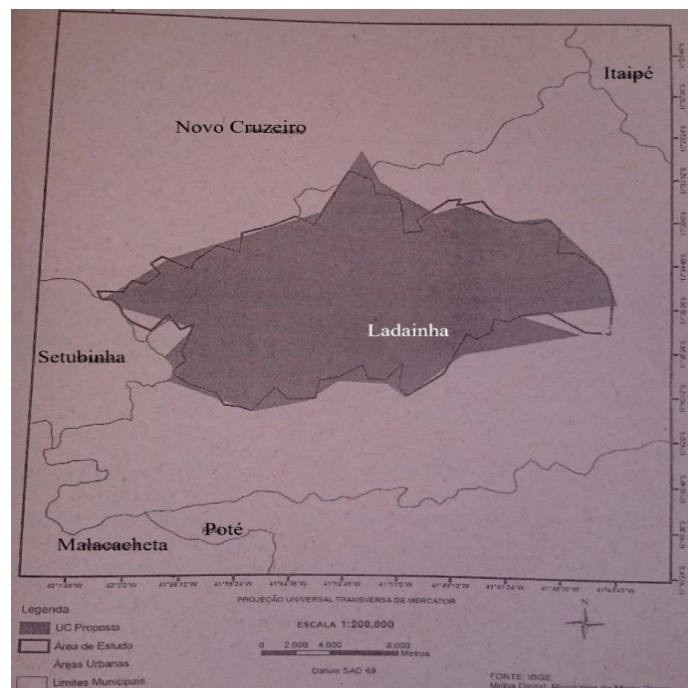
Como mencionado na sessão que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a categoria Refúgio de Vida Silvestre faz parte do grupo de unidades de conservação de proteção integral, ou seja, aquelas em que é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais. De acordo com o Art. 13 do SNUC essa categoria tem por objetivo “proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória”, podendo ser constituído por áreas particulares desde que seja possível a compatibilização dos seus objetivos com o uso das terras e dos recursos naturais locais por parte dos proprietários (BRASIL, 2000).

Dentre as considerações e justificativas apresentadas no documento para indicação da modalidade Refúgio de Vida Silvestre tem-se, portanto que:

(...) a implantação de uma Unidade de Conservação a ser denominada “Refúgio da Vida Silvestre Nascentes do Mucuri”, entendendo que tão importante quanto a flora e a fauna de uma região são também as águas que garantem a sua perpetuação. Além disso, mais importante que estabelecer em um primeiro momento, uma unidade de conservação altamente restritiva, é assegurar a harmonia na integração desse processo com a comunidade diretamente envolvida. Dessa forma, esperar-se-á compatibilizar a conservação das espécies e dos ecossistemas da Região de Ladainha e Novo Cruzeiro com as futuras práticas de uso sustentável a serem desenvolvidas nesta unidade; preferencialmente, pelos seus próprios moradores.

Observa-se assim, que de acordo com esse estudo realizado em 2009 a indicação inicial foi para criação de uma unidade de conservação de proteção integral para a região, o que abarcaria todo o município de Ladainha e parte do município de Novo Cruzeiro, e, mesmo sem imediata desapropriação das terras, envolvia um acentuado grau de restrições quanto ao uso dos recursos naturais, fato este, que se agravaria com a incidência da Lei da Mata Atlântica sobre o território. No entanto, outros fatores levaram à uma mudança no curso da escolha pela categoria de unidade de conservação a ser criação, que se efetivou na modalidade de Área de Proteção Ambiental, a APA do Alto do Mucuri.

Figura 5 – Proposta de Localização do Refúgio de Vida Silvestre Nascentes do Mucuri



Fonte: FADEPE et al, 2009 – Figura 59: Limites e Localização da Unidade de Conservação Proposta

5.2.2 Origem e criação

De acordo com Côrte (1997, p. 18) “O planejamento de uma APA se inicia com o momento chamado criação da APA que envolve, inicialmente, a busca de respostas, através de estudos e ações, a questionamentos como: é preciso proteger esta área? Por que protegê-la?”, e no caso da APA do Alto do Mucuri os fatores que antecederam a sua criação, desde as investidas para desbravamento da região do Vale do Mucuri, seu processo de ocupação territorial, os degradantes ciclos econômicos que se estabeleceram ao longo dos anos, o perfil socioeconômico dos seus municípios, e mais recentemente os interesses em preservar e resgatar os seus ecossistemas, refletem o potencial das riquezas naturais e do patrimônio ambiental, que mesmo devastado, se faz presente na região e no município de Ladainha, e, de alguma forma, já sugere respostas aos questionamentos levantados por Côrte.

E foi considerando esse histórico e o quadro agravante de desmatamento na região, que alguns atores da sociedade local se mobilizaram em torno da questão hídrica e ambiental no Vale do Mucuri. Dentre esses atores, se destacam cidadãos que abraçaram a causa ambientalista como a Sra. Alice Lorentz Godinho, ambientalista atuante em todo o Vale, o Sr. Antônio Altivo no município de Ladainha, organizações da sociedade civil, como o Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri, pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa, líderes comunitários, dentre outros.

Conforme apontado nos documentos analisados, o principal ator que impulsionou a causa ambiental na região e foi um importante catalisador no processo de criação da APA, foi o Movimento Pró-Rio Todos os Santos. Uma organização não governamental criada oficialmente no ano de 2005, com sede em Teófilo Otoni, atualmente denominada Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri – MPRTSM, mas que já vinha executando importantes ações e assumindo várias frentes ambientalistas na pessoa da sua fundadora Alice Godinho e outros parceiros. A ONG realizou duas expedições na região que foram consideradas como “uma das principais estratégias garantidas pelo processo de mobilização social para a conquista da APA” (IEF/MG, 2017, p. 31), e proporcionou uma “(...) interação com as comunidades que compõem as bacias dos rios da região, primeiramente do Rio Todos os Santos e posteriormente do Rio Mucuri” (IEF/MG, 2017, p. 31).

A primeira foi a Expedição Rio Todos os Santos, teve duração de 5 dias e aconteceu no ano de 2004. O grupo “percorreu toda a bacia hidrográfica do Rio Todos os Santos, em estreita interação com as pessoas da região” buscando mobilizar e informar a população, e, principalmente levantar informações acerca da problemática ambiental em torno da bacia do

Rio Todos os Santos (FERNANDEZ, 2006, p. 24). A segunda expedição teve como propósito percorrer toda a Bacia Hidrográfica do Rio Mucuri a fim de conhecer mais de perto a realidade socioambiental do seu entorno e promover uma mobilização, sensibilização e maior interação com as populações locais. Esta expedição foi realizada entre os dias 21 e 30 de setembro de 2008 e foi denominada Expedição Mucuri (GODINHO, 2010).

A respeito do processo que levou à criação da APA na região um dos entrevistados desta pesquisa relatou que:

[...] a motivação, a iniciativa foi da população inicialmente, uma pequena parcela, organizações não governamentais, associações, líderes políticos que naquela ocasião, isso remete a 20 anos atrás, que já pensaram, já tinham essa preocupação com a questão ambiental aqui no Mucuri, até devido ao histórico de ocupação do Vale. Então isso já havia sido pensado antes pela própria população, o *start* foi da população para criar essa Unidade de Conservação, então a gente tem fortemente a participação que eu conheço da ONG Pró-Rio Todos os Santos em Mucuri, da Alice Godinho, foi um dos agentes pioneiros que iniciou esse processo para a criação da APA (ENTREVISTADO 4)

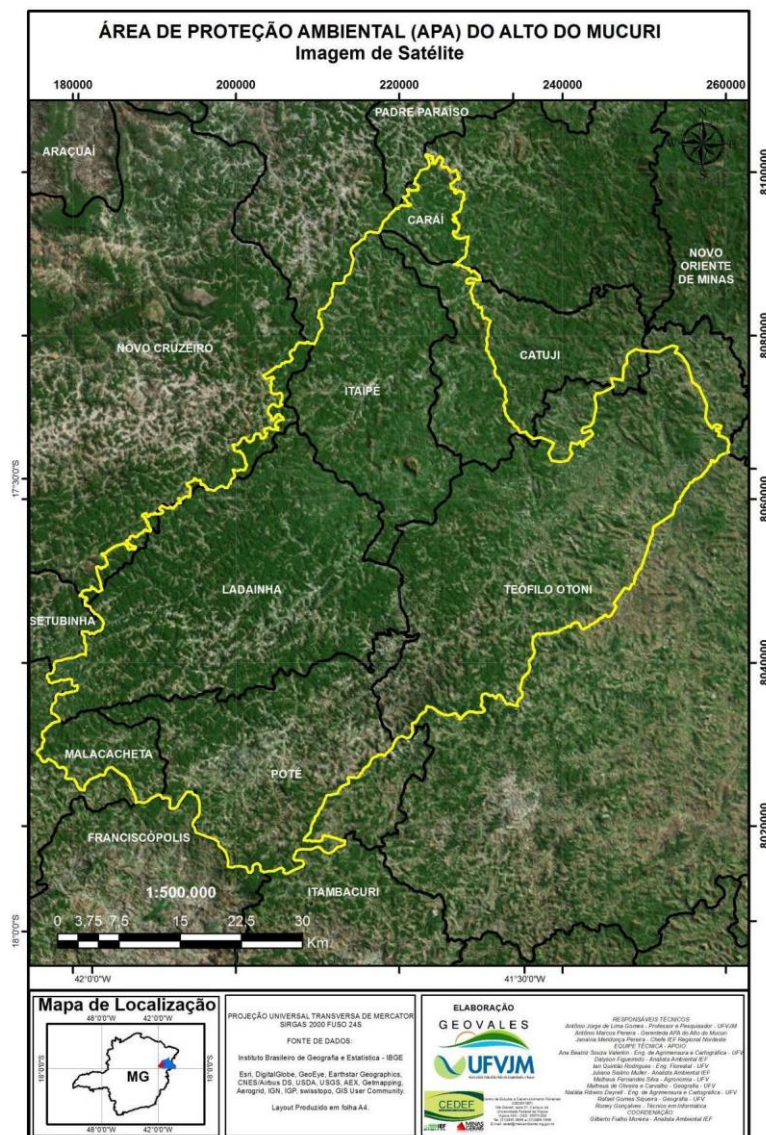
Pode-se observar, portanto, que esses elementos denotam um diferencial no processo de origem da APA do Alto do Mucuri, que, mesmo com os planos e metas governamentais para ampliação das áreas protegidas no território do Estado de Minas Gerais, se fazia um dos anseios da própria comunidade local na figura de atores sociais que já vislumbravam e trabalhavam em prol da conservação dos recursos hídricos e ambientais na região.

Outro fator que se destaca no processo de origem da APA do Alto do Mucuri é a mudança na opção do segmento de unidade de conservação a ser criada. Se num primeiro momento o diagnóstico da Proposta para Criação de Unidade de Conservação na Região das Nascentes do Rio Mucuri considerou mais adequada uma unidade de conservação de proteção integral, ainda que na modalidade de Refúgio de Vida Silvestre, num segundo momento, a partir de audiências públicas e do diálogo com representantes da comunidade local, foi retirada a proposta de criação de uma APA, possibilitando assim, uma maior amplitude da área a ser conservada e maior flexibilidade no uso e apropriação dos recursos naturais, que, nesse caso se torna possível de forma direta.

Tiveram algumas audiências públicas que na verdade trata-se de um processo, de um procedimento, adotado pela Diretoria de Unidade de Conservação e Coordenadoria de Unidade de Conservação do Estado, no qual eles, a partir do ensejo, do desejo da população em criar essa Unidade de Conservação, na verdade a APA em si, a Unidade de Conservação já vem sendo pensada há mais tempo por lideranças políticas daquela ocasião. (...) A delimitação do território da APA foi feita pela diretoria de áreas protegidas do Estado, mas com a visão da população, e em relação a questão hídrica levando em consideração os elementos técnicos de divisão da bacia, porque tem que seguir todo um delineamento das micro-bacias para poder então criar a APA (ENTREVISTADO 4).

Motivada, portanto, por um movimento advindo de atores da sociedade civil do Vale do Mucuri, respaldado por agentes políticos e representantes das comunidades locais, e chancelado pelo Poder Público Estatal, em 30 de dezembro de 2011 foi criada, via Decreto nº 45.877, a Área de Proteção Ambiental do Alto do Mucuri, perfazendo uma área de 325.149 hectares, com um perímetro de 426.274 metros, que perpassa oito municípios: Carai, Catuji, Novo Cruzeiro, Malacheta, Poté, Teófilo Otoni, Itaipé e Ladainha (MINAS GERAIS, 2011), tendo estes dois últimos 100% do seu território inserido na APA (FIGURA 6). Com a criação da APA- do Alto do Mucuri a meta pactuada pelo Governo Estadual para criação de áreas protegidas foi superada em 330% já no ano de 2011 (MG/GOV, 2012).

Figura 6 – Mapa de Localização da APA do Alto do Mucuri



O fato da APA do Alto do Mucuri ter o seu processo de origem ligado a uma ONG local revela, ainda que de forma incipiente, a prevalência da vontade de uma região no curso de uma política pública ambiental. Que, neste caso, mesmo que tenha se destacado o envolvimento pontual de algumas pessoas e organizações, ganha relevância no cenário de criação de unidades de conservação no Brasil que, como apontado por Côrte (1997), Medeiros e Garay (2006), e Rente (2006), geralmente são executados de forma arbitrária, sem que sejam levadas em considerações as demandas, anseios e reais necessidades da sociedade local. Nesse ponto a APA do Alto do Mucuri excetua-se, pois, como apontado anteriormente, contou com estudos técnicos, expedições, diagnósticos, e especialmente com a iniciativa da própria sociedade local na busca pela conservação dos recursos naturais e novas formas de incentivo ao desenvolvimento regional.

De acordo com o Decreto de criação da APA do Alto do Mucuri a implantação e administração da unidade são de competência do Instituto Estadual de Florestas – IEF, órgão do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA de Minas Gerais. Na Tabela 4 foram agrupadas algumas informações sobre a APA do Alto do Mucuri, onde é possível verificar também os objetivos de criação, abrangência e equipe gestora da unidade.

Tabela 4 – Resumo Informações da Unidade de Conservação

Nome	Área de Proteção Ambiental do Alto do Mucuri
Área	325.148,883 hectares
Região/UF	Vale do Mucuri/ MG
Municípios	Caraiá; Catuji; Itaipé; Ladainha; Malacacheta; Novo Cruzeiro; Poté; Teófilo Otoni
Bioma	Mata Atlântica – Floresta Estacional Semi Decidual
Criação	31 de Dezembro de 2011; Decreto Estadual Nº 45.877
Objetivos de Criação	I - proteger e recuperar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas; II - proteger os solos, a fauna e a flora e promover a recuperação das áreas degradadas e a conectividade entre fragmentos florestais; III - promover atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental desejável para a região.
Gerência Executiva	Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA); Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD); Instituto Estadual de Florestas (IEF); Diretoria de Áreas Protegidas; Escritório Regional Nordeste do IEF
Equipe de Servidores Responsáveis pela Unidade de Conservação	01 Chefe da Regional 01 Gerente da APA 01 Monitora Ambiental 01 Agente de Serviço de Parque Brigadistas de prevenção e combate a incêndios (contrato anual)

Plano de Manejo	Iniciado em Ago/2016 e finalizado em Set/2017
Conselho Consultivo	Primeiro mandato: 2014 a 2016; Segundo mandato: 2017 a 2019
Nº de Membros do Conselho Atualmente	01 presidente, 17 membros titulares e 17 membros suplentes
Organização do Conselho (Representantes titulares e suplentes)	<p>01 Presidência;</p> <p>08 representantes de Órgãos Públicos Ambientais das esferas Federal, Estadual e Municipal;</p> <p>04 representantes das Secretarias de Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Minas Gerais;</p> <p>02 representantes de sindicato(s) de trabalhadores rurais e/ou urbanos atuantes na região abrangida pela Unidade de Conservação;</p> <p>02 representantes de sindicato(s) de produtores rurais atuante(s) na região abrangida pela UC ou no seu entorno;</p> <p>02 representantes de Comitê(s) de Bacia Hidrográfica atuantes na região abrangida pela UC ou no seu entorno;</p> <p>02 representantes de comunidade(s) científica(s) comprovadamente atuante(s) na área da UC ou no seu entorno;</p> <p>02 representantes de organizações(s) não governamentais ambientalistas comprovadamente atuantes na área da UC ou em seu entorno;</p> <p>04 representantes de associações de moradores da UC;</p> <p>02 representantes do setor privado comprovadamente atuantes na área de abrangência da UC ou em seu entorno;</p> <p>02 representantes de instituição de ensino pública ou privada com atuação na área de abrangência da UC;</p> <p>04 representantes de empresas públicas e/ou de concessionárias de serviços públicos ou de sociedades de economia mista ou, ainda, de órgãos públicos afins aos objetivos da Unidade de Conservação com atuação comprovada na área de abrangência da UC;</p>

Fonte: Dados MINAS GERAIS, 2011; IEF/MG, 2017

De acordo com o Plano de Manejo da APA do Alto do Mucuri, dentre os atores sociais envolvidos com a APA verifica-se a presença de representantes do Poder Público Municipal, Instituições de Ensino, Organizações não Governamentais, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, Empresas públicas e privadas, Sindicatos, Associações, Fundações, dentre outros. No município de Ladainha, especificamente, os atores que estão envolvidos com a APA são: Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER; Prefeitura Municipal de Ladainha; Secretaria de Agricultura de Ladainha; Rádio Maikel FM; e Jornal A Pedra (IEF/MG, 2017).

Considerando o breve histórico apresentado e alguns dos elementos que caracterizam a APA do Alto do Mucuri, a seguir serão apresentados os atores que participaram desta pesquisa,

os resultados da codificação e instrumentalização do conteúdo das entrevistas realizadas, e a análise e interpretação com base nas categorias que se apresentaram.

5.3 Caracterização dos atores entrevistados

Conforme apontado anteriormente, a operacionalização do conceito de esfera pública e arena política em face da questão ambiental requer que sejam identificados os atores sociais que nelas circulam e suas respectivas ações a respeito da questão ambiental. Tendo em vista que “o papel do ator social é fundamental desde o momento que abandona a individualidade e decide sobre o seu próprio meio e o de outros, transformando-o, afirmando a necessidade de movimento, mudança e liberdades” (CHAVEZ, s.d., p. 21).

Considerando as influências dos atores sociais na questão ambiental, e mais especificamente na gestão de Áreas de Proteção Ambiental, é que se optou por analisar o processo de instituição de uma APA a partir das experiências, pontos de vista e discurso dos atores que se envolveram no processo desde a criação da Unidade até o momento presente, passados sete anos da sua implantação. Nesse sentido, apresenta-se a seguir os atores sociais escolhidos para participarem desta pesquisa.

Um deles foi O Instituto Estadual de Florestas- IEF. O IEF compõe a estrutura da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, e é o órgão responsável pela proposição e pela execução das políticas florestal, de pesca e de aquicultura em bases sustentáveis. Isso se traduz especialmente na manutenção do equilíbrio da cobertura vegetal do Estado. Realiza ainda pesquisa em biomassa e biodiversidade, a atualização do inventário florestal mineiro e o monitoramento sistemático do patrimônio natural do Estado. O IEF também administra as Unidades de Conservação Estaduais - áreas destinadas à conservação e proteção da fauna e flora mineiras (IEF/MG, 2017). E conforme previsto no Decreto de criação da APA do Alto do Mucuri, foi dada ao IEF a competência para administrar a APA e constituir o seu Conselho Consultivo.

O IEF atua em uma estrutura descentralizada, apoiada numa rede de 13 escritórios regionais, correspondendo aproximadamente às regiões de planejamento do Estado. A gestão da APA do Alto do Mucuri fica no âmbito do Escritório Regional Nordeste (ERNE), e assim como os demais escritórios regionais, a estrutura do ERNE é composta de uma área de Apoio Administrativo e três coordenadorias regionais, que desenvolvem o Apoio Técnico: Coordenadoria de Áreas Protegidas, Coordenadoria de Fomento, e Coordenadoria de Biodiversidade (IEF/MG, 2017). Atualmente a equipe de servidores da ERNE responsáveis

pela gestão da APA do Alto do Mucuri nos oito municípios que compõem a unidade de conservação, é formada por um gerente, uma monitora ambiental, um agente de serviços de parque, e aproximadamente 18 brigadistas que são contratados anualmente para atuar na prevenção e combate a incêndios florestais.

O escritório da Regional Nordeste do IEF tem sua sede no município de Teófilo Otoni, com meta para criação da sede da APA no município de Ladainha. Atualmente há um ponto de apoio da APA na Câmara Municipal de Ladainha, cedido temporariamente pelo poder público municipal, e conforme apontam os participantes da pesquisa, por questões jurídicas e burocráticas ainda não foi possível estabelecer uma sede própria para as atividades da APA.

[...] foi pensada a criação de uma sede nesse município devido a sua posição estratégica e foi pensado também a partir daí como ocorre todos os anos, por se tratar de um município que está sediado, essa referência que é a sede da APA também tem um fator que eu vejo importante em relação ao município, que é a formação das Brigadas que todo ano a gente faz e o município de Ladainha por ser esse município estratégico, os cursos de Brigadistas são realizadas lá, a própria Brigada da APA fica lotada naquele município [...] (ENTREVISTADO 04).

[...] inclusive a APA funciona lá no prédio da Câmara. Lá eles têm o escritório deles lá com equipamento, eles têm veículos, eles ficam à disposição [...] (ENTREVISTADO 01).

[...] aquele ponto é da Câmara Municipal, ali foi cedido, está emprestado por enquanto. Eles estavam aqui junto com a gente na Secretaria de Agropecuária, só que como o espaço aqui estava pequeno, no início não estava, mas como começaram a vir essa equipe de brigadistas que a demanda é maior, tinha que guardar material e esses trem. Então o espaço ficou muito limitado, aí eles viram lá na Câmara, mas ainda acho que não é o espaço adequado para eles, seria bom uma casa, um local mais apropriado com um quintal para eles guardarem as coisas deles, para fazer treinamento. Mas eu conversei com um gerente da APA e ele falou que o que está pegando é a questão da documentação das casas, porque por critério tem que estar bem documentada para o governo alugar (ENTREVISTADO 05).

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais-EMATER é um dos atores que aparece no plano de Manejo da APA do Alto do Mucuri como um de seus parceiros em Ladainha. Devido à sua posição de parceria com a APA e proximidade com a população, especialmente os agricultores e produtores rurais, foi escolhida como um dos atores participantes desta pesquisa.

A EMATER-MG foi criada no ano de 1975, com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural, buscando difundir conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícolas e melhoria das condições de vida no meio rural do Estado de Minas Gerais, de acordo com as políticas de ação do Governo estadual e federal (MG/GOV, 2018).

A EMATER-MG atua como um dos principais instrumentos do Governo de Minas Gerais para a ação operacional e de planejamento no setor agrícola do Estado, especialmente para desenvolver ações de extensão rural junto aos produtores de agricultura familiar. Constitui área específica de atuação o território mineiro, buscando resultados como a melhoria da qualidade de vida e condições de produção dos produtores de agricultura familiar, a inclusão social de grupos e comunidades rurais, por meio de programas geradores de emprego e renda, e as ações de organização rural para o desenvolvimento com sustentabilidade e atendimento aos direitos de cidadania (MG/GOV, 2018). Em Ladainha, a sede da EMATER está localizada na região central do município no mesmo prédio em que atente a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ladainha STR também é um dos atores parceiros da APA, e foi escolhido para participar desta pesquisa devido à sua posição enquanto entidade de classe representante dos direitos dos trabalhadores rurais, que no município de Ladainha compreende mais de 60% da população, além de representar o segmento da sociedade civil organizada, que se faz um importante ator na gestão dos bens coletivos.

Representando o Poder Público Municipal, outro ator escolhido para participar desta pesquisa foi a Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente de Ladainha. A figura do Poder Público municipal neste caso aparece como um ator secundário no processo, pois a gestão da APA é de competência do órgão estadual IEF, no entanto, sua participação torna-se importante por ser a instância que articula as ações e políticas públicas ambientais em nível municipal. Um dos pontos ressaltados pelo sujeito entrevistado é de que ainda não há no município nenhuma legislação ambiental própria, ao passo que são seguidas as leis ambientais estaduais e federais.

Brevemente apresentados os atores sociais que foram escolhidos para participarem da pesquisa, segue-se com a descrição das categorias de análise que emergiram a partir do corpus textual das entrevistas e a análise do conteúdo das suas falas.

5.4 Descrição das classes e categorias de análise

Conforme descrito na sessão de procedimentos metodológicos, realizada a transcrição das entrevistas o material foi processado pelo software de análise textual IRAMUTEQ pelo método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que consiste no cálculo da frequência de ocorrência de uma palavra dentro do texto e a sua relação com as posições em que ela aparece no sentido das falas, a partir do qual surge um indicador de frequência estatística denominado qui-quadrado (χ^2) (AQUINO, 2015). E a medida que o valor do χ^2 de determinada

palavra aumenta ela se torna mais representativa dentro do discurso proferido pelos sujeitos nas entrevistas, tornando possível a associação das palavras conforme as evocações que apresentam vocábulos semelhantes entre si e vocábulos que diferem das outras classes, atendendo assim, as qualidades as quais deve apresentar uma categoria segundo Bardin (2011), a saber: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade.

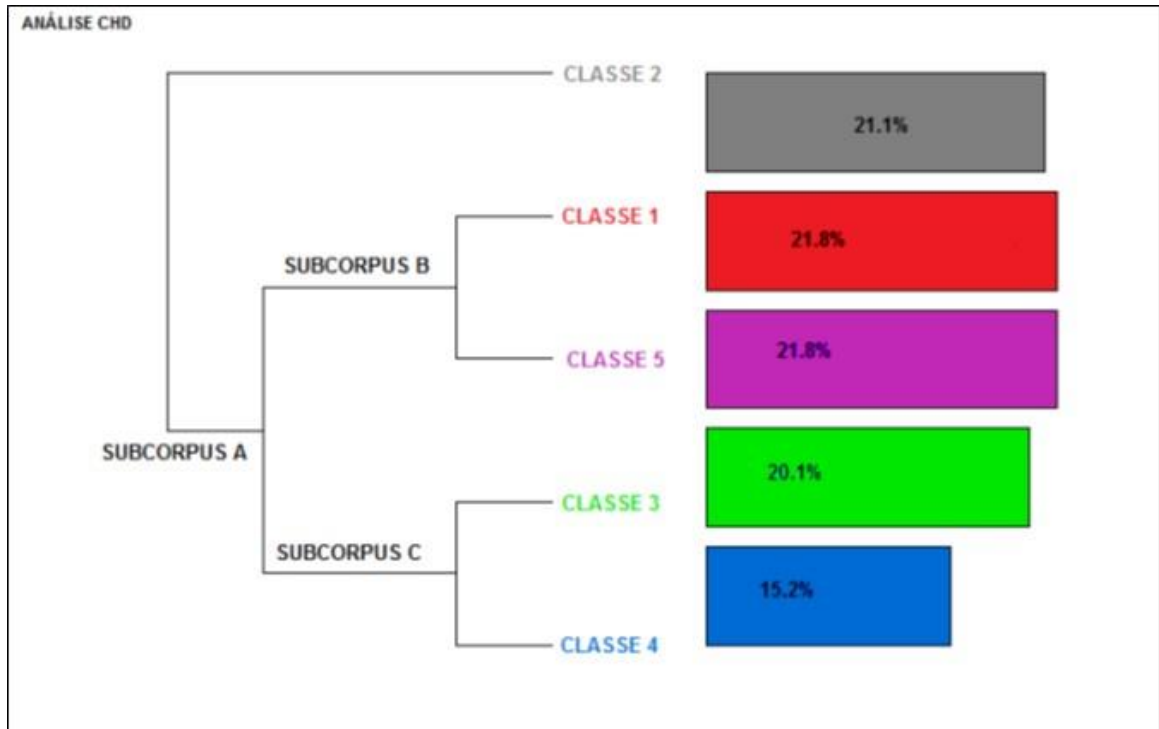
Como pode ser verificado no gráfico da Figura 7, o *corpus* geral foi constituído de 5 textos, separados em 608 Segmentos de Texto (ST's), com aproveitamento de 513 ST's (84,38 %). Emergiram 21493 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 2088 palavras distintas e 957 com uma única ocorrência. O conteúdo analisado foi categorizado em 5 classes: classe 1 com (21,8% 112 ST), classe 2 com (21,1% 108 ST), classe 3 com (20,1% 103 ST), classe 4 com (15,2% 78 ST) e classe 5 com (21,8% 112 ST), e as cinco classes se encontram divididas em três ramificações (A, B, C). Ressaltando-se que o Índice de aproveitamento de 84,38% se mostra confiável por ser maior que 70%.

Nesse sentido, o *subcorpus* A, foi denominado como 'Processo de desenvolvimento', e é composto pela Classe 2, 'Conflito e Participação', que se refere à criação da APA como uma questão legal e obrigatória, e o envolvimento e o primeiro contato com a comunidade durante essa fase. O *subcorpus* B 'Processo de amadurecimento', contém evocações correspondentes à Classe 1 'Avanços e Melhorias' e Classe 5 'Diálogo', em que se apresentam as falas relacionadas ao estreitamento das relações entre os atores envolvidos, maior aproximação da comunidade e possibilidade de desenvolvimento das ações propostas a partir da APA para o município. O *subcorpus* C 'Processo de implantação', apresenta as evocações correspondentes a Classe 3 'Resistência' e Classe 4 'Desafios', que apresentam evocações relacionadas ao processo de gestão da unidade de conservação, o posicionamento da comunidade local, e as principais dificuldades encontradas. Essa relação se encontra descrita e operacionalizada de forma detalhada na Tabela 5 e no Anexo I, onde são exemplificadas cada uma das classes emergidas na CHD, e que passaram a ser adotadas enquanto categorias de análise nos próximos tópicos desta pesquisa.

A distribuição das palavras apresentada pelo software permitiu relacionar as fases do processo de instituição da APA com as categorias que emergiram na análise do corpus textual, fazendo com que as ideias de cada parte do corpus se relacionassem com os elementos lexicais as experiências vivenciadas e o contexto das falas dos entrevistados. Assim, com base na força de evocação das palavras em cada classe foi possível relacioná-las com as percepções empíricas presentes nos discursos dos entrevistados, tematizando em categorias de pensamento que têm

forte relação com os elementos simbólicos e subjetivos que se interconectam nas falas dos informantes, conforme serão apresentadas a seguir.

Figura 7 – Gráfico de Classificação Hierárquica Descendente do corpus textual



Fonte: Dados da pesquisa. Software de análise textual IRAMUTEQ.

Tabela 5 – Lista de palavras das classes geradas a partir do teste qui quadrado (χ^2)

Corpus do Texto 513 ST- Aproveitamento 84,38%					
Classes 1- Avanços/Melhorias 21,8% 112 ST Variáveis Descritivas Força de evocação Entrevista 1			Classe 2-Conflicto/Participação 21,1% 108 ST Variáveis Descritivas: Força de evocação Entrevista 4		
Palavra	fst	χ^2	Palavra	fst	χ^2
Cooperativa	17	45.43	APA	44	141.31
Trabalhar	31	35.22	Relação	23	54.90
Mesmo	66	28.05	Unidade_De_Conservação	14	53.97
Emater	21	20.60	Partir	21	47.27
Agroecologia	8	20.53	Território	14	44.65
Aprender	15	18.20	Devido	10	38.25
Produto	5	18.08	População	29	36.56
Químico	5	18.08	Criação	25	34.85
Quase	5	18.08	Conselho	13	32.42
Menos	11	17.06	Ocasão	8	30.48
Construção	7	16.97	Envolvimento	7	26.61
Tô	9	16.80	Participação	15	25.41
Comércio	4	14.43	Realizar	6	22.77
Feira	4	14.43	Operação	6	22.77
Fase	4	14.43	Iniciativa	6	22.77
Verdura	4	14.43	Ao	26	22.12
Orgânico	4	14.43	Pensar	12	21.52
Raramente	4	14.43	Causar	5	18.93
Coisa	50	13.20	Percepção	5	18.93
Cooperativismo	3	10.80	Sociedade	7	17.85
Transição	3	10.80	Fiscalização	9	17.74
Excelente	3	10.80	Contexto	12	15.38
Familiar	9	10.79	Momento	12	15.38
Semana	9	10.79	Envolver	4	15.12
Necessidade	7	10.23	Revolto	4	15.12
Mulher	7	10.23	Ato	4	15.12
Preocupação	5	10.01	Social	10	14.70
Profissional	5	10.01	Pequeno	10	14.70
Construir	5	10.01	Conhecimento	8	14.23
Quando	39	9.11	Ação	6	14.17
Mais	74	8.97	Órgão	6	14.17
Conhecer	18	8.67	Talvez	6	14.17
Coletivo	8	7.88	Grande	23	14.03
Agora	48	7.62	Processo	23	14.03
Produção	6	7.15	Fato	11	12.26
Mexer	6	7.15	Justamente	3	11.32
Dinâmica	6	7.15	Infração	3	11.32
Assunto	6	7.15	Estratégico	3	11.32
Prático	4	6.68	Conservação	3	11.32
Cortar	4	6.68	Conflito	3	11.32
Turma	4	6.68	Aumento	3	11.32
Básico	4	6.68	Líder	3	11.32
Dar	30	6.16	Intervalo	3	11.32
Assim	58	6.13	Entanto	3	11.32
Não	188	5.90	Desdobramento	3	11.32

Continua

Continuação

Corpus do Texto 513 ST- Aproveitamento 84,38%					
Classe 1- Avanços/Melhorias 21,8% 112 ST Variáveis Descritivas Força de evocação Entrevista 1			Classe 2-Conflito/Participação 21,1% 108 ST Variáveis Descritivas: Força de evocação Entrevista 4		
<i>Palavra</i>	<i>fst</i>	<i>x²</i>	<i>Palavra</i>	<i>fst</i>	<i>x²</i>
<i>Passar</i>	18	5.59	<i>Próprio</i>	14	11.28
<i>Novo</i>	15	5.58	<i>Considerar</i>	7	10.84
<i>Ano</i>	52	5.54	<i>Acontecer</i>	35	10.74
<i>Direito</i>	7	5.18	<i>Município</i>	32	10.58
<i>Pagar</i>	7	5.18	<i>Florestal</i>	5	10.56
<i>Mão</i>	7	5.18	<i>Desafio</i>	5	10.56
<i>Ideia</i>	7	5.18	<i>Característica</i>	5	10.56
<i>Tema</i>	5	4.31	<i>Histórico</i>	5	10.56
<i>Obra</i>	5	4.31	<i>Caso</i>	13	8.63
<i>Experiência</i>	5	4.31	<i>Uso</i>	6	7.60
<i>Demais</i>	5	4.31	<i>Maior</i>	11	7.59
			<i>Criar</i>	26	7.44
			<i>Participar</i>	14	7.26
			<i>Fogo</i>	4	7.06
			<i>Intervenção</i>	4	7.06
			<i>Potencial</i>	4	7.06
			<i>Oportunidade</i>	4	7.06
			<i>Iniciar</i>	4	7.06
			<i>Foco</i>	4	7.06
			<i>Divulgação</i>	4	7.06
			<i>Perceber</i>	9	6.56
			<i>Tratar</i>	12	6.19
			<i>Existir</i>	15	6.10
			<i>Questão</i>	53	5.93
			<i>Possível</i>	7	5.56
			<i>Político</i>	7	5.56
			<i>Diretoria</i>	7	5.56
			<i>Tempo</i>	22	5.45
			<i>Início</i>	19	5.26
			<i>Então</i>	155	4.88
			<i>Espaço</i>	5	4.61

Continuação

Corpus do Texto								
513 ST- Aproveitamento 84,38%								
Classe 3- Resistência 20,1% 103 ST Variáveis Descritivas: Força de evocação Entrevista 3			Classe 4- Desafios 15,02% 78 ST Variáveis Descritivas: Força de evocação Entrevista 2; Entrevista 3			Classe 5- Diálogo 21,8% 112 ST Variáveis Descritivas: Força de evocação Entrevista 1; 2		
Palavra	fst	x ²	Palavra	fst	x ²	Palavra	fst	x ²
Gente	187	51.88	lef	20	57.71	Lá	114	48.57
Desenvolver	17	50.90	Ambiente	17	51.19	Comunidade	21	37.91
Igual	28	48.67	Meio	21	44.98	Teófilo	9	32.80
Graças_A_Deus	12	39.24	Polícia	23	38.95	Otoni	9	32.80
Produtor	26	35.03	Cercamento	5	28.16	Sair	18	27.76
Conseguir	22	33.15	Bolsa	5	28.16	Dia	24	24.40
Diminuir	20	32.32	Receber	9	27.82	Ficar	40	23.91
Abraçar	7	28.25	Casa	9	27.82	Pegar	19	19.74
Buscar	11	26.70	Continuar	12	25.24	Ladainha	27	18.99
Unidade	20	26.17	Sindicato	10	23.75	Deixar	5	18.08
Resistência	6	24.17	Secretaria	4	22.48	Base	7	16.97
Vir	73	23.43	Verde	6	21.86	Tão	9	16.80
Melhorar	12	23.10	Federação	6	21.86	Cidade	21	16.00
Acompanhar	10	22.82	Chegar	43	21.55	Índio	4	14.43
Jovem	15	20.90	Programa	12	17.73	Trator	4	14.43
Uc	5	20.10	Escola	12	17.73	Adiantar	4	14.43
Emprego	5	20.10	Parar	7	17.40	Raiz	4	14.43
Qualidade	5	20.10	Presidente	3	16.83	Pauta	4	14.43
Vender	13	20.08	Cercar	5	16.44	Chamado	4	14.43
Pessoal	38	19.05	Inclusive	23	14.93	Negativo	6	13.46
Informação	25	16.69	Criança	8	14.10	Agricultor	20	13.42
Negócio	4	16.05	Reunião	39	14.02	Mundo	13	12.32
Drasticamente	4	16.05	Prefeitura	6	12.47	Dentro	33	11.53
Brigada	8	15.28	Lembrar	6	12.47	Vaca	3	10.80
Vasão	6	15.14	Conscientizar	6	12.47	Carro	3	10.80
Forma	18	14.63	Palestra	9	11.57	Precisar	14	10.52
Antes	16	13.47	Pedir	4	11.18	Atender	7	10.23
Cultura	11	13.29	Material	4	11.18	Grupo	5	10.01
Ver	70	12.35	Passado	13	9.91	Hora	5	10.01
Tiro	3	12.01	Marco	13	9.91	Entender	29	9.52
Investir	3	12.01	Aqui	116	9.28	Região	26	9.49
Barreira	3	12.01	Ano	52	8.35	Pessoa	63	9.06
Caminhar	7	11.66	Agora	48	8.01	Problema	8	7.88
Vida	12	11.21	Parceria	5	7.86	Prefeito	8	7.88
Tentar	15	10.65	Engenheiro	5	7.86	Mês	16	7.68
Produzir	13	9.48	Convidar	5	7.86	Encontrar	6	7.15
Marco	13	9.48	Não	188	7.06	Tirar	11	7.05
Procurar	13	9.48	Junto	12	6.67	Pnai	4	6.68
Zona	8	9.11	Só	42	6.34	Mandioca	4	6.68
Bacana	11	8.32	Situação	3	6.20	Estudar	4	6.68
Também	86	8.25	Reconhecer	3	6.20	Cabeça	4	6.68
Certo	23	8.22	Questionar	3	6.20	Trabalho	43	6.50
Gerar	6	8.21	Mandar	3	6.20	Nada	7	5.18
Trazer	17	7.98	Gaiola	3	6.20	Semente	7	5.18
Suzano	4	7.58	Plantio	3	6.20	Propriedade	7	5.18
			Parque	3	6.20	Cara	7	5.18

Continuação

Corpus do Texto 513 ST- Aproveitamento 84,38%								
Classe 3- Resistência 20,1% 103 ST Variáveis Descritivas: Força de evocação Entrevista 3; Entrevista 5			Classe 4- Desafios 15,02% 78 ST Variáveis Descritivas: Força de evocação Entrevista 2 ; Entrevista 3			Classe 5-Diálogo 21,8% 112 ST Variáveis Descritivas: Força de evocação Entrevista 1 ; 2		
Palavra	fst	x ²	Palavra	fst	x ²	Palavra	fst	x ²
Realmente	4	7.58	Futuramente	3	6.20	Roça	7	5.18
Perto	4	7.58	Esquecer	3	6.20	Jogar	7	5.18
Nota	4	7.58	Diretamente	3	6.20	Aqui	116	4.91
Concentração	4	7.58	Tomar	6	5.70	Reunião	39	4.89
Caçar	4	7.58	Tender	13	5.60	Colocar	13	4.62
Bem	24	7.31	Levar	21	5.58	Porque	114	4.35
Jeito	9	7.19	Parecer	10	4.86	Filho	5	4.31
Melhor	9	7.19	Conscientiza	18	4.76	Dar	30	4.11
Levar	21	7.08	ção	77	4.69	Trazer	17	3.86
Conscientização	18	6.90	Falar	73	4.31			
Nascente	12	6.86	Vir	7	4.21			
Tudo	33	5.83	Semente	7	4.21			
Assistir	10	5.69	Voltar	7	4.21			
Dever	13	5.65	Conversar	11	3.90			
Falar	77	5.41	CMDRS	11	3.90			
Recurso	5	5.01	Ajudar					
Árvore	5	5.01						
Técnico	5	5.01						
Hídrico	5	5.01						
Formar	5	5.01						
Chuva	5	5.01						
Local	8	4.53						
Andar	8	4.53						
Ajudar	11	4.51						
Tirar	11	4.51						
Viável	3	4.08						
Pesado	3	4.08						
Madeira	3	4.08						
Encaminhar	3	4.08						
Derrubar	3	4.08						
Vista	3	4.08						
Manancial	3	4.08						
Leite	3	4.08						
Incentivar	3	4.08						
Homem	3	4.08						
Estudo	3	4.08						
Esperar	3	4.08						
Bastante	3	4.08						
A_Gente	3	4.08						

Fonte: Dados da pesquisa. Software de análise textual IRAMUTEQ.

Valores de Referência e $x^2 > 3,80$ para $P < 0,005$

Nota: A frequência das palavras dentro das classes se mostram significantes. As medidas servem de suporte para a estruturação das categorias, que só é possível frente ao olhar do pesquisador em relação ao objeto estudado.

*(fst)- Frequência no segmento do texto

5.5 Processo de implantação

Nesta sessão buscou-se descrever, a partir dos relatos de pessoas que atuaram junto à APA do Alto do Mucuri, os caminhos percorridos durante o seu processo de implantação, em especial no município de Ladainha. Como visto, o histórico de origem da unidade apresenta um diferencial quanto às motivações que levaram a sua criação pois teve a sociedade local, na figura de uma organização não governamental, como um dos principais agentes que buscaram pela conservação ambiental na região, no entanto, esse fato não exime a presença resistências e desafios durante o processo de implantação da APA. Como apontado por Medeiros e Garay (2006), ao se estabelecer uma área protegida em determinado espaço socialmente ocupado e utilizado para diversas finalidades e atividades, a partir de um momento as ações passam a se sujeitar aos novos arcabouços legais, resultando em possíveis sanções administrativas, civis, criminais, e, conseqüentemente surgem os conflitos e resistências por parte da população. Nesse sentido, a partir da força de evocação das falas dos entrevistados, a categoria Processo de implantação segue subdividida em ‘Resistência’ e ‘Desafios’.

5.5.1 Resistência

Essa categoria compreende 20,1% (f=103 ST) do corpus analisado, nela são manifestadas evocações dirigidas a um contexto de fiscalização, conscientização e mudanças de hábito. Apresenta a presença do Estado como interventivo para implantação da APA, demonstrando que em um primeiro momento não houve uma preocupação com a preparação da população local para receber a APA. A verbalização evocada aponta que esse desencontro trouxe em certa medida uma situação de resistência e conflito. As falas dos entrevistados demonstram que houve, além da falha na comunicação, um choque cultural.

No entanto, como forma de superação, vêm sendo adotadas medidas de aproximação entre os órgãos responsáveis e a população, especialmente os produtores rurais, que são o segmento predominante no município de Ladainha e detém uma parcela significativa do território que requer um manejo sustentável voltado para os objetivos da unidade de conservação.

Nesse sentido, outro fator que ganha destaque diz respeito aos processos participativos no ato de implantação da APA. Como mencionado anteriormente, os grupos que estavam envolvidos com a criação da APA do Alto do Mucuri restringiram-se a uma pequena parcela da sociedade, não existindo num primeiro momento o envolvimento com as populações

residentes no interior e entorno da área a ser preservada. Considera-se assim, que os estudos prévios e expedições realizadas na região tiveram como principal motivação um diagnóstico dos elementos técnicos, ambientais, sociais, econômicos, etc., mas não alcançaram de forma mais ampla a divulgação, sensibilização e conscientização das comunidades quanto à instituição de uma unidade de conservação, ainda que tenham sido desenvolvidas outras ações de educação e conscientização ambiental anteriormente. Como pode ser verificado nos trechos a seguir:

[...] em relação aos **conflitos** eles foram gerados inicialmente devido ao tempo de iniciativa para criação dessa Unidade e o decreto de **criação** dela, então foi considerando que ela já havia sido pensada há mais **tempo**, no entanto [...], desde a proposta para criação até o seu ato de criação, então nesse intervalo, que foi um intervalo curto de tempo no qual **não teve um grande envolvimento da população, era desconhecida até então** (ENTREVISTADO 04).

[...] então, **quem participou da criação dessa Unidade foram minimamente aquelas pessoas que já estavam envolvidas com o processo desde o início**, que já entendia, que já conhecia esse ponto de vista da iniciativa, **e a partir da criação houve um choque para as pessoas**, principalmente no que tange a questão de uma operação de fiscalização que aconteceu logo em seguida à criação da Unidade de Conservação. (ENTREVISTADO 04).

Nesse sentido, no que se refere aos critérios democráticos, retoma-se o conceito de participação empregado por Loureiro e Cunha (2008, p. 248), ao afirmarem que participar é tomar parte, se inteirar, “mas é preciso entender que isso não é algo espontâneo ou dado e sim aprendido e conquistado, pois participar remete necessariamente à distribuição de poder, há quem ganha e há quem perde na sociedade quando se define algo que regula as práticas coletivas”. Ressaltando-se ainda, as determinações previstas na Lei nº 6.902/81 e na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, de que a implantação de Áreas de Proteção Ambiental deve contar com uma ampla participação da população residente a fim de promover uma gestão ambiental democrática e participativa.

Algumas falas demonstram que no caso específico da APA do Alto do Mucuri no município de Ladainha a resistência inicial por parte da população foi justamente em virtude da falta de envolvimento e entendimento sobre a APA, e, num segundo momento apresentou-se como uma reação à operação de fiscalização ambiental que acompanhou o processo de implantação.

[...] e naquela época houve muitos questionamentos, **houve também uma certa pressão na época dos órgãos fiscalizadores, que coibiu sistematicamente a prática do desmatamento e a prática da queimada, então foi um choque tremendo na sociedade**, então aquilo causou um mal-estar tremendo naquela época, até porque a população estava derrubando muita árvore, **estava uma coisa sem controle**, só que a **justificativa** da sociedade naquela época era justamente que Ladainha é a região que

tem mais mata e o pessoal que mais **preserva**, e eles foram uns dos que mais foram **cobrados** pela fiscalização (ENTREVISTADO 01).

[...] nesse processo de criação da APA tiveram algumas consultas, tiveram algumas reuniões aqui no município, **só que houve uma resistência muito grande por parte da comunidade, porque logo após a criação da APA houve uma fiscalização aqui**, não sei se foi através do ministério público, só sei que houve através de muitos homens via terra, terrestre e também alguns helicópteros, então eles multaram muita gente (ENTREVISTADO 05).

[...] tivemos várias participações, não só eu, mas a gente chegou a marcar reunião aqui com toda a diretoria e algumas representantes de associações da zona rural **para que nos ajudasse nessa divulgação, nesse trabalho, nesse entendimento, porque no início foi um impacto negativo**. Porquê? Porque o que ficou de início foi, até para nós aqui, a gente ficou assim, mas **veio muito direto. Talvez na época faltou uma forma de esclarecimento** (ENTREVISTADO 02).

Observa-se que a problemática do desmatamento e das queimadas tiveram grande impacto ambiental em Ladainha, tornando-se, inclusive, o principal alvo de uma operação de fiscalização na região da APA. Conforme relatado por um dos entrevistados, a fiscalização fazia parte de uma ação conjunta da Polícia Ambiental e da Sub Secretaria de Fiscalização Integrada do Meio Ambiente, que, a partir da observância dos focos de incêndios ao longo dos anos durante os períodos críticos de seca, planejaram a operação para averiguar a situação em todo o território da APA, a partir da qual foram identificados vários problemas.

Além da resistência como resposta reativa à operação de fiscalização que resultou em diversas autuações, e da reação natural em virtude do desconhecimento da APA que foi implantada “de uma vez”, acredita-se que houve uma certa aversão devido à necessidade de uma mudança cultural. A ruptura com práticas e hábitos antigos em um curto período de tempo provavelmente levou os moradores, principalmente os do meio rural, a demonstrarem certa resistência à implantação da APA no município.

[...] quando começou a divulgação já chegou assim: ‘Vai acontecer assim e assim! Vai se criar uma APA e essa APA que vai criar **não pode mais queimar, não pode mais desmatar**’. E assim, sem um esclarecimento, todo mundo ficou na dúvida: ‘**Mas espera aí, nós vamos viver de que? Como que a gente vai plantar?**’ (ENTREVISTADO 02).

[...] **pela cultura que era outra**, no início teve uma resistência, mas agora de momento a gente nota que o produtor também está começando a abraçar até mesmo porque ele viu que começou a faltar água, ele chegou a esse ponto de enxergar pela dor (ENTREVISTADO 03).

[...] mas ainda era de costume da população as intervenções ilegais, o pessoal estava acostumado a intervir, **então na verdade era um processo até cultural, tradicional. O próprio processo de ocupação no Vale** remete a esse tipo de ação, remete às técnicas utilizadas para a ocupação das terras. Queimadas! E tudo feito de forma **ilegal** e também feito de forma sem planejamento (ENTREVISTADO 04).

[...] na realidade **é algo que vem dos nossos antepassados**. Aqui na cidade, principalmente aqui em Ladainha, **a cultura era de limpar essa área para cultivo, com fogo**. Então no decorrer disso, muitas vezes a pessoa limpava a área, e daquela área ali o fogo adentrava a mata, "Ah, deixa queimar". **Antigamente era assim!** (ENTREVISTADO 03).

Há ainda que se fazer uma diferenciação em relação ao perfil dos sujeitos e suas posições socioeconômicas que trazem uma nova conotação à resistência no processo de instituição da APA do Alto do Mucuri, pois, como pode ser verificado no trecho a seguir, a postura dos pequenos produtores rurais e agricultores familiares se difere do grande produtor rural e detentor de grandes propriedades, especialmente no que se refere à mudança de hábitos. Refletindo uma possível predominância da resistência na forma de conflito de poder e de interesses. Assim, diferentemente do grande produtor rural que pode optar por arcar financeiramente com as suas infrações ambientais, e muitos assim o fazem, o pequeno produtor não tem alternativa senão “abraçar” a proposta e mudar os seus hábitos de intervenções ilegais.

[...] **hoje a gente tem uma resistência maior do grande produtor do que do pequeno produtor**. Eu particularmente enxergo uma resistência maior. O grande não, o grande produtor fala: **‘Eu dou meu jeito’, o pequeno não, então ele está tentando abraçar, até mesmo para poder evitar essa autuação**. A gente está aqui não para autuar, mas para poder tentar direcionar para o caminho certo, a pessoa para estar fazendo o certo, da forma certa, para evitar essa autuação (ENTREVISTADO 03).

Mas percebe-se que passado o período de implantação da APA, já é possível notar uma aceitação maior por parte da população local:

[...] aí o que aconteceu? **Vem diminuindo muito a resistência**, Graças a Deus! E é igual eu te falei, em vários locais aqui a gente encontrou um pouco de resistência, mas nesse tempo de 2016 que eu venho acompanhando mais assim de dentro, tem diminuído grandiosamente, eu tiro **até pela questão dos incêndios**, apesar de que 2015 foi o ano mais seco e mais incidente de incêndio (ENTREVISTADO 03).

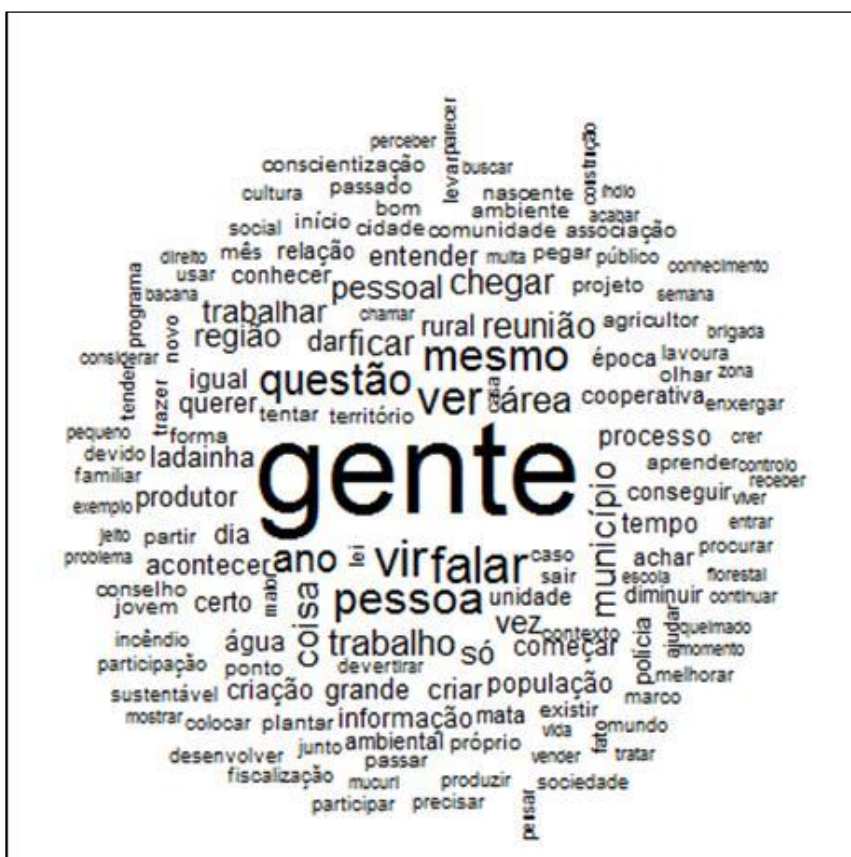
A experiência de resistência da comunidade de Ladainha ao processo de instituição da APA demonstra, portanto, o que Habermas denominou de encontro entre o mundo sistêmico e o mundo da vida, em que as relações e práticas cotidianas passam a sofrer interferências normativas, e vice-versa. O mundo das leis e das normas passa a relacionar-se, e por vezes a controlar e modificar, o *habitus*, a cultura, os costumes, e essas mudanças chegam à esfera pública como ponto passível de legitimação. Como apontado por Losekan (2009, p.39) no momento em que “um tema ganha publicidade, isto significa que será submetido a uma avaliação pública”. E, mesmo com a determinação para que se cumpra a lei, como é o caso de

instituição das unidades de conservação, não se pode negar a existência das relações de poder, resistência e conflito que perfazem a sua legitimação no espaço das esferas públicas e privadas.

A emergência da categoria resistência também vai ao encontro daquilo que já fora identificado por Radaelli, Neto e Basso (2012, p. 117), ao considerarem que é necessário um efetivo planejamento e gestão da diversidade local no processo de implantação de uma APA, pois a experiência em muitos casos, tem gerado resultados frustrantes e resistência por parte das populações locais, em especial dos agricultores, com métodos de implantação e gestão geralmente “concebidos segundo uma visão controladora e autoritária, os quais não permitem uma efetiva participação da população local, além de pouco contribuir para a solução dos problemas relacionados ao desenvolvimento local”.

Pode-se observar ainda, conforme evidenciado na nuvem de palavras constante na Figura X, com base na força de evocação das palavras nas entrevistas, a reincidência da palavra ‘gente’, que aparece com maior força de evocação dentro da classe ‘Resistência’, e sugere como as pessoas estão no centro de todos os processos e são fundamentais para o desenvolvimento das ações no seio da esfera pública.

Figura 8 – Análise por Nuvem de Palavras



Fonte: Dados da pesquisa. Software de análise textual IRAMUTEQ.

5.5.2 Desafios

Na fase de implantação da APA a categoria Desafios representa 15,02% (f=78 ST) do corpus analisado, e surge a partir das evocações que trazem falas que refletem a percepção da comunidade de Ladainha frete à APA. As ações de conscientização que foram necessárias para aproximar a população do conceito de uma APA e desvinculá-los das práticas culturalmente predatórias. Percebeu-se também a dificuldade inicial enfrentada no quesito “liberdade para fazer”, uma vez que passa a ser necessário consultar sobre o que pode ou não ser feito dentro da APA, sendo esse também um desafio para quem sempre esteve acostumado a decidir e fazer por conta própria. Outras falas também demonstram desafios do ponto de vista da gestão da unidade e da superação de algumas barreiras culturais.

O trecho de uma das entrevistas revela como os resquícios da operação de fiscalização citada no tópico anterior impactaram na relação dos agentes do órgão responsável pela APA com a população local, sendo este o primeiro desafio que surge nesse cenário inicial.

[...] no início **dificultou** porque a população residente as vezes enxergava a gente como [pausa] nos enxergou no início como apenas uma **motivação punitiva**, mas na verdade **sem conhecer o contexto geral** para a criação da Unidade de Conservação, quais eram os objetivos, os compromissos que haviam do órgão, no caso o IEF, com aquela região da APA (ENTREVISTADO 04).

Percebe-se que esse primeiro desafio da aproximação com a população para levar informação, capacitar, instruir sobre os passos que acompanham a instituição de uma APA esbarrou em outras questões, como a própria dificuldade de entendimento da comunidade e daqueles que estavam à frente defendendo os seus interesses, a relação da população até mesmo com outras instâncias administrativas, tornando-se um desafio tanto para a população, que seria a principal afetada, quanto para o órgão gestor, que precisava desse espaço na esfera pública local para atuar conjuntamente com a sociedade. Algumas falas demonstram esse posicionamento:

[...] aí teve a reunião, **todo mundo detestou, eu detestei**, quem estava na reunião não gostou. Porquê? Estava **defendendo** nosso agricultor, ele precisa sobreviver! Ele vai sair da roça e vai lá pra cidade pra passar fome, ou então ir para as favelas? O que vai ser desses jovens? Essas **discussões** mais ou menos, você sabe como são ne? (ENTREVISTADO 02).

[...] porque logo quando houve a criação da APA muitas pessoas achavam que o **prefeito** que trouxe a APA para cá, mas na verdade não é isso, na verdade é um decreto Estadual. **E aí não deixou de respingar um pouco na administração**, mas é como eu disse para você, a questão que foi passando o tempo e foi vendo não é a administração **municipal**, é uma coisa **estadual** (ENTREVISTADO 05).

Além disso, outras questões como as práticas de plantio, manejo de pasto, limpeza de áreas, comumente adotadas pelos agricultores e produtores rurais foram um dos principais desafios no processo de adaptação à criação de uma APA em todo o território do município:

[...] uma outra **barreira** que a gente tem aqui dentro da Unidade, que o principal foco hoje, é a **pecuária**, a **criação de gado** para corte ou então para leite. E o que vem ocorrendo, igual a gente esteve acompanhando a questão dos cercamentos, essas coisas aí das nascentes, a gente cria muito assoalhamento aos córregos porque o **manejo do pasto** é feito da forma correta. A gente carece muito dessa mão de obra qualificada pra tá orientando o produtor de **como deve ser feito**, o que deve ser feito, isso aí a gente **carece** muito ainda. [...] muitas vezes a pessoa tem vinte, dez, quinze hectares formados mas não sabe **aproveitar**, você chega lá, o gado tá comendo dentro da APP, dentro da área que deveria estar **cercada**, aí, além de estar sendo **assoreada**, está tendo o **pisoteio** (ENTREVISTADO 03).

Nesse contexto, o trabalho de educação ambiental e conscientização também foram considerados pelos entrevistados como um desafio, visto que era preciso primeiramente trabalhar a mentalidade das pessoas quanto ao uso adequado dos recursos naturais, informar sobre os critérios legais que passaram a vigorar a partir da criação da APA, e tentar estabelecer uma relação amistosa com a população e sociedade civil local. Nesse ponto, a falta de recursos humanos também se tornou um desafio haja vista a dimensão territorial da APA e quantitativo de municípios envolvidos.

[...] **O principal desafio que eu vejo é justamente o entendimento da maior parte da população** em relação ao uso de **tecnologias** que conciliam a conservação com a **agricultura**, que a nossa região tem essa característica, uma região com um dos maiores fragmentos florestais ainda no Estado, maciços florestais contínuos com a biodiversidade inerente a essa região, presença de animais silvestres e existe esse **conflito** por parte da própria biodiversidade em relação ao contexto da APA e é uma **região ecologicamente viável e também tem essa característica produtiva** (ENTREVISTADO 04).

[...] mas o principal ponto que eu ainda vejo para conscientização são as escolas [...], **se quando foi criada a APA, no finalzinho de 2011, 2012, tivesse começado nas escolas, os jovens de hoje já estariam ajudando a gente a fazer essa conscientização** em casa, aí como deve ter uns 3 anos de projeto que a Polícia do Meio Ambiente vem fazendo, o IEF vem fazendo, 3 ou 4 anos, agora as crianças levando pra casa está tendo uma aceitação enorme (ENTREVISTADO 03).

[...] eu acho que uma das coisas, **ter deixado só um gestor, só um gerente da APA para tomar conta**, agora que eles contrataram outro funcionário, **faltou uma equipe grande para estar orientando os agricultores, explicando a importância de preservar**, então tem vários setores que eu acho que a APA deixou a desejar um pouquinho [...] (ENTREVISTADO 05).

Outros traços culturais aparecem como desafio nesse processo de implantação da APA, indicando características históricas que parece ainda influenciar o comportamento e as relações sociais na região. Como pode ser observado nas evocações abaixo:

[...] **Ladainha** teve uma certa **dificuldade** por parte do município em relação a **aceitação** da APA porque, **antigamente** pelo menos, **eles imaginavam que os produtores teriam benefícios individuais devido à APA, principalmente aqueles que são detentores de grandes áreas de terras**, de fazendas que tem muita vegetação, que tem muita floresta, e devido à legislação ambiental atual, essas áreas não podem ser limpas mais, devido à própria legislação, então estabelece que não pode mais limpar essas áreas **como até então era feito no passado** (ENTREVISTADO 04).

[...] **nós aqui no Vale do Mucuri, nós temos um grave problema de coletivo, porque nós fomos criados individualistas**, nós somos individualistas mesmo, somos totalmente individualistas e essa cultura coletiva aqui ainda, acho que para ela existir vai ter que passar um *cado* de tempo ainda. Jequitinhonha já é mais coletivo, mas aqui nós não somos, nós somos individualistas, eu não sei por que. Aqui vieram os alemães na época e os alemães se fecharam, então o pessoal ficou mais disperso, lá não teve **influência alemã**, eu não sei. **Mas é questão de fundação mesmo, é de raiz essa questão** (ENTREVISTADO 01).

A dificuldade de uma conduta coletiva e prevalência dos interesses individuais afeta não somente as relações sociais e econômicas, como influencia as ações políticas da esfera pública local, pois como observado por Loureiro e Cunha (2008, p. 231), “a construção e o funcionamento desses coletivos acentuam os desafios que se impõem para a efetiva implementação da gestão participativa no uso e na distribuição dos bens naturais”. Ou seja, pode-se conjecturar que a dificuldade de envolvimento e participação da sociedade local no processo de implantação da APA transpôs-se como um desafio devido às falhas no movimento de divulgação, na forma como ocorreu a operação de fiscalização, e ainda devido aos traços culturais da região.

5.6 Processo de desenvolvimento

No processo de desenvolvimento da APA do Alto do Mucuri em Ladainha são verificadas as perspectivas de atuação do órgão gestor da APA e o reconhecimento das dificuldades e caminhos para se alcançar a participação da comunidade, sendo esta fase considerada como um período de adaptação da sociedade local à nova realidade de criação de uma Área de Preservação Ambiental na região, na qual, ainda são verificados alguns conflitos por questões culturais, econômicas e comunicativas, dentre outras.

5.6.1 Conflito e Participação

A categoria Conflito e Participação compreende 21,1% (f=108 ST) do corpus textual analisado e apresenta evocações que expressam as dificuldades enfrentadas com a criação da APA e perspectivas de atuação do órgão gestor na articulação dos processos participativos com a sociedade.

Habermas (1997) considera que a autonomia que se espera dos diferentes atores sociais no âmbito da esfera pública precisa alcançar, através de práticas comunicativas que levem ao entendimento entre esses atores, legitimidade perante a ordem jurídica estabelecida, assim como o direito também precisa legitimar-se perante a sociedade para que suas normas sejam consensualmente aceitas e implementadas.

Assim, acredita-se que no caso das políticas ambientais o percurso para se alcançar o entendimento e legitimidade torna-se ainda mais complexo, visto que o objeto normativo em questão versa sobre um direito/dever de caráter coletivo e cujos resultados se tornam visíveis a médio e longo prazo. Nesse sentido, o alcance da aceitação e da participação social na gestão de unidades de conservação depende também das estruturas comunicativas que são estabelecidas entre os atores envolvidos e do seu empenho para que sejam solucionados ou minimizados os conflitos existentes.

Algumas colocações e posições indicam como ocorreu o contato inicial com a sociedade de Ladainha nos primeiros momentos após a implantação da APA:

[...] pra ser sincero, acho que foi em 2012 pra frente. **É, foi de uma vez.** Houve esse **convite**, aí a gente foi lá e tal, meio que sem saber do que se tratava e aí foram focando pra gente o que seria aquilo. **Aí lá explicou o que é uma APA**, explicou quais são as APAs existentes [...] (ENTREVISTADO 01).

[...] a APA foi criada **‘goela a baixo’**. O que houve foi um decreto, determinou, acabou. Ai o que aconteceu, **aí a gente foi entender do que se trata, quando foi entender, a gente aprendeu e depois que a gente aprendeu, nós participamos** do trabalho de conscientização (ENTREVISTADO 01).

[...] **aquele conflito com a população, foi talvez uma melhor informação para chegar para a comunidade.** Hoje como já está sendo um trabalho mais de prevenção, o pessoal está aceitando melhor (ENTREVISTADO 05).

Observa-se que a cultura se apresentou como um ponto conflituoso nesse processo por colocar em evidência não somente as práticas e hábitos das comunidades locais, mas também por reforçar a questão da resistência anteriormente gerada com o embate da operação de fiscalização e os interesses e relações sociais que em alguma medida já são naturalmente conflitantes. O que vai ao encontro do pensamento de Brito (2008, p .3) ao afirmar que “os

conflitos ambientais configuram-se quando os atores sociais defendem distintas lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum”. Curiosamente, em Ladainha essa barreira cultural parece tender mais para o aspecto da resistência do que das práticas ambientais existentes. Como indicam as falas abaixo:

Aqui é o coração de MG, pelo fato de ser o município com mais área de mata nativa. A população aqui em Ladainha, o município a característica dele é 40% de área urbana e os outros 60% meio rural, então **a agricultura familiar aqui é quase 100%** predominante, raramente você vê um que não é agricultor familiar, então esse pessoal tem por **característica de cuidar** mesmo, **de preservar**, o pessoal que trabalha não mexe com agrotóxico, o pessoal da agricultura familiar é assim. E que é diferente do outro produtor rural que a gente conhece que é o produtor que já usa uma tecnologia mais avançada, usa o químico, usa o motosserra, e eles não. Então assim, **preservou-se mais**, mas também foram **os mais cobrados pela fiscalização** daquela época. E aí, **criou-se uma certa aversão à APA** (ENTREVISTADO 01).

A gente tenta acompanhar também, você vê, igual eu te falei, você vê gaiola pra tudo quanto é lado, então o pessoal antigamente que criava, que a gente sabia que pegava pra poder vender, **todo mundo ficou meio inibido depois da criação, da fiscalização** e muitas vezes a pessoa vê lá, eu passo hoje, aí amanhã passa uma viatura da ambiental, depois de amanhã passa um lá, a pessoa vê que aquela área está sendo assistida, então **querendo ou não a pessoa já vai tirar o pé bastante disso**, e isso vem diminuindo muito também, já diminuiu (ENTREVISTADO 03).

[...] um fato é o seguinte, por ter acontecido essa operação da época, que foi na verdade uma iniciativa, bem no início, 2013. E a partir daí **esse ato de fiscalização**, essa operação, ela **não distingue o pequeno do grande proprietário**, não tem essa distinção, infração é considerada infração seja quem for, isso está explícito na própria legislação ambiental, nas leis de uso e ocupação do solo, de crimes ambientais (ENTREVISTADO 04).

[...] Inclusive na época dessa fiscalização, eu recorde que no município mesmo de Itaipé, **teve apreensão por meio da operação** de fiscalização que era ambiental, foram apreendidos **armas, drogas, veículos roubados**, então foi uma coisa bem grande e causou **uma certa revolta** por parte da população devido a como foi feito na verdade, porque quando criou-se a Unidade de Conservação me parece que pela pequena participação social que teve naquela ocasião, também **não foi dito que haveria fiscalização**, então me parece que a revolta foi em virtude de terem sido **pegos de surpresa** e terem sido **autuados**, porque pelo fato de estar em uma Unidade de Conservação, **as multas duplicam**, elas dobram o preço, o valor, é um agravante nesses casos e aí causou uma certa revolta por parte da população (ENTREVISTADO 04).

As características de uso e distribuição das terras no município também tiveram influências nesse processo, não do ponto de vista dos movimentos sociais, mas do próprio formato e tamanho das propriedades rurais, o que retrata também o perfil socioeconômico dos seus proprietários. Como apontam Medeiros e Garay (2006, p. 160), “conflitos e disputas pelo uso e posse destas áreas e dos recursos naturais a elas associados continuam sendo, em pleno século XXI, um dos principais gargalos da gestão de áreas protegidas no Brasil”.

[...] existe esse conflito por parte da própria biodiversidade em relação ao contexto da APA e é uma região ecologicamente viável e também tem essa característica

produtiva, o fato da **maior parte das áreas estarem concentradas na mão de poucos fazendeiros**, uma grande região do território da APA está concentrada na mão de poucos fazendeiros, são grandes propriedades, **enquanto pequenas propriedades rurais estão concentradas pra muita gente**, para ser dividida para muita gente, então tem esse conflito porque existe a necessidade produtiva dessas pequenas famílias agrícolas, em alguns casos a propriedade já possui uso consolidado, então o produtor já produz ali naquele pequeno espaço que ele tem, porque são áreas pequenas e tem aquela reserva legal, tem a área ali de floresta e tem uma busca grande por criar novas áreas produtivas por parte dos produtores devido a necessidade emergencial (ENTREVISTADO 04).

O que corrobora com Carvalho (2006) ao apontar que o perfil de distribuição das terras da região em pequenas propriedades, e o uso inadequado do solo, comprometeram a produtividade e a renda da maioria das famílias, desencadeando no êxodo rural em muitos municípios que passaram a buscar por outras formas de sobrevivência nos centros urbanos, contribuindo com formação de favelas e os índices de desemprego na região ao longo dos anos (CARVALHO, 2006). O que não tem sido diferente em Ladainha, pois é um fator que aparece nas colocações dos entrevistados, e, com maior força de evocação nos relatos do processo de desenvolvimento da APA no município.

[...] se a gente verifica hoje o estágio sucessional da cobertura florestal no território da APA, a gente conclui que não tem mais mata primária, hoje só existem matas secundárias, terciárias, ou seja, **todo o território já foi desmatado e foi regenerando**, talvez a regeneração aconteceu em uma grande parte dos casos **devido ao abandono da terra**, devido a declividade do alto, então envolveu muito essas características aí, **uma parte do êxodo também**, as vezes da população residente da zona rural para essas zonas urbanas, então assim, considerando além disso também **grandes propriedades rurais** na cabeceira do Alto do Mucuri (ENTREVISTADO 04).

[...] que é o **êxodo rural** né, é a condição que a gente precisa para defender o trabalho rural, dar para eles uma condição deles **viverem na roça com dignidade** e para isso ele precisa ter um espaço para plantar e colher, para sua fonte de **sobrevivência**. (ENTREVISTADO 02).

[...] a gente está tentando **trazer o jovem**, porque se você conseguir manter o jovem, provar pra ele que ele consegue **produzir no que ele tem** de maneira sustentável e ajudando o meio ambiente vai diminuir drasticamente esse **êxodo rural** (ENTREVISTADO 03).

[...] A verdade é o seguinte: a maioria dos jovens da nossa zona rural formou eles vão **buscar emprego fora**, até mesmo porque a cidade não oferece capacidade de emprego e na **zona rural** se você não for assistir de perto, o jovem não vai conseguir produzir alguma coisa sem formação, não estou querendo 'vender o peixe' da Unidade mas a gente também vem contribuindo para estar **mantendo o jovem aqui**, até mesmo em uma brigada de incêndio, que querendo ou não são doze a quatorze empregos por ano (ENTREVISTADO 03).

No processo de desenvolvimento da APA, como um momento de aproximação entre os atores envolvidos, as evocações do fator conflito aparece conjuntas às do fator participação, o

que provavelmente se justifica pela linha tênue que há entre as relações estabelecidas no seio da esfera pública, que por sua vez, é um espaço de conflitos e diálogo. Que conforme ressaltado por Brito (2008, p. 3), não são aspectos totalmente negativos do ponto de vista do gerenciamento das unidades de conservação no Brasil, pois é “com as relações conflituosas que surgem diversas formas de entendimento e de crescimento, dando origem às negociações e a busca por mecanismos para a regulação da gestão destas áreas”.

Pelo que indicam as falas dos entrevistados, a partir do diálogo, do esclarecimento, e da proximidade da equipe gestora e parceiros com a população, observa-se que houve uma mudança na percepção das pessoas e, conseqüentemente, mais predisposição para envolvimento e participação nas ações da APA em Ladainha.

[...] primeiro **a gente se entendeu** com eles, eles foram bem capazes, tiro o chapéu para quem veio aqui, que eu sei que eles são uma **equipe** né, mas quem veio aqui tiro o chapéu, porque teve essa **capacidade** de usar uma forma bem *light* de falar, uma parte bem dinâmica de **fazer se entender**, citando exemplos, bem a **linguagem** simples do agricultor, e aí fez essa **reunião**, e depois fez mais uma, e depois eles começaram a dar **aula** também para as crianças, esse **projeto** está até hoje (ENTREVISTADO 02).

[...] Então gera todo esse procedimento, mas a gente viu e está vendo que **o produtor está aderindo bem**, principalmente aqui em Ladainha, porque é uma área que vou te falar assim, 70% aqui, 60% do pessoal mexia com carvão e era de madeira nativa, e depois da criação da Unidade, dessa concentração, nesses três anos que eu estou vinculado: 2016, 2017 e agora 2018, se a gente achou, foi um forno de carvão ilegal aqui na cidade, então diminuiu drasticamente de uma coisa que **era cultura** e hoje você ter uma **conscientização**, principalmente do pessoal da zona rural, do que não deve ser feito. **E o pessoal está procurando o jeito certo de fazer**, a gente vê como uma vitória até muito grande em um curto período, vem melhorando muito e gente bate na tecla realmente da conscientização (ENTREVISTADO 03).

[...] teve muita coisa boa que aconteceu em relação a criação da APA, uma delas é esse **envolvimento da população com esse contexto da APA**. A partir desse movimento, dessa criação, eu vejo uma **adesão** maior das pessoas em relação aos nossos objetivos de criação da APA e o **apoio** também para que isso aconteça de fato e também eu venho percebendo o envolvimento das pessoas em relação ao **entendimento** sobre o potencial da APA para a conservação dos recursos naturais e até para a geração de renda (ENTREVISTADO 04).

Do ponto de vista legal, a instância democrática de participação é o Conselho Consultivo da APA do Alto do Mucuri. O que segundo Melliger e Floriani (2015, p. 8), para dar credibilidade e legitimidade às racionalidades que emergem nesses cenários, o “fortalecimento de espaços públicos locais, como os conselhos deliberativos das Unidades de Conservação da Natureza de uso sustentável, podem ser uma arena importante para a democratização participativa e deliberativa”. Conforme mencionado anteriormente e constante na Tabela 4, o Conselho Consultivo da APA do Alto do Mucuri foi instituído por meio de processo eleitoral

no ano de 2014 (ANEXO VII), com vigência dos mandatos até 2016, sendo aberto novo processo em 2017 para eleger os membros do Conselho que atuarão até 2019 (ANEXO VI).

Em Ladainha se destaca o envolvimento de atores dos segmentos do Poder Público municipal, sociedade civil organizada e empresas públicas e privadas, dentre os quais: Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER; Prefeitura Municipal de Ladainha; Secretaria de Agricultura de Ladainha; Rádio Maikel FM; e Jornal A Pedra (IEF/MG, 2017). E no âmbito da esfera pública local, outro espaço que contribui com os debates em torno da APA é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que tem um perfil atuante e congrega representações dos moradores das comunidades rurais, do Poder Público municipal, Sindicato, IEF, EMATER, perfazendo-se uma importante instância de participação e discussão de demandas a serem levadas ao Conselho da APA como pauta específica da realidade vivenciada pelos moradores de Ladainha.

[...] aí com a criação da APA houve também a **criação do Conselho da APA**, que é o conselho que reunia algumas lideranças em cada município e com a Presidência do IEF [...] **eu fazia parte do conselho** da APA na época e foi um conselho que **atuou** muito com essa questão de **conscientização** da sociedade, até mesmo nos **fóruns** (ENTREVISTADO 01).

[...] a ideia é **envolver** todos os municípios com **pelo menos um representante**, mas teve dois municípios que não **aderiram** nessa última eleição, no último processo seletivo, Catuji e Novo Cruzeiro. Eles não aderiram ao conselho, **os demais municípios todos têm uma representação no Conselho, somente esses dois que não** aderiram, não por falta de mobilização, porque a gente mantém contato, talvez por não interesse do próprio município em não participar desse Conselho, então ficaram esses dois de fora, mas é algo que a gente pretende corrigir na próxima eleição (ENTREVISTADO 04).

De acordo com as informações obtidas durante a pesquisa, observa-se que a APA do Alto do Mucuri envolve oito municípios e não há um critério ou prioridade na seleção dos membros do conselho consultivo para que tenha pelo menos um representante de cada um dos municípios no conselho. Como pode ser verificado nos trechos das entrevistas acima, ocorre de alguns municípios ficarem sem representação no conselho, seja por desinteresse e falta de engajamento dos atores envolvidos em cada município, ou mesmo por alguma falha na articulação dos processos participativos, pois acredita-se operacionalização dessas ações reside também na própria capacidade do Estado de promover a democratização da esfera pública, ampliando e oportunizando a participação da sociedade nos espaços de decisão e defesa do interesse público.

Desse modo, considerando que a proteção ambiental exige uma gestão democrática em que todos os atores e segmentos envolvidos devem fazer parte da tomada das decisões, visto que estas implicam em impactos ambientais significativos que impõem riscos às atuais e futuras gerações (TESSMANN, 2007), é possível verificar que a atual instância democrática da APA do Alto Mucuri segue as determinações legais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que, por sua vez estabelece apenas que as APAs devem contar com um Conselho Gestor constituído por representantes do órgão responsável, poder público, organizações da sociedade civil e da população residente, a fim de promover uma gestão ambiental democrática e participativa (BRASIL, 1981; BRASIL, 2000), não estabelecendo, portanto, a dimensão territorial dessa representatividade em casos de unidades com áreas extensas que abarcam mais de um município.

Em Ladainha, especificamente, nota-se que há algum engajamento das organizações locais em participarem dessas instâncias, tendo representação do município nos dois mandatos do conselho gestor da APA, que conta atualmente com dois representantes da Prefeitura Municipal de Ladainha, sendo um titular e um suplente (ANEXO VI). Mas acredita-se que esse envolvimento foi construído a partir dos próprios conflitos e desafios que foram surgindo no município com a criação da APA, o que levou os atores sociais locais a buscarem maior compreensão por meio da participação, para que assim pudessem entender o processo e mediar esse conhecimento com população.

[...] houve esse convite, aí a gente foi lá e tal, **meio que sem saber do que se tratava** e aí foram focando pra gente o que seria aquilo (ENTREVISTADO 01).

[...] e aí como o entendimento estava complicado, entendia-se então que não iria poder mais plantar e tal, então eu até acredito que **essas reuniões serviram também para abrir a mente**, o entendimento também dos órgãos criadores dessa APA que talvez seriam mesmo assim, bem radical, mas **dentro das discussões** que foram ocorrendo já abriu alguns leques pra poder ficar mais *light*, porque hoje a gente **entende** que é necessário mas tem que caber as duas situações, o agricultor precisa desenvolver, porque ele precisa de sobreviver, e ao mesmo tempo o desmatamento, a questão das queimadas, a questão ambiental de uma forma geral é necessária, **a gente precisava entender o processo**, porque era necessário, porque está sendo um **bem comum** pra todo mundo hoje (ENTREVISTADO 02).

Chega-se aqui ao ponto levantado por Côrte, de que a gestão das APAs se faz complexa tanto por tentar manter um equilíbrio entre os elementos ecológicos de conservação ambiental e os objetivos socioeconômicos, como pela necessidade de articulação entre os atores envolvidos no processo, acreditando que “o papel do Estado na gestão das APAs, mesmo se imprescindível, torna-se mais eficaz quando compartilhado entre os vários órgãos governamentais envolvidos, o setor privado e a sociedade civil” (CÔRTE, 1997, p. 18).

Outros aspectos inerentes ao conflito inicialmente gerado com a APA do Alto do Mucuri em Ladainha, e, conseqüentemente, os fatores de participação da sociedade nas ações promovidas a partir de então, também comungam com o ponto de vista de Côrte (1997, p. 18) ao considerar que a gestão das APAs “não deve ser fundamentada em ações de controle e fiscalização, mas deve priorizar ações de mediação de conflitos entre uso do solo e proteção dos recursos naturais”, ou seja, talvez uma das principais barreiras para que houvesse um maior envolvimento, aceitação e participação da comunidade de Ladainha durante o desenvolvimento das ações da APA tenha sido a resistência gerada com a operação de fiscalização na fase de criação da unidade.

5.7 Processo de amadurecimento

A fase de amadurecimento do processo de instituição da APA do Alto do Mucuri reflete os próximos passos que foram dados no caminho do diálogo e parceria, na busca por alternativas para se avançar e fortalecer cada vez mais a APA. A própria terminologia escolhida para este tópico denota a maturação alcançada após a criação da unidade, e busca retratar, através das categorias ‘Diálogo’ e ‘Avanços e Melhorias’, alguns dos elementos que surgiram após as fases mais tensas de resistência, conflito e das investidas de aproximação da comunidade.

5.7.1 Diálogo

A categoria ‘Diálogo’ compreende 21,8% (f=112 ST) do corpus textual analisado e apresenta colocações e posições voltadas para o formato dos processos de gestão e participação estabelecidos após a instituição da APA do Alto do Mucuri em Ladainha. Aqui a figura do ator social ganha destaque enquanto principal mediador do diálogo e das relações que se estabelecem entre as comunidades urbanas e rurais de Ladainha (mundo da vida) e as questões legais e normativas que regem as ações em torno da APA (mundo sistêmico). E conforme indicado por Cornona e Almeida (2014, p. 31), o elo entre a ação dos atores sociais e a questão ambiental reside justamente na capacidade de interação dialógica entre esses diversos atores, o que torna “visíveis as múltiplas lógicas locais de produção de culturas e identidades, práticas ecológicas e econômicas das comunidades”, e possibilita uma gestão ambiental democrática que leve em consideração as particularidades e os anseios da população local.

De acordo com as falas dos entrevistados é possível perceber que o diálogo esteve presente desde o início do processo de implantação da APA e a comunicação com os diversos

atores e com a comunidade se estabeleceu para além da instância do conselho gestor. O que se torna extremamente positivo do ponto de vista democrático, pois conforme asseverado por Côte (1997, p. 60) a população precisa estar a par e “participar das discussões a fim de que se consiga um consenso mínimo sobre as restrições de uso, aliada a uma ampla e indispensável divulgação do zoneamento na perspectiva da educação ambiental”.

Alguns trechos indicam essa relação dialógica estabelecida no contexto da APA em Ladainha:

[...] nós tivemos aqui uma implantação por meio de **reuniões**, houveram reuniões aqui no município e nos municípios vizinhos e foram reuniões onde o IEF participou, **participaram outras instituições** também, e naquela época **a sociedade participou**, e assim houveram esclarecimentos a partir dos fatos que foram expostos, houve muitos **debates** acalorados (ENTREVISTADO 01).

[...] A **participação** foi da diretoria, e os órgãos, e os gestores públicos. Igual eu me lembro que veio a secretaria do IEF, veio a Federação representada pelo seu diretor, e aí **sentou, discutiu, falou, falou e falou...** (ENTREVISTADO 02).

[...] nesse processo de criação da APA tiveram algumas **consultas**, tiveram algumas **reuniões** aqui no município [...] (ENTREVISTADO 05).

[...] A questão que te falei do produtor que estava querendo fazer chacreamento, aí a gente viu que ao invés de ir lá e autuar, **era melhor a gente tentar entrar em um consenso com ele, e conseguimos!** Vimos que seria uma forma viável não só para a unidade, como também para o produtor, até mesmo porque a gente não pode impedir a pessoa de produzir o sustento dele, é uma unidade de uso sustentável (ENTREVISTADO 03).

[...] a partir daí a gente percebeu que teve essa **aproximação** e nós tivemos um projeto também de **promoção e divulgação da APA** entre os anos de 2016 e 2017, no qual foram realizadas **palestras** nas escolas e tem uma **participação** efetiva da nossa parte nas reuniões de CMDRS, que são os Conselhos Municipais do Rural Sustentável, do qual nós usamos o espaço cedido a nós para realizar esse **estreitamento** com a população e também para divulgar e promover as ações que a APA realiza, promover e também divulgar sobre a **legislação**, legislação penal, sobre os **direitos e deveres** do produtor em relação a suas propriedades, a parte da **educação ambiental** que a gente envolve um pouco da questão técnica (ENTREVISTADO 04).

[...] então é mais fácil você chegar lá e tentar **levar o conhecimento** a ele, **conversar**, trazer ele para poder assistir de perto, estar **conversando**, então a verdade é a **conscientização**, é o principal trabalho que a gente vem desenvolvendo é a conscientização (ENTREVISTADO 03).

As iniciativas de envolvimento e diálogo com a sociedade local demonstram como a comunicação foi uma importante aliada na quebra da resistência apresentada inicialmente e no trabalho de conscientização, reforçando os pressupostos de Leff (2003) de que as complexas relações políticas, sociais e a complexidade ambiental, exigem uma ética democrática e um construto multidisciplinar de saberes e ações que prezem pela autorreflexão e identidades

coletivas voltadas para o diálogo, a formação de opinião, e emancipação dos sujeitos, diante da particularidade de cada situação ambiental.

Em alguns momentos das falas dos entrevistados é possível notar essa tendência de priorização do diálogo como mediador da participação social e do envolvimento de sujeitos da própria comunidade local na articulação da comunicação:

[...] enfim, aí **a gente entendeu e passou nosso entendimento para a população rural** e aí foi ficando tudo melhor (ENTREVISTADO 02).

[...] E o IEF atravessando essa questão toda e a sociedade presente, **a sociedade, os produtores, agricultores estavam presentes** e houve essa implantação [...] então naquela época eles tiveram aqui também, **sempre caminhando junto** e tal, e foram criadas propostas para trabalho da APA na região, inclusive criou-se também, até onde eu sei, uma **equipe de brigadistas** para combater incêndios, em 2014, 2015 se não estou enganado [...] (ENTREVISTADO 01).

[...] a gente tem notado muito que após essa **aproximação** com o produtor a resistência vem diminuindo, ele vem **buscar informação** antes de fazer. É igual a gente começou a fazer umas queimas controladas, o pessoal nunca tinha procurado, a gente está tendo várias **demandas** para fazer queimas controladas, mas é igual eu te falei também, **a questão da brigada estar levando essa informação**, que tem o pessoal da brigada para estar assistindo [...] (ENTREVISTADO 03).

[...] mas agora não, principalmente que eles estão com esse processo dos **brigadistas**, que **a maior parte é do pessoal daqui** mesmo, o pessoal já está **aceitando** melhor a questão da APA [...] (ENTREVISTADO 05).

[...] continua com trabalho **constante**, inclusive hoje o próprio IEF mais a polícia do meio ambiente tem uma brigada de controle de incêndios e **os próprios brigadista fazem esse papel de tá conscientizando a população** (ENTREVISTADO 01).

A partir dessa aproximação, o diálogo estabelecido entre atores sociais envolvidos com a APA e a comunidade local permitiu também que fossem pensadas novas formas produtivas a partir das quais foram iniciados novos hábitos e práticas pautados na sustentabilidade, diferentes daquelas empreendidas anteriormente.

[...] Mas aí o que aconteceu com essa sustentabilidade? **Ela só foi sustentável a partir do momento que eles conheceram as leis que eles estão inseridos nela**, nesse contexto, porque teve gente lá que não conhecia as leis e abriu, derrubou, então as sanções são pesadas e aí **inviabiliza** o negócio (ENTREVISTADO 01).

[...] Passou da altura de uma garrafa pet **eles já sabem** que não pode cortar, se cortar já está sabendo que vai ser multado, ou se põe fogo já sabe que vai ser multado, então eles já estão sabendo direitinho mexer lá (ENTREVISTADO 01).

[...] eu percebo que **evoluiu** e foi um **impacto positivo** pra eles, sim, e houve melhorias sim, porque nas nossas reuniões agora eles **não estão** fazendo esse questionamento **reclamando** mais da questão do meio ambiente, questionando que passou lá, questionando que tem uma **multa** pra eles, nem vindo aqui nem a gente indo lá, então **eu creio que eles já entenderam, mas foi muito trabalho** (ENTREVISTADO 02).

[...] o agricultor familiar não olha pra gente como um mero funcionário público, ele olha pra gente como aquela pessoa que pode **trazer algo que vai ajudar na vida dele** lá, então cria-se essa **expectativa no meio rural** (ENTREVISTADO 01).

Esse processo de amadurecimento da APA no município de Ladainha contou, portanto, com o trabalho comunicativo e um esforço para trazer a sociedade para perto, visto que sem essa legitimidade e participação da população local as dificuldades são ainda maiores. Pois conforme apontado por Martins (2012, p. 2), “para que se estabeleça um diálogo consensual e colaborativo é fundamental que processos de gestão ambiental identifiquem, respeitem e até mesmo resgatem o patrimônio cultural, que se manifesta através de representações e representatividades sociais e culturais” construídas ao longo do tempo nesses espaços. O trecho a seguir se aproxima um pouco dessa relação e demonstra o esforço empreendido em se respeitar as representatividades locais e também de aproveitar esses espaços como canal direto de comunicação entre a sociedade.

[...] É igual você viu lá hoje a questão do CMDRS, você viu lá eu pegando o nome das **Associações**, telefone, dia que se reúnem, por quê? O que a gente faz? Eu olho aqui: ‘Olha, hoje vai ter a reunião da Associação de Esportes de Brejaúba’. Aí a gente **liga para o presidente, conversa, explica, pede para a gente ir lá**, faz uma palestra, a gente tem o material tudo certinho, **faz uma palestra**, está explicando o que é a Unidade, o que pode ser feito, o que não deve ser feito, como deve ser feito, então a gente está levando **informação** direto pra ele (ENTREVISTADO 03).

Em outro aspecto algumas falhas na comunicação ou mesmo a falta de diálogo entre os órgãos públicos envolvidos resultou em uma certa desconfiança e falta de credibilidade da APA no município de Ladainha, especialmente em relação à promessa de benefícios e políticas que viriam juntamente com a APA, como foi o caso do Bolsa Verde, que é um “programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental”, com concessão do valor de R\$ 300,00 trimestralmente durante o período de dois anos, podendo ser renovado, como forma de incentivo às comunidades para que utilizem de forma sustentável o espaço onde vivem (MMA, 2018).

[...] o que foi **proposto** para a gente aqui foi a Bolsa Verde. **Só que essa Bolsa Verde, ela não funcionou aqui não**, ninguém chegou aqui falando que conseguiu **receber** não. [...]. Que seria uma contrapartida para que o agricultor se sentisse **incentivado** a manter a área dele **preservada** e não ficar desmatando (ENTREVISTADO 02).

[...] eu acho que eles fizeram esse decreto mas não, [pausa longa] assim, **prometeram** que trariam alguns benefícios e **esses benefícios não chegaram**, quer dizer, alguns começaram a chegar agora, então eu acho assim, que **o governo deveria investir mais** não só em fazer o decreto, por exemplo, deveria pagar o **Bolsa Verde**, já que não quer desmatar, [...] eu acho que deveria ter alguma maneira para o agricultor **preservar**,

mas que ele também não tome **prejuízo**, porque muitas vezes o agricultor quer limpar alguma parte de um terreno, talvez para **plantar** alguma coisa e **sobreviver**, mas não pode. Eu acho que o governo deveria dar **condição** para aquela pessoa preservar também, é o que eu acho (ENTREVISTADO 05).

[...] as prefeituras têm apoiado a gente na medida do possível, porque a gente sabe que é difícil para eles também em muitas circunstâncias, essa questão do envolvimento e a gente sempre teve uma boa relação com as prefeituras. Em alguns momentos teve aquela **indigestão**, digamos assim, por parte do município no que tange a questão da **perspectiva** que eles tinham em relação a APA, principalmente na questão do **Programa Bolsa Verde**, que na ocasião foi **prometido**, essa questão do Programa Bolsa Verde, e por se tratar de uma unidade de conservação seria uma **área prioritária** para receber esse **benefício**, esse fomento, devido às características, então teve de fato essa conversa, inclusive lavrada em ATA, das primeiras audiências, das primeiras consultas públicas. No entanto, **infelizmente isso não foi possível** ser efetivado, **também não sei te dizer porque**, nunca houve qualquer manifestação por parte do até então **governador** naquela ocasião relatando porque que não foi feito, a gente imagina as circunstâncias, mas não foi feito **nenhum pronunciamento por parte dos líderes políticos** em relação a essa questão (ENTREVISTADO 04).

Nesse sentido, é importante, além da criação e implementação dos mecanismos de gestão das APAs, que o Poder Público esteja atento ao cumprimento dos programas que giram em torno das políticas ambientais, a fim de dar um devido retorno à sociedade. Também é necessário que os atores envolvidos no processo se posicionem de forma coletiva para buscar respostas satisfatórias aos questionamentos da população e exigir o cumprimento das políticas públicas, tendo em vista que as influências dos atores sociais nos debates e decisões públicas em torno da questão ambiental são análogas à sua própria condição de mediadores das relações e interesses da coletividade, posto que “o desafio da sustentabilidade constitui um desafio eminentemente político”, que deve dispor da “vontade política” e das alianças necessárias à aplicação das ecopolíticas (GUIMARÃES, 1995, p. 134).

Ademais, é possível verificar no corpus textual das entrevistas trechos que refletem algumas lacunas no processo comunicativo entre os atores da APA em Ladainha:

[...] O **potencial** é muito grande, no entanto, tem esses **gargalos**, **principalmente em relação a questão da comunicação**, porque a informação não chega ao mesmo tempo para todo mundo, você sabe disso. Tem gente que vive isolada, e é muita gente, as vezes a gente até pensa que não, mas é muita gente que vive **isolada** no território, não tem esse acesso (ENTREVISTADO 04).

[...] então assim, as polícias, os órgãos, eles se **inter-relacionaram** para estar, naquele primeiro momento, trabalhando para a sociedade, não pra punir, mas **conscientizar**. Mas teve uma época, uma hora que houve uma época muito **negativa**, que colocaram uma **notícia** no jornal falando que o **agricultor familiar é o maior desmatador da região** (ENTREVISTADO 01).

A categoria diálogo reforça, portanto, a importância dos preceitos comunicativos em uma base democrática em que a esfera pública se constitui uma “arena viva e dinâmica na qual

permanente processo de construção, desconstrução e reconstrução discursiva e simbólica da nação tem lugar” (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 714), que no caso da gestão das APAS não é diferente.

5.7.2 Avanços e Melhorias

Esta categoria compreende 21,8% (f=112 ST) do corpus analisado, apresenta colocações e posições sobre as ações e alternativas de organização da comunidade e do órgão gestor para culminar na permanência e incorporação da APA do Alto do Mucuri, a percepção de um modo geral quanto à criação da unidade. Demonstra alguns pontos em que a APA avançou no sentido do diálogo, da participação, do entendimento entre os atores envolvidos, na superação de desafios e algumas melhorias que já são observadas no cotidiano das pessoas e no cenário regional a partir da criação da APA.

Observa-se que de uma forma geral as pessoas entrevistadas consideram como positiva a criação de uma APA na região, reafirmando as concepções iniciais de atores que buscaram a criação de uma unidade de conservação ambiental no Mucuri.

A criação da APA vem contribuir **positivamente** porque veja bem, eu fazendo essa análise mais **geral** nesse contexto todo que eu vivi, **eu vivi toda a APA** aqui agora, são praticamente quase 10 anos de APA. 2009 que eu cheguei, então assim, nesse contexto, vejo que houve um momento de **aprendizagem** não só daqueles que estavam implantando a APA, mas também de toda a sociedade, **algo novo**. Houve um aumento de desmatamento e agora houve um momento de **tranquilidade**, parece que eles **entenderam** o que seria a APA, então assim, essa é a percepção minha em **Ladainha**, por isso que agora nós temos um mar de tranquilidade. A questão das queimadas e do desmatamento **diminuiu** consideravelmente, apesar de que ainda tem queimada, mas não são iguais a antes, não tem nem comparação (ENTREVISTADO 01).

[...] **antes** havia muito desmate, o pessoal desmatava para fazer carvão ou mesmo para plantação de capim para a pecuária, mas a partir disso, eu acho que **foi muito bom a questão da APA**, juntamente com o IEF. **Hoje** nós temos também um trabalho em parceria da prefeitura com a Suzano, empresa de papel celulose da Bahia, de Mucuri, onde estão cercando muitas nascentes por aí [...] **cercaram muitas nascentes** aqui já, inclusive, agora tem um trabalho que já foi em feito em Malacacheta e Poté e depois vai estar em Ladainha fazendo um levantamento das nascentes através da Casa da Floresta, aonde vai **beneficiar** o município. Então eu acho que foi de muita **importância essa vinda da APA para cá** nessa questão ambiental (ENTREVISTADO 05).

Não é meu **ponto de vista** só, como também de uma **grande parte da população**, após essa conscientização, esse trabalho e tal, a gente tem notado a **melhora** na vasão hídrica, até a **qualidade de vida**, porque ficava muita fuligem de fumaça e tal [...] (ENTREVISTADO 03).

[...] e aí a **compreensão veio surgindo**, e hoje eu **percebo**, não só eu mas eu vejo até **as pessoas, os agricultores falarem hoje** que parece que **as chuvas estão voltando**,

eu não sei se vocês lembram, que nós ficamos 2015, final de 2014, 2015 todinho, muito escasso de **água**, coisa que nunca tinha acontecido aqui em Ladainha, **caminhão pipa** ir nas comunidades rurais levar água para os agricultores, e isso **aconteceu** tanto no distrito de Concordia do Mucuri como aqui em Ladainha, nas comunidades rurais [...] (ENTREVISTADO 02).

Fatores culturais e alguns comportamentos tipicamente adotados por produtores rurais na região, que se mostraram um desafio perante os critérios de conservação ambiental, apresentaram alguns avanços com o amadurecimento da APA. O que permite lembrar a teoria de Habermas de que “a relação entre o empírico e o normativo deve estar sempre presente em qualquer análise à democracia, não enquanto planos que devem ser analiticamente separados, mas como duas faces da mesma moeda” (SILVA, 2001, p. 150), ou seja, no caso da gestão ambiental especialmente as ações normativas devem estar de acordo com aquilo que é vivenciado na prática cotidiana, do contrário, perdem-se os preceitos democráticos da participação e deliberação coletiva, do mesmo modo, práticas comuns que destoam de critérios normativos refletem uma discordância dos cidadãos no cumprimento da lei, e, conseqüentemente implicam em autuações e processos administrativos, civis e/ou penais.

A seguir alguns trechos que denotam uma mudança comportamental a partir do amadurecimento das pessoas em relação à APA em Ladainha, a redução dos focos de incêndios, a melhora na consciência das pessoas e até mesmo a abertura para buscar informações e orientação técnica:

[...] então a gente tem desde 2008 os focos de calor que existem no território da APA, além do conhecimento histórico da **cultura do uso do fogo** no território da APA que é muito grande, então está sendo um **processo** apesar de lento, mas está sendo um processo que está gerando **resultado** porque esses **incêndios vêm diminuindo** (ENTREVISTADO 04).

[...] **no início foi bem negativo**, mas era necessário né, eu entendo assim, **teve muita multa**. Agora as **multas** pararam, por isso que teve o embate, não vou dizer que parou de tudo, mas faz um **bom tempo** que eu não recebo aqui uma queixa, para pedir um advogado pra tentar defender uma multa de R\$6.000,00; de R\$5.000,00; de R\$2.000,00; de R\$3.000,00, **vem diminuindo**. Pelo menos a **demand**a aqui para nós estava sendo toda semana, várias vezes na semana, e **agora** a gente até esquece que dia teve uma, **então está melhorando sim**. (ENTREVISTADO 02).

[...] o pessoal tem **dúvidas** que eles vêm frequentemente tirar com a gente aqui, então a gente nota que **eles estão perdendo esse medo que tinham**, não vou falar que de **punir** e tal, que tinham até mesmo **de vir buscar essa informação**, por falta de um local, de uma pessoa, a gente tem alguém para estar recebendo [...] (ENTREVISTADO 03).

No entanto, observa-se que essa mudança comportamental esteve mais relacionada com o diálogo estabelecido com a população do que uma mudança cultural em si, pois, como

mencionado anteriormente, o que parece ter ocorrido em Ladainha, em grande medida, foi uma reação da comunidade que num primeiro momento se manifestou na forma de resistência à APA, especialmente devido à fiscalização, à falta de conhecimento e às falhas na comunicação. Na fala a seguir é possível notar que o diálogo e o esclarecimento pautados na educação ambiental foram fundamentais nesse processo:

[...] Ele se torna **sustentável** dentro da APA a partir do momento primeiro que existe essa produção e hoje, com a APA, houve uma **coerção social** muito grande no sentido de **legislação ambiental**, então houve esse processo também de **conhecimento** das leis que a sociedade lá não tinha esse conhecimento e ainda tem pouco conhecimento de uma lei mais detalhada do **meio ambiente**, ainda faz muita confusão com lei de **mata atlântica**, com **código florestal** brasileiro e aí o quê que acontece, houve esse conhecimento, mas não sabem muito, **mas já sabem** que determinada madeira eles podem cortar, se ultrapassar um certo tamanho de madeira não pode mais cortar, **já sabe manejar a área**. O que é o manejo florestal? O manejo florestal é você ter uma floresta e **saber cuidar** dela, mas ao mesmo tempo, você também ter sua atividade **econômica** sem estar causando prejuízo ao meio ambiente. Então eles sabem fazer isso, **eles sabem muito bem fazer isso**, porque antes mesmo da implantação da APA aquela região ali é ainda a região que tem mais **Mata Atlântica** em toda Minas Gerais (ENTREVISTADO 01).

Outro ponto que merece atenção no trecho acima é o destaque para a questão da sustentabilidade, que é o principal aspecto de uma APA, da capacidade de se conciliar a conservação ambiental com os arranjos produtivos locais, e, conforme defendido por Enrique Leff, os elementos comunicativos e de aprendizagem são potencialmente significativos “para a construção plural de sujeitos e atores sociais capazes de abrir as possibilidades para a recriação de mundos alternativos, guiados pelos valores da democracia e os princípios da sustentabilidade” (LEFF, 2003, p. 10), que no caso do município de Ladainha, parece contar com a vantagem de ter uma população que apresenta valores essencialmente voltados para a proteção dos recursos naturais.

Outras falas destacam algumas mudanças observadas na região e no cotidiano dos moradores de Ladainha, mudanças na forma de abordagem da equipe gestora da APA, e avanços do ponto de vista da execução das ações e das relações estabelecidas entre os atores envolvidos com o projeto da APA.

[...] porque eu vejo de várias formas, eu aprendi ter esse **olhar**, se melhorou a chuva, melhorou minha **vida**, porque eu **plantei e colhi**. Feijão foi a R\$22,00 o kg, se lembra disso? **Hoje** o feijão tá aí **baratinho**, R\$3,99; R\$5,99, na feira não passa de R\$ 6,00 (ENTREVISTADO 02).

[...] aí vem melhorando a **qualidade de vida**, a vasão hídrica, o encontro com o produtor, até a gente mesmo vem **melhorando** a forma de se abordar o produtor (ENTREVISTADO 03).

[...] o trabalho que a gente está desenvolvendo é um trabalho que tem gerado **bons resultados**, agora a gente está conseguindo através desses **projetos**, desses programas, **executar** muitas ações que a gente **planejou**, que a gente pensou, está tendo a **oportunidade** de executar, de colocar em prática agora através do financiamento de outros, da iniciativa privada, das empresas terceirizadas, estatais, terceirizadas que é o Pró Mananciais que tem **recursos** para executar essas obras, então eu nos vejo como o órgão que está **instrumentando** todo esse processo através das **políticas públicas**, através das **informações**, com possibilidade de ser executadas por **parceiros**, por pessoas que também tem o interesse. **É uma rede!** (ENTREVISTADO 04).

A menção de uma rede de atuação entre os segmentos envolvidos demonstra o que Cohen e Arato (2000) destacam a respeito da esfera pública e da sociedade civil como sendo o terreno indispensável onde os atores sociais se encontram, organizam e se mobilizam. Isso reflete a capacidade interativa e o potencial de mudança dos atores envolvidos nas questões ambientais.

Ademais, é possível notar que a vinda da APA contribuiu também com as perspectivas socioeconômicas dos moradores de Ladainha, especialmente em relação às possibilidades de geração de emprego e renda, possivelmente impactando também na questão do êxodo rural.

[...] não estou querendo vender o peixe da Unidade mas a gente também vem contribuindo para estar mantendo o jovem aqui até mesmo em uma Brigada, você querendo ou não são doze a catorze empregos por ano, eu sou uma prova disso, eu trabalhava fora, hoje eu trabalho dentro da Unidade, então a gente tem buscado também incentivar o jovem a produzir de forma sustentável [...] (ENTREVISTADO 03).

[...] nós temos essa cooperativa **desde 2011**. Foi fruto de uma política pública chamada PNAI [...] **Ladainha em 2009 não tinha nada**, nada! Você sabe o que é nada? Nada, nada! Era tudo desorganizado, as associações ainda em fase de construção e hoje não, **hoje** a cidade, o município, ela **tem organizações sólidas, associações** constituídas, tem **laticínio**, tem **cooperativa**, tem estruturas formalizadas mesmo (ENTREVISTADO 01).

Deste modo, os avanços e melhorias apontados pelos sujeitos entrevistados sugerem que a APA do Alto do Mucuri vem desenvolvendo o seu papel e tem mantido uma coerência com os objetivos propostos no Decreto de criação, quais sejam: I - proteger e recuperar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas; II - proteger os solos, a fauna e a flora e promover a recuperação das áreas degradadas e a conectividade entre fragmentos florestais; e III - promover atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental desejável para a região.

5.8 Avanços e Desafios

Considerando as informações obtidas na pesquisa, na Tabela 6 são elencados alguns pontos em que houve um avanço no processo de instituição da APA do Alto do Mucuri e outros que se apresentam como desafios a serem superados.

Tabela 6 – Avanços e Desafios da APA do Alto do Mucuri em Ladainha

Avanços	Desafios
<ul style="list-style-type: none"> • Possui Plano de Manejo; • Possui Conselho Gestor; • Gestão comunicativa com estímulo à participação social; • Estabelecimento de processo de diálogo com a sociedade; • Respeito e envolvimento das lideranças locais; • Parceria com atores sociais de diversos segmentos; • Promoção da conscientização e educação ambiental nas escolas e na zona rural; • Formação de equipes de brigadistas que atuam na prevenção e combate a incêndios florestais; • Implementação de projetos de recuperação e cercamento de nascentes; • Melhoria nos processos participativos; • Redução de crimes ambientais; • Reconhecimento de melhorias na qualidade de vida da população; • Contribuição com a geração de empregos, renda e arranjos produtivos locais; • Legitimidade junto à sociedade local 	<ul style="list-style-type: none"> • Processo de Fiscalização; • Falhas na comunicação; • Influências da cultura e tradição local; • Posse e distribuição das propriedades privadas; • Práticas econômicas de alto impacto ambiental; • Intervenções ambientais ilegais; • Aproximação da comunidade; • Envolvimento e compromisso dos membros do conselho consultivo; • Disponibilidade de recursos humanos; • Falta de um local apropriado para sede da APA; • Logística para atuação do órgão gestor nos oito municípios envolvidos; • Ausência de Legislação Ambiental municipal;

Nesse sentido, pode-se inferir que os principais desafios que se apresentam à APA do Alto do Mucuri comungam com o panorama nacional da dificuldade de se manter uma efetiva participação da população, da superação de barreiras culturais e comunicativas, e do gerenciamento dos conflitos em torno do uso e posse das terras que ainda prevalecem como um gargalo nos processos de instituição de unidades de conservação no Brasil.

A ausência de uma legislação ambiental na esfera municipal também se apresenta como um desafio, e reforça a questão da negligência do Poder Público em relação ao cumprimento

do Art. 225 da Constituição Federal, especialmente no que se refere aos investimentos em gestão ambiental e destinação dos recursos públicos para este fim.

Por outro lado, observa-se que a APA do Alto do Mucuri chegou a um estágio de maturidade ao longo dos sete anos desde a sua criação, pois ainda que permaneçam algumas relações de conflito e resistência, ocorreram avanços do ponto de vista legal, gerencial, das ações de educação e conscientização ambiental e principalmente uma melhoria no envolvimento e participação da sociedade local. Além do reconhecimento, por parte dos atores envolvidos, de uma efetiva redução crimes ambientais, como por exemplo, os incêndios florestais, e da melhoria na qualidade da água e qualidade de vida da população em Ladainha.

Claramente os apontamentos aqui realizados não preveem a receita para a solução das problemáticas identificadas, tampouco indicam um esgotamento do empenho na melhoria constante dos pontos em que houve algum avanço, mas denota que de uma forma geral, no bojo de um trabalho coletivo é possível minimizar os problemas e conflitos socioambientais que se manifestam nos mais diversos territórios em que são instituídas as Áreas de Proteção Ambiental.

Nesse ínterim, cabe realçar a importância e singularidade deste estudo ao abordar aspectos próprios da APA do Alto do Mucuri em Ladainha, que até então desconhecisse pesquisas da mesma natureza sobre o mesmo objeto de estudo. Ao passo que o merecimento de maiores aprofundamentos teóricos e metodológicos deixa espaço para pesquisas futuras que tragam novos olhares para o objeto em questão e novos objetos de análise que venham a surgir a partir destes resultados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto deste estudo apresenta, de uma forma geral, a descrição de processos empreendidos na instituição de Áreas de Proteção Ambiental, tendo como ponto de partida a esfera pública como lugar de manifestação da vontade coletiva e exercício da democracia na gestão dos bens coletivos, com foco principal na gestão de Áreas de Proteção Ambiental enquanto segmento de grande representatividade no panorama nacional de Unidades de Conservação. Seguido da caracterização da APA do Alto do Mucuri e apresentação de alguns fatores que antecederam a sua criação, como as investidas para desbravamento da região do Vale do Mucuri, seu processo de ocupação territorial, os degradantes ciclos econômicos que se estabeleceram ao longo dos anos, o perfil socioeconômico dos seus municípios, e mais recentemente os interesses em preservar e resgatar os seus ecossistemas, o que reflete o potencial das riquezas naturais e do patrimônio ambiental, que mesmo devastado, se faz presente na região e no município de Ladainha.

A escolha pelo *locus* da pesquisa em Ladainha, por ser um dos municípios com 100% do seu território inserido na APA, permitiu verificar que mesmo antes da instituição da APA do Alto do Mucuri este já era um lugar com prioridade para conservação ambiental no cenário Estadual, com indicação para ser uma unidade conservação de proteção integral na modalidade de Refúgio da Vida Silvestre. As mudanças no curso desse processo fizeram, no entanto, mediado pelos anseios da própria sociedade local, que fosse criada uma unidade de conservação de uso sustentável na modalidade de Área de Proteção Ambiental, o que fez toda a diferença no cenário de preservação ambiental e socioeconômico da região.

O objetivo do presente estudo foi analisar o processo de instituição da APA do Alto do Mucuri e os principais avanços e desafios vivenciados no município de Ladainha – MG. No intuito de se responder ao questionamento de como ocorreram os processos de criação e implementação da APA - Alto do Mucuri em Ladainha.

A partir deste olhar, buscou-se identificar alguns elementos e atores que fizeram parte do histórico de criação da APA do Alto do Mucuri em Ladainha, representados nos segmentos da Sociedade Civil Organizada, do Poder Público Municipal, de Empresa Pública Local, e do Órgão Gestor. Apoiada na questão central, o discurso de atores sociais que estiveram envolvidos com a APA permitiu descrever aspectos das fases de implantação, desenvolvimento e amadurecimento da APA no município de Ladainha. No método de análise do conteúdo das entrevistas foram apresentadas as categorias que emergiram a partir das falas dos entrevistados, revelando a presença de conflitos, resistências, desafios, e também de diálogo, participação,

avanços e melhorias nos processos que fizeram parte da instituição da APA do Alto do Mucuri em Ladainha.

Como resultados da pesquisa verificou-se, portanto, que a APA do Alto do Mucuri avançou em termos de cumprimento dos critérios legais para Áreas de Proteção Ambiental no Brasil, ao dispor de um Plano de Manejo adequado, e de um Conselho Consultivo como instância democrática de participação e deliberação coletiva. No estabelecimento de uma relação comunicativa e que estimula a participação social, com constante diálogo com a sociedade. A equipe gestora da APA conseguiu alcançar o respeito e envolvimento das lideranças locais, formando uma parceria com os demais atores envolvidos no processo. A partir da criação da APA houve maior mobilização nos trabalhos de conscientização e educação ambiental, especialmente nas escolas, com projetos desenvolvidos pelo IEF, Polícia Ambiental e Instituições de Ensino, e na zona rural, que em partes ainda vive isolada e carece de formas mais dinâmicas de se levar a informação, contando com trabalhos do IEF juntamente com a EMATER, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Instituições de Ensino. A APA também trouxe avanços para o município de Ladainha no ponto de vista da geração de emprego e renda com a formação de equipes de brigadistas que atuam no combate e prevenção de incêndios, além de outras formas de economia sustentável pautada nos arranjos produtivos locais que contribuíram em alguma medida com a redução do êxodo rural. Em se tratando dos avanços ambientais, de uma forma mais específica, foram apontadas melhorias na qualidade da água, redução de queimadas e outros crimes ambientais.

Em se tratando dos desafios que ainda se apresentam para APA do Alto do Mucuri, tem-se o processo de fiscalização, que ainda assume uma característica eminentemente punitiva e coercitiva, especialmente por se tratar de uma operação que não difere o pequeno e o grande produtor, e se materializa como um ato que segue os parâmetros legais do ponto de vista administrativo, civil e criminal. Algumas falhas na comunicação, como no caso dos projetos que acompanham as políticas ambientais, mas não foram efetivados e o motivo não se sabe ao certo. Questões culturais que ainda se tornam uma barreira para a mudança de hábitos e práticas econômicas que trazem impactos ambientais negativos. Necessidade de maior aproximação da comunidade e adesão e participação nos projetos da APA, bem como de maior comprometimento dos membros do conselho gestor. Outros pontos que se tornam um desafio na gestão da APA do Alto do Mucuri é o tamanho da equipe em relação à dimensão territorial da unidade que abarca oito municípios, gerando um desgaste e sobrecarga das pessoas, que, além de comprometer os resultados do trabalho inviabiliza em termos de recursos humanos a logística de atuação dos mesmos em toda a APA do Alto do Mucuri. Além dos problemas

burocráticos no estabelecimento de uma sede apropriada para desenvolvimento das atividades da APA.

Considera-se, portanto, que esta pesquisa vem contribuir com os estudos acerca das Áreas de Proteção Ambiental no Brasil ao apresentar questões que estão presentes no universo subjetivo das relações que se estabelecem no interior das APAs e ressoam nos mecanismos de implantação e gestão dessas áreas. Principalmente por levar em consideração as experiências e pontos de vista de atores sociais de diferentes segmentos que atuam junto à APA do Alto do Mucuri. Assim, acredita-se que este estudo oferece contribuições acadêmicas e gerenciais, uma vez que os resultados apresentados podem servir de base para outras pesquisas, estimular o interesse pela continuidade e aprofundamento neste objeto de estudo, bem como produzir um panorama auto avaliativo para o órgão gestor da APA do Alto do Mucuri e outros segmentos envolvidos.

Não menos importante, outra contribuição que cabe destacar consiste no conjunto de técnicas e métodos de pesquisa qualitativa que foram adotados, tornando mais amplo o olhar sobre as Áreas de Proteção Ambiental enquanto objeto de estudo, trazendo elementos que podem contribuir para a continuidade de investigação do tema e ampliação dos estudos sobre APAs. Ademais, o rigor científico e metodológico com que foi conduzida esta pesquisa dá sustentação e credibilidade para integrar o corpo da produção científica brasileira sobre Unidades de Conservação Ambiental e sua gestão democrática na esfera pública.

No entanto, como mencionado anteriormente, a singularidade dos resultados frente a um fenômeno, contexto, tempo, espaço e sujeitos específicos, práticas de campo e pontos de vista específicos, jamais permitiriam a generalização dos resultados desta pesquisa para outras situações ou outras Áreas de Proteção Ambiental, ainda que semelhantes a esta. Nesse sentido, ao analisar todo o percurso de condução deste estudo, é útil elencar algumas limitações percebidas no tocante aos métodos e resultados da pesquisa.

O processo de coleta dos dados, que ocorreu por meio de entrevistas do tipo semiestruturadas, sofreu influências dos ambientes em que foram realizadas as entrevistas, que, mesmo sendo realizado um agendamento prévio com liberdade de escolha do local mais apropriado, ocorreram nos próprios ambientes de trabalho dos sujeitos entrevistados. Em geral espaços pequenos, com constantes interferências de pessoas que demandavam atendimento, interrupções via telefonemas, pouca privacidade em termos de acústica das salas e presença de outros funcionários no local, e disponibilidade de tempo dos entrevistados para participarem da pesquisa, o que, todavia, não influenciou nos resultados da pesquisa, pois foi possível realizar

as entrevistas, e, em caso de falha na coleta dos dados foi agendada uma nova entrevista com o mesmo ator.

Outra limitação diz respeito ao fato da pesquisa ter sido conduzida por apenas uma pesquisadora, o que pode ter influenciado na subjetividade da análise dos dados e nos vieses ideológicos na interpretação dos resultados. O que buscou-se minimizar através da utilização de um *software* de análise textual, que permitiu maior objetividade no delineamento das categorias de análise por meio da decodificação lexical e classificação hierárquica descendente do *corpus* textual das entrevistas.

A partir da realização deste estudo foi possível verificar como é amplo o universo das Unidades de Conservação no Brasil, e como os traços culturais, fatores territoriais e especificidades locais trazem diferentes elementos para os processos de criação e gestão de Áreas de Proteção Ambiental. Ao passo que o olhar qualitativo permitiu ampliar ainda mais as potencialidades para a pesquisa no interior das APAs, visto que as pessoas estão na centralidade das ações, dos direitos, deveres, como principal agente de mudança que detém as capacidades comunicativas e de entendimento para uma efetiva gestão ambiental democrática.

Nesse sentido, sugere-se como ideias para pesquisas futuras, estudos pautados na cultura política e nas variáveis culturais e simbólicas presentes nas práticas quotidianas das comunidades que vivem no interior das Áreas de Proteção Ambiental, especialmente as comunidades rurais e comunidades tradicionais que dependem economicamente e culturalmente da manutenção desses territórios, estudos voltados para análise documental das atas de reuniões e documentos relacionados ao Conselho Gestor, e também estudos que abordem mais detalhadamente às formas de atuação, composição e exercício democrático do Conselho Gestor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVENTURE, Robson. Fotografia. Disponível em: <http://br.geoview.info/tunel_bahia_minas_ladainhamg,95336392p>. Acesso em: 04 set. 2018.

AQUINO, Jairo S. **As Representações Sociais acerca do Ensino Superior a Distância da UFES**: a percepção de egressos dos cursos de administração e física. 2015. 91f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**, tradução: Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 383-398, nov. 2012.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e Usos na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 47, n. 4, p. 703-728, 2004.

BACHA, Maria de L. et al. Considerações Teóricas Sobre o Conceito de Sustentabilidade. *In: VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, Anais 2010.

BAUMGARTEN, M. Habermas e a emancipação: rumo à democracia discursiva. **Cadernos de Sociologia/Programa Pós-Graduação em Sociologia**, Porto Alegre, n.10, p. 137-178, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**; Tradução Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHR, Ricardo R.; CASTRO, Eglalciane de L. T. Abordagem crítica sob a Ótica da Ação Comunicativa de Habermas: Gestão Participativa no Campus Serra do IFES. *In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária da América do Sul*, 2005, Mar del Plata. Mar del Plata, 2005.

BENTO, Bruno D. **As matrizes e a fundação**: A Companhia de Comercio e Navegação do Mucury & A Estrada de Ferro Bahia e Minas: um breve estudo da formação do Vale do Mucuri. 2006. 139f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988

_____. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências**. Brasília, 2000.

_____. Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Brasília, 1981.

_____. Lei Nº 12.651 de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa;** altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRITO, Daguinete M. C. Conflitos em Unidades de Conservação. PRACS: **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP**. n. 1 dez. 2008.

CARVALHO, Christiano O. **A mesorregião do Vale do Mucuri:** contextualização histórica e análise do desenvolvimento. 2006. 110f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - PUC-MG, Belo Horizonte, 2006.

CHANNEL, Brasil. **Municípios da Mesorregião Vale do Mucuri**. Disponível em: <<http://brasilchannel.com.br/municipios/index.asp?nome=Minas+Gerais®iao=Mucuri>> Acesso em: 02 de agosto de 2018.

CHAVEZ, Fátima E. A. **A questão ambiental na esfera pública e a democracia no Paraguai**. 2004. 170f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CHICARINO, Tatiana. **Joseph Schumpeter e Robert Dahl:** reflexões sobre duas teorias contemporâneas da democracia. s.d.. 3f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) PUC, São Paulo. Disponível em: <https://www.pucsp.br/neamp/downloads/Artigo_Joseph%20Schumpeter_e_Robert_Dahl_Tathiana_Chicarino.pdf>. Acesso em: 24 de jul. 2018.

COHEN, Jean L.; ARATO, Andrew. **Sociedad Civil y Teoria Política**. México: Fondo de cultura económica, 2001.

CBH-MU1. **Proposta de Instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri - MU1**. Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri, 2008.

CORONA, Hieda M. P.; ALMEIDA, Jalcione P. de. Teorias críticas, desenvolvimento e reprodução socioambiental: limites e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 29, 2014.

CÔRTE, Dione A. de A. **Planejamento e Gestão de APAs:** enfoque institucional. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1997.

CREADO, Eliana S. J.; FERREIRA, Lúcia da C. O Caleidoscópio Conservacionista: o SNUC como um acordo temporário no ambientalismo. In: **Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais**, v.1, n.1, Vitória: UFES, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/view/1514/1106>>. Acesso em: 15 de dez. 2017.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

DIEGUES, Antônio C S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DEEMG, Departamento Estadual de Estatísticas de Minas Gerais. **Anuário Estatístico de**

Minas Gerais. Ano VII. Belo Horizonte: Oficinas Gráficas do Departamento Estadual de Estatística, 1955. Disponível em: <<http://memoria.org.br/pub/meb000000468/anuario1952mg2/anuario1952mg2.pdf>>. Acesso em: 04 de set. 2018.

DUARTE, Regina H. Olhares Estrangeiros: viajantes no vale do rio mucuri. **Revista Brasileira de História.** Vol. 22. Nº 44. São Paulo, 2002.

ESTADO DE MINAS. **Ferrovias Bahia-Minas: 50 anos depois do ponto final.** Belo Horizonte, n. 26.837, p. 9-11, 2015.

FACHIN, Odila. **Fundamentos de Metodologia.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FADEPE, Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora; IEF, Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais; GOVMG, Governo de Minas Gerais. **Proposta para Criação de Unidade de Conservação na Região das Nascentes do Rio Mucuri – Nordeste de Minas Gerais.** Juiz de Fora, 2009. 161p.

FARIA, Thaíssa A. O papel da esfera pública na efetivação da democracia. **Revista da Defensoria Pública da União,** Brasília, v. 1, n. 8, p. 1-365, janeiro-dezembro 2015.

FEIJOO, Ana Maria L. C.; MATTAR, Cristiane M. A Fenomenologia como Método de Investigação nas Filosofias da Existência e na Psicologia. **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** Brasília, v. 30, n. 4, p. 441-447, out-dez 2014.

FELIPPE, Miguel F.; NUNES, Marcos A.; BUENO, Justine. Desmatamento na Bacia Mucuri em Minas Gerais: Causas históricas e processos recentes. *In: Diálogos Sociais: Reflexões e experiências para a sustentabilidade do desenvolvimento do norte e nordeste de Minas Gerais.* Belo Horizonte: IDENE, 2008.

FERNANDEZ, Marco A. (Coord.). **Expedição Rio Todos os Santos: rio de todos que te queremos santo.** Teófilo Otoni: Artes gráficas MODELO, 2006.

FIORILLO, Celso A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa;** Tradução Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAG, B. Habermas e a Filosofia da Modernidade. **Perspectivas,** São Paulo, v.16, p. 23-45, 1993.

GEPAF, Grupo de Extensão e Pesquisa Em Agricultura Familiar. **Território da Cidadania do Vale do Mucuri – MG:** relatório analítico das pesquisas realizadas pela CAI- Mucuri. Teófilo Otoni, 2011. Disponível em:<<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra099.pdf>>. Acesso em: 10 de set.2017.

GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODINHO, Alice L. F. (Org.). **Expedição Mucuri.** Acervo Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri. Belo Horizonte, 2010.

GRANJA, Lêda, V. A de C. **O Papel das Áreas de Proteção Ambiental: APAs na conservação**

dos recursos naturais em áreas urbanas. 208 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

GRIGOLI, Juliana de J. Quatro modelos normativos de democracia representativa: as versões elitista, liberal, pluralista, participativa e deliberativa. **Pensamento Plural**. Pelotas, v.14., p.113-126, janeiro-junho 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade, volume I; tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade, volume II; tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. O Discurso Filosófico da Modernidade: doze lições, tradução: Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção tópicos).

HUSSERL, Edmund. **A Ideia da Fenomenologia**; Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, [1989].

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 18 de fev. 2017.

_____. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 15 de jun. 2017.

IEF/MG, Instituto Estadual de Floresta de Minas Gerais. **APA – Área de Proteção Ambiental –MG**. Disponível em < <http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/quadrosUCs/2012/apa-estadual.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

_____. **Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental do Alto do Mucuri**. Encarte 1 – Diagnóstico. Minas Gerais, 2017.

JACOBI, Pedro Roberto. Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1-2, p. 315-338, janeiro-dezembro 2003.

KRITSCH, Raquel. Estado e sociedade civil na teoria política: alguns paradigmas, muitas trajetórias. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 225-267, setembro-dezembro 2014.

LEFF, Henrique (coord.). **A Complexidade Ambiental**; Tradução Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

LOEBEL, Eduardo. Sociedade Civil: Uma Perspectiva Histórica e Sociológica. In: **XXXI Encontro na ANPAD**, 2007, Rio de Janeiro, RJ. Rio de Janeiro, 2007.

LOSEKANN, Cristiana. A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 4, p. 37-57, janeiro-junho 2009.

LOUREIRO, Carlos F. B.; CUNHA, Cláudia C. Educação Ambiental e Gestão Participativa de Unidades de Conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XI, n. 2, p.237-253, jul-dez. 2008.

LUBENOW, Jorge Adriano. A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica. **Caderno de Ética e Filosofia Política**, v. 10, p.103-123, jan. 2007.

_____. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. **KRITERION: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 51, n. 121, p. 227-258, jun. 2010.

MACEDO, Heitor Schulz et al. **Processos participativos na estão de áreas protegidas**: Estudos de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona costeira do Sul do Brasil. 2008. 204f. Dissertação (Mestrado em Meio ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. V. 26. São Paulo: Didática, 1990.

MARTINS, Juliana G. **Cidadania e Meio Ambiente**: gestão ambiental no meio rural, uma análise do potencial do princípio constitucional da participação a partir das teorias do pluralismo jurídico e da teoria da ação comunicativa de Habermas. [S.L], [2012?].

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso**: a história do movimento ambientalista; Tradução Marco Antônio E. da R. e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MEDEIROS, Rodrigo; GARAY, Irene. Singularidades do Sistema de Áreas Protegidas para a Conservação e Uso da Biodiversidade Brasileira. In: GARAY, I; BECKER, B (orgs.) **Dimensões Humanas da Biodiversidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta; GARAY, Irene. A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, São Paulo, Ano VI, n. 9, 2004.

MELLINGER, Larissa Lopes; FLORIANI, Dimas. Novos Paradigmas e Participação Democrática na Gestão de Unidades de Conservação da Natureza de Uso Sustentável. In: **I Seminário Nacional Sociologia e Política**, 2009, Curitiba, PR. Curitiba: UFPR, 2009.

_____. Participação democrática na gestão dos bens naturais comuns e populações nativas no Litoral Sul do Paraná. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. 18, n. 2, p. 1-22, abril-junho 2015.

MG/GOV, Governo do Estado de Minas Gerais. **Governo do Estado Cria Área de Proteção Ambiental no Alto Mucuri**. Secretaria de Casa Civil e de Relações Institucionais, 2012. Disponível em: < <http://www.iof.mg.gov.br/index.php?/geral/geral-arquivo/Governo-do-Estado-cria-Area-de-Protecao-Ambiental-no-Alto-Mucuri.html>>. Acesso em: 05 de set. 2018.

_____. A Emater de Minas. **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas2&id=2#.W8I0l_Zv_Dc>. Acesso em: 12 de out. 2018.

MINAS GERAIS. Decreto 45.877 de 30 de dezembro de 2011. Fica criada como Área de Proteção Ambiental – APA – do Alto do Mucuri a área situada nos Municípios de Carajá, Catuji,

Itaipé, Ladainha, Novo Cruzeiro, Malacacheta, Poté e Teófilo Otoni. **Imprensa Oficial de Minas Gerais**, Belo Horizonte. MG. 2011.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 80 p.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação: tabela Consolidada de Unidades de Conservação**. Disponível em: <www.mma.gov.br/cadastro_uc>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

_____. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação: tabela Consolidada de Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>>. Acesso em: 20 de mar. 2018.

_____. **Bolsa Verde**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>>. Acesso em: 06 de out. 2018.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**. 1999, 266f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente) – Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

_____. **Apropriações Diferenciadas do Conceito de Desenvolvimento Sustentável**. **Geosul**. Florianópolis, v.15, n. 29, p. 44-54, 2000.

MORGAN, G. **Imagens das organizações**. São Paulo: Atlas, 2000.

MUCURI, Movimento Pró Rio Todos os Santos e Mucuri. **Expedição Mucuri**. Belo Horizonte, 2010.

NASCIMENTO, Jackson F. do. A Escola de Frankfurt e seus principais teóricos. **PIDCC**. Aracaju, ano III, 5 ed., p. 244-249, 2014.

NOVAIS, Weber B. **BAHIA-MINAS: Caminhos de Ferro em Teófilo Otoni**. Teófilo Otoni, [1996?].

OLIVEIRA, Heitor Moreira de; NETO, João da Cruz G. **A Reflexão Coletiva Comunicativa Como Meio Para a Conscientização Ambiental Crítica**. Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, Goiás.

OLIVEIRA, Virgílio César da Silva e; PEREIRA, José Roberto; OLIVEIRA, Vânia A. R. de. Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil. **Cadernos EBAPE**. BR, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, artigo 3, p. 425-437, set. 2010.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**, trad. Luiz Paulo Rouanet. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1992.

PEREIRA, Gabriel da C. O discurso mítico na/da modernidade. In: **XI Congresso Internacional da ABRALIC**. São Paulo: USP, 2008.

PINTO, João Paulo S. Democracia Deliberativa e Administração Pública: a Institucionalização da Deliberação Pública. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 156-171, julho-dezembro 2016, ISSN: 2525-9660.

QUEIROZ, Luis R. S. Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa: perspectivas para o campo da etnomusicologia. **Claves** n. 2, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/claves/article/viewFile/2719/2324>>. Acesso em: 24 de out. 2017.

QUINTELA, Mirelle C. de A. Investimentos em gestão ambiental versus redução de emissões de gases de efeito estufa: relações e causalidades no Brasil. **Caderno de Finanças Públicas**. Brasília, n. 16, p. 197-217, dez. 2016

RADAELLI, Tania M.; NETO, Benedito S.; BASSO, David. Áreas de proteção ambiental como estratégia para o desenvolvimento regional: reflexões teóricas e metodológicas a partir do caso de Ipuçu-SC. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté, v.8, n.3, p. 115- 138, 2012.

RENTE, Andréa S. G. **Áreas de Proteção Ambiental como Inspiração para o Desenvolvimento Sustentável com Liberdade**: o caso da criação da APA- Alter do Chão/PA. 2006. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Wallace C.; LOBATO, Wolney; LIBERATO, Rita de C. Notas sobre Fenomenologia, Percepção e Educação Ambiental. **Sinapse Ambiental**, Set. 2009. Disponível em: < http://www2.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20090930145705.pdf?PHPSESSID=457bd590044f5b40c0cfa3162307abd8>. Acesso em: 12 fev. 2018.

RODRIGUES, Marcelo A. **Direito Ambiental Esquemático**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SANTOS, Marcio A. **A Filadélfia não Sonhada**: a escravidão no Mucuri do século XIX. Teófilo Otoni: Gráfica Frota, 2008.

SANTOS, Marcio A; TAVARES, Igor S. **Rua Direita versus “Rastacoro”**: dominação e resistências em Teófilo Otoni e região no século XX. Teófilo Otoni: Gráfica Frota, 2015.

SANTOS, Marcio A.; BARROSO, Leônidas C. **A Estrada Santa Clara no Século XIX**: caminhos de “gentes” e “vivências” no mucuri. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2017.

SENETT, Richard; Entrevista: minha visão sobre a Esfera Pública. **Fronteiras do Pensamento**, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3B-afhzHm8g>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SICAR. Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Disponível em: <www.car.gov.br/>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SILVA, Marcela Vitoriano; VALADÃO, Maristela Aparecida de Oliveira. **O Papel do Poder de Polícia na Efetivação do Dever Fundamental de Proteção do Meio Ambiente**. [2012]. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=368afd895ea0487a>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

SILVA, Filipe Carreira. **Espaço Público Em Habermas**. 2002. 203f. Proposta de Livro para Publicação - Universidade de Cambridge, Cambridge.

SILVA, Sérgio Luiz P. Razão instrumental e razão comunicativa: um ensaio sobre duas sociologias da racionalidade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 2, n. 18, p. 2-9, mai. 2001.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

SOUZA, Jessé. A singularidade Ocidental como aprendizado reflexivo: Jürgen Habermas e o conceito de esfera pública. In: **SOUZA, Jessé. A modernidade seletiva**. Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 59-93.

SOUZA, Lucas B. e. Percepção Ambiental e Fenomenologia: possibilidades de adaptação do método e alguns exemplos de pesquisas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, v. 40, p. 297-314, abr. 2017.

SOUZA, Rosalia Beber de; SOUZA, Ana Eliza F. A. de; PEREIRA, Jose Roberto. Discursos sobre sustentabilidade em uma instituição pública: entre a racionalidade comunicativa e a racionalidade instrumental. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 302-323, jan. 2017.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**; Tradução Luciane de O. da Rocha. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TAVARES, Edson D. **Da Agricultura Moderna à Agroecologia: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares**. Fortaleza: BND; Emprapa, 2009.

TESSMANN, Erotides Kniphoff. Sociedade civil e (Re) construção do espaço público: Gestão democrática ambiental para reflexão na esfera pública. In: **XVI Encontro Preparatório para o Congresso Nacional CONPEDI**, 2007, Campos/RJ. Rio de Janeiro: Boitex, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, Manoel Adam Lacayo. Democracia em Max Weber. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 41, n. 164, p. 149-155, outubro-dezembro 2004.

VERGARA, Sylvia C.; CALDAS, Miguel P. Paradigma Interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. **RAE**, v. 45, n. 4, p. 66-72, out./dez. 2005.

VIZEU, Fábio; MENEGHETTI, Francis K.; SEIFERT, Rene E. Por uma Crítica ao Conceito de Desenvolvimento Sustentável. **Cad. EBAPE. BR**, v. 10, nº3, artigo 6, p. 569- 583, 2012.

ZANONI, Magda M. et al. Preservação da natureza e Desenvolvimento Rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná, n. 2, p. 39-55, jul-dez. 2000.

ANEXO I

Análise Categrial Classificação Hierárquica Descendente- CHD*Classe 1- Avanços e Melhoria*

Compreende 21,8% ($f=112$ ST) do corpus analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $x^2 = 4.31$ 'Demais' e $x^2 = 45.43$ 'Cooperativa'. Essa classe é composta por palavras como: 'Trabalhar' $x^2=35.22$; 'Emater' $x^2=20.60$; 'Agroecologia' $x^2=20.53$; 'Aprender' $x^2=18.20$; 'Produto' $x^2=18.08$; 'Químico' $x^2=18.08$; 'Menos' $x^2=17.06$; 'Construção' $x^2=$; '16.97' $x^2=$; 'Comércio' $x^2=14.43$; 'Feira' $x^2=14.43$; 'Verdura' $x^2=14.43$; 'Orgânico' $x^2=$; '14.43' $x^2=$; 'Cooperativismo' $x^2=10.80$; 'Excelente' $x^2=10.79$; 'Profissional' $x^2=$; '10.01' $x^2=$; 'Construir' $x^2=9.11$; 'Coletivo' $x^2=7.62$; 'Produção' $x^2=7.15$; 'Direito' $x^2=5.18$; 'Experiência' $x^2=4.31$.

Classe 5- Diálogo

Compreende 21,8% ($f=112$ ST) do corpus analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $x^2 = 3.86$ 'Trazer' e $x^2 = 48.57$ 'Lá'. Essa classe é composta por palavras como: 'Comunidade' $x^2=37.91$; 'Ficar' $x^2=23.91$; 'Pegar' $x^2=19.74$; 'Ladainha' $x^2=18.99$; 'Base' $x^2=16.97$; 'Cidade' $x^2=16.00$; 'Índio' $x^2=14.43$; 'Trator' $x^2=14.43$; 'Adiantar' $x^2=14.43$; 'Pauta' $x^2=14.43$; 'Negativo' $x^2=13.46$; 'Agricultor' $x^2=13.42$; 'Vaca' $x^2=10.80$; 'Carro' $x^2=10.80$; 'Precisar' $x^2=10.52$; 'Atender' $x^2=10.23$; 'Grupo' $x^2=10.01$; 'Entender' $x^2=9.52$; 'Região' $x^2=9.49$; 'Problema' $x^2=7.88$; 'Pessoa' $x^2=9.06$; 'Prefeito' $x^2=7.88$; 'Encontrar' $x^2=7.15$; 'Pnai' $x^2=$; '6.68' $x^2=$; 'Mandioca' $x^2= 6.68$; 'Estudar' $x^2=6.68$; 'Cabeça' $x^2=6.68$; 'Trabalho' $x^2=6.50$; 'Propriedade' $x^2=5.18$; 'Roça' $x^2=5.18$; 'Reunião' $x^2= 4.89$; 'Filho' $x^2=4.31$.

Classe 2- Conflito e Participação

Compreende 21,1% ($f=108$ ST) do corpus analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $x^2 = 4,61$ 'Espaço' e $x^2 = 141.31$ 'APA'. Essa classe é composta por palavras como: 'Relação' ($x^2= 54.90$); 'Unidade de Conservação' ($x^2 = 53.97$); 'Envolvimento' ($x^2 = 26.61$); 'participação' ($x^2=25.41$); 'Operação' ($x^2= 22.77$); 'Causar' $x^2=18.93$, 'Percepção' $x^2=18.93$; 'Sociedade' 17.85; 'Fiscalização' $x^2=17.74$; 'Momento' 15.38; 'Revolto' $x^2=15.12$; 'Ato' $x^2=15.12$; 'Social' $x^2=14.70$; 'Ação' $x^2=14.17$; 'Órgão' $x^2=14.17$; 'Grande' $x^2=14.03$; 'Processo' $x^2=14.03$; 'Infração' $x^2=11.32$; 'Conservação' $x^2=11.32$; 'Conflito' $x^2=11.32$; 'Desdobramento' $x^2=11.32$; 'Acontecer' $x^2=10.74$; 'Município' $x^2=10.58$; 'Desafio' $x^2=10.56$; 'Fogo' $x^2=7.06$; 'Intervenção' $x^2=7.06$; 'Oportunidade' $x^2=7.06$.

Classe 3 - Resistência

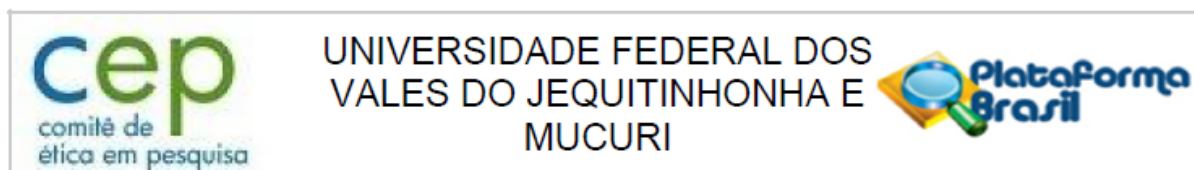
Compreende 20,1% ($f=103$ ST) do corpus analisado. Constituída por palavras e radicais no intervalo entre $x^2 = 4.08$ 'A_Gente' e $x^2 = 50.90$ 'Desenvolver'. Essa classe é composta por palavras como: 'Gente' $x^2=51.88$; 'Graças_A_Deus' $x^2=39.24$; 'Desenvolver' $x^2=50.90$; 'Produtor' $x^2=35.03$; 'Conseguir' $x^2=33.15$; 'Diminuir' $x^2=32.32$; 'Abraçar' $x^2=28.25$; 'Resistência' $x^2=24.17$; 'Melhorar' $x^2=23.10$; 'Acompanhar' $x^2=22.82$; 'Vender' $x^2=20.08$; 'Emprego' $x^2=20.10$; 'Qualidade' $x^2=20.10$; 'Pessoal' $x^2=19.05$; 'Informação' $x^2=16.69$; 'Drasticamente' $x^2=16.05$; 'Brigada' $x^2=15.28$; 'Uc' $x^2=20.10$; 'Vasão' $x^2=15.14$; 'Cultura' $x^2=13.29$; 'Tiro' $x^2=12.01$; 'Barreira' $x^2=12.01$; 'Caminhar' $x^2=11.66$; 'Produzir' $x^2=9.48$; 'Procurar' $x^2=9.48$; 'Zona' $x^2=9.11$; 'Bacana' $x^2=8.32$; 'Certo' $x^2=8.22$; 'Trazer' $x^2=7.98$;

‘Concentração’ $x^2=7.58$; ‘Caçar’ $x^2=7.58$; ‘Conscientização’ $x^2=6.90$; ‘Nascente’ $x^2=6.86$; ‘Dever’ $x^2=5.65$; ‘Recurso’ $x^2=5.01$; ‘Técnico’ $x^2=5.01$; ‘Formar’ $x^2=5.01$; ‘Ajudar’ $x^2=4.51$; ‘Tirar’ $x^2=4.51$; ‘Pesado’ $x^2=4.08$; ‘Viável’ $x^2=4.08$; ‘Madeira’ $x^2=4.08$; ‘Encaminhar’ $x^2=4.08$; ‘Manancial’ $x^2=4.08$; ‘Derrubar’ $x^2=$; ‘4.08’ $x^2=$; ‘Homem’ $x^2=4.08$; ‘Estudo’ $x^2=4.08$; ‘Bastante’ $x^2=4.08$; ‘Esperar’ $x^2=4.08$.

Classe 4- Desafios

Compreende 15,02% (f=78 ST) do corpus analisado ‘IEF’ $x^2=57.71$; ‘Meio’ $x^2=44.98$; ‘Ambiente’ $x^2=51.19$; ‘Polícia’ $x^2=38.95$; ‘Cercamento’ $x^2=28.16$; ‘Receber’ $x^2=27.82$; ‘Bolsa’ $x^2=28.16$; ‘Continuar’ $x^2=25.24$; ‘Sindicato’ $x^2=23.75$; ‘Secretaria’ $x^2=22.48$; ‘Federação’ $x^2=21.86$; ‘Programa’ $x^2=17.73$; ‘Escola’ $x^2=17.73$; ‘Presidente’ $x^2=16.83$; ‘Cercar’ $x^2=16.44$; ‘Inclusive’ $x^2=14.93$; ‘Criança’ $x^2=14.10$; ‘Reunião’ $x^2=14.02$; ‘Prefeitura’ $x^2=12.47$; ‘Conscientizar’ $x^2=12.47$; ‘Palestra’ $x^2=11.57$; ‘Passado’ $x^2=9.91$; ‘Parceria’ $x^2=7.86$; ‘Agora’ $x^2=8.01$; ‘Engenheiro’ $x^2=6.67$; ‘Situação’ $x^2=7.86$; ‘Convidar’ $x^2=7.86$; ‘Junto’ $x^2=6.20$; ‘Reconhecer’ $x^2=6.20$; ‘Questionar’ $x^2=6.20$; ‘Mandar’ $x^2=6.20$; ‘Gaiola’ $x^2=6.20$; ‘Plantio’ $x^2=6.20$; ‘Parque’ $x^2=6.20$; ‘Futuramente’ $x^2=5.70$; ‘Parecer’ $x^2=4.86$; ‘’ $x^2=$; ‘Conscientização’ $x^2=4.76$; ‘Falar’ $x^2=4.69$; ‘Tomar’ $x^2=6.20$; ‘Diretamente’ $x^2=6.20$; ‘Esquecer’ $x^2=6.20$; ‘Semente’ $x^2=4.21$; ‘Conversar’ $x^2=4.21$; ‘CMSRS’ $x^2=3.90$.

ANEXO II



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Pesquisador: RHIDEME SOUZA PEREIRA

Título da Pesquisa: AVANÇOS E DESAFIOS EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: um estudo da APA do Alto do Mucuri em Ladainha

Área temática:

Versão: 2

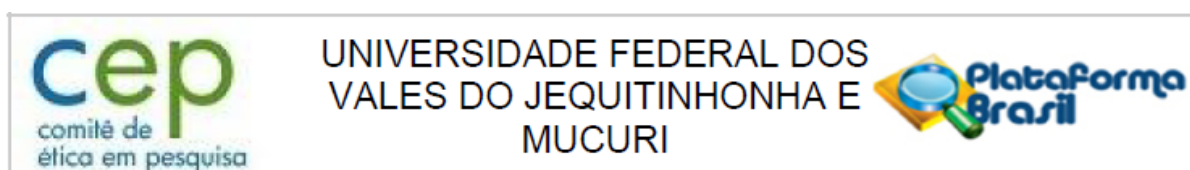
CAAE: 67910317.5.0000.5108

Instituição Proponente: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.135.816



Continuação do Parecer: 2.135.816

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

DIAMANTINA, 23 de Junho de 2017

Assinado por:
Disney Oliver Sivieri Junior
 (Coordenador)

ANEXO III

MODEDO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada (o) a participar de uma pesquisa intitulada: “AVANÇOS E DESAFIOS EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: um estudo da APA do Alto do Mucuri no município de Ladainha– MG”, em virtude de sua da sua atuação junto ao Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG na gestão da APA- Alto do Mucuri e seu conhecimento quanto ao processo de implantação, gestão e fiscalização da referida área de proteção ambiental. A pesquisa será coordenada pelo (a) professor (a) Dra. Ivana Carneiro Almeida, e realizada pela discente do programa de pós-graduação em Administração Pública da UFVJM, Rhideme Souza Pereira.

A sua participação não é obrigatória, portanto a qualquer momento da pesquisa, você terá plena liberdade para desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhuma penalização ou prejuízo na sua relação com as pesquisadoras, com a UFVJM, ou com outros órgãos.

O objetivo desta pesquisa é: analisar o processo de instituição da APA do Alto do Mucuri e os principais avanços e desafios vivenciados no município de Ladainha – MG. Este objetivo se desdobra nos seguintes objetivos específicos: - Apresentar o contexto histórico de criação da APA no Vale do Mucuri; - Identificar os principais atores envolvidos com a APA - Alto do Mucuri em Ladainha. - Analisar, a partir do discurso dos atores envolvidos, elementos dos processos de criação, implantação e gestão da APA do Alto do Mucuri em Ladainha; - Apontar os principais avanços e desafios vivenciados no Município de Ladainha com a criação da APA do Alto do Mucuri.

Caso você aceite o convite, será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: 1) Assinatura do presente termo de consentimento livre e esclarecido. 2) Agendamento de melhor data, local e horário para realização de entrevista. 3) Realização de entrevista semi-estruturada, que será gravada em áudio mediante seu consentimento. E o tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente trinta minutos.

Os riscos relacionados à participação nesta pesquisa são de constrangimento e quebra de sigilo, no entanto, serão adotadas as seguintes providências e cautelas para evitar estes riscos assegurando-lhe total privacidade: ocultação da sua identidade, utilizando identificação alfabética, ex.: ENTREVISTADO A; não serão divulgadas informações de identificação pessoal e do cargo em que ocupa na instituição, ou qualquer outra informação considerada sigilosa, oferecendo-lhe ainda, total liberdade na escolha do melhor local e horário para realização da entrevista, a fim de que sinta à vontade na exposição de suas ideias e informações. Cabendo destacar, que o procedimento não lhe trará complicações legais ou políticas. E que é direito seu decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações fornecidas, as que podem ser tratadas de forma pública.

Os benefícios relacionados à sua participação se manifestarão de forma direta e indireta por meio da devolutiva dos resultados da pesquisa ao IEF, que poderá contribuir com os mecanismos de gestão da APA- Alto do Mucuri, com a melhoria da qualidade de vida e qualidade ambiental na região, e na condução e aprimoramento de programas e políticas públicas que promovam o desenvolvimento e sustentabilidade local no Vale do Mucuri, em especial da comunidade de Ladainha, levando em consideração suas particularidades sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, as informações obtidas por meio de sua participação serão confidenciais e sigilosas, não possibilitando sua identificação. A sua participação bem como a de todas as

partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração para tal. Não está previsto indenização por sua participação, mas em qualquer momento se você sofrer algum dano, comprovadamente decorrente desta pesquisa, terá direito à indenização.

Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação agora ou em qualquer momento.

Pesquisadora: Rhideme Souza Pereira

Endereço: Córrego Valão de Todos os Santos, Zona Rural, Teófilo Otoni

Telefone: (33) 991200929

Declaro que entendi os objetivos, a forma de minha participação, riscos e benefícios da pesquisa e aceito o convite para participar. Autorizo a publicação dos resultados da pesquisa, a qual garante o anonimato e o sigilo referente à minha participação.

Nome do sujeito da pesquisa: _____

Assinatura do sujeito da pesquisa: _____

Informações – Comitê de Ética em Pesquisa da UFVJM
Rodovia MGT 367 - Km 583 - nº 5000 - Alto da Jacuba –
Diamantina/MG CEP39100000
Tel.: (38)3532-1240 –
Coordenador: Prof. Disney Oliver Sivieri Junior
Secretaria: Ana Flávia de Abreu
Email: cep.secretaria@ufvjm.edu.br e/ou cep@ufvjm.edu.br.

ANEXO IV**MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA****Entrevistado: (Órgão/Instituição)****Data:****Nome:**

1. Há quanto tempo trabalha com a APA do Alto do Mucuri?
2. Sobre a iniciativa de criação da APA na região
3. Como foi o processo de divulgação/sensibilização junto à população que vive no interior ou no entorno da APA?
4. Quais os principais problemas e conflitos existentes no interior da APA (desde a sua criação até os dias atuais)?
5. Em relação ao conselho gestor: quando foi criado? É atuante desde então? Foi adotado algum critério de distribuição das cadeiras no conselho considerando a presença de pelo menos 1 representante de cada um dos 8 municípios?
6. Como você avalia a dinâmica de trabalho, participação, comprometimento e comunicação entre os membros do conselho consultivo da APA?
7. Há algum tratamento diferenciado ou metas diferenciadas na gestão dos municípios que estão totalmente inseridos na APA, como é o caso de Itaipé e Ladainha?
8. Dentre os objetivos estratégicos de gestão há uma meta de estruturação de uma sede no município de Ladainha, o que motivou a escolha desse município?
9. Como é a relação da equipe de gestão da APA com a população local, sociedade civil e o poder público nos municípios envolvidos? E no município de Ladainha em específico?
10. Houve alguma pesquisa/avaliação sobre a visão das comunidades em relação à APA?
11. Quais os principais avanços que você identifica em Ladainha com a criação da APA?
12. E quais os principais desafios?

ANEXO V
DECRETO DE CRIAÇÃO DA APA DO ALTO DO MUCURI

DECRETO Nº 45.877, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2011. Fica criada como Área de Proteção Ambiental – APA – do Alto do Mucuri a área situada nos Municípios de Carai, Catuji, Itaipé, Ladainha, Novo Cruzeiro, Malacacheta, Poté e Teófilo Otoni.

O VICE-GOVERNADOR, no exercício da função de **GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 26 da Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Área de Proteção Ambiental – APA – do Alto do Mucuri, unidade de conservação de uso sustentável, localizada nos Municípios de Carai, Catuji, Itaipé, Ladainha, Novo Cruzeiro, Malacheta, Poté e Teófilo Otoni.

Art. 2º A Área de Proteção Ambiental – APA – do Alto do Mucuri compreende área de 325.148,8883ha (trezentos e vinte e cinco mil cento e quarenta e oito hectares, oitenta e oito ares e oitenta e três centiares) e o perímetro de 426.273,77m (quatrocentos e vinte e seis mil, duzentos e setenta e três metros e setenta e sete centímetros) com os limites e confrontações constantes no Anexo deste Decreto.

Art. 3º A Área de Proteção Ambiental – APA – do Alto do Mucuri tem por objetivos:

I - proteger e recuperar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas; II - proteger os solos, a fauna e a flora e promover a recuperação das áreas degradadas e a conectividade entre fragmentos florestais; e III - promover atividades econômicas compatíveis com a qualidade ambiental desejável para a região.

Art. 4º Compete ao Instituto Estadual de Florestas – IEF - implantar e administrar Área de Proteção Ambiental – APA – do Alto do Mucuri e, no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação deste Decreto, constituir o Conselho Consultivo dessa unidade de conservação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 30 de dezembro de 2011; 223º da Inconfidência Mineira e 190º da Independência do Brasil.

ALBERTO PINTO COELHO JÚNIOR

Danilo de Castro

Maria Coeli Simões Pires

Renata Maria Paes de Vilhena

Adriano Magalhães Chaves

ANEXO VI

PORTARIA IEF Nº 68, DE 12 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre a criação do Conselho Consultivo APA do Alto do Mucuri.
(Publicação – Diário do Executivo – “Minas Gerais” – 13/07/2017)

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 9º do Decreto nº 45.834, de 22 de dezembro de 2011, e com respaldo na Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, fundamentado na Lei nº 2.606, de 5 de janeiro de 1962, Lei nº 8.666, de 21 de setembro de 1984, Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, Lei Estadual 21.972, de 21 de janeiro de 2016, Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002. ^{2[1]} ^{3[2]} ^{4[3]} ^{5[4]} ^{6[5]}

RESOLVE:

Art. 1º - Criar o Conselho Consultivo da área de Proteção Ambiental - APA do Alto do Mucuri.

Art. 2º - O Conselho Consultivo da APA do Alto do Mucuri será composto por 17 (dezessete) membros titulares e 17 (dezessete) suplentes, indicados por Órgãos Governamentais, bem como por entidades pertencentes à sociedade civil organizada, cujos nomes constarão da ata de posse do referido Conselho, constituído por:

a) 08 (Oito) representantes de Órgãos Públicos Ambientais das esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo 04 (Quatro) titulares e 04 (Quatro) suplentes;

1ª vaga: Titular: FUNAI – Fundação Nacional do Índio, representada por Irislene Rocha dos Santos.

Suplente: Prefeitura Municipal de Itaipé, representada por Adeilson Ferreira de Souza.

2ª vaga: Titular: Prefeitura Municipal de Caraiá, representada por Andercilia Pereira Ribeiro.

Suplente: Prefeitura Municipal de Poté, representada por Adilson Vieira Gomes.

3ª vaga: Titular: Prefeitura Municipal de Malacacheta, representada por Amanda Coimbra Nascimento.

Suplente: Prefeitura Municipal de Malacacheta, representada por Talles Ferreira da Silva.

4ª vaga: Titular: Prefeitura Municipal de Ladainha, representada por Ocirema Schirmeer Neves.

Suplente: Prefeitura Municipal de Ladainha, representada por Edvan Lopes Lima.

b) 04 (Quatro) representantes das Secretarias de Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Minas Gerais, sendo 02 (Dois) titulares e 02 (Dois) suplentes;

1ª vaga: Titular: Polícia Militar de Minas Gerais, representada por Sub-Tenente PM Gláucio Costa Xavier.

Suplente: Polícia Militar de Minas Gerais, representada por Sargento PM Elismar Emburana.

2ª vaga: Titular: Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, representada por Tenente Radamés Lucas Lopes de Oliveira.

Suplente: Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, representada por Tenente Sérgio Gonçalves de Lima.

c) 02 (Dois) representantes de sindicato(s) de trabalhadores rurais e/ou urbanos atuantes na região abrangida pela unidade de Conservação, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente;

^{2[1]} [Decreto nº 45.834, de 22 de dezembro de 2011](#)

^{3[2]} [Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013](#)

^{4[3]} [Lei Estadual nº 21.972 de 21 de janeiro de 2016](#)

^{5[4]} [Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000](#)

^{6[5]} [Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002](#)

Titular: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni, representado por José Wilmar Ferreira de Carvalho.

Suplente: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni, representado por Luzinete dos Santos Rodrigues

d) 02 (Dois) representantes de sindicato(s) de produtores rurais atuante(s) na região abrangida pela unidade de Conservação, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente;

Titular: Sindicato dos Produtores Rurais de Teófilo Otoni, representado por Natalino Bonfim dos Santos Filho.

Suplente: Sindicato dos Produtores Rurais de Teófilo Otoni, representado por Leonardo Godinho Santos.

e) 02 (Dois) representantes de Comitê(s) de Bacia Hidrográfica atuantes na região abrangida pela Unidade de Conservação, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente;

Titular: Alexandre Duran Matos.

Suplente: Lucimar Aparecida Souza.

f) 02(Dois) representante(s) de comunidade(s) científica(s) comprovadamente atuante(s) na área da Unidade de Conservação, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente;

Titular: UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, representada por Alide Altivo Gomes

Suplente: UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, representada por Tiago Domingos Mouzinho Barbosa.

g) 02 (Dois) representantes de organizações(s) não governamentais ambientalistas comprovadamente atuantes na área da Unidade de Conservação, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente;

Titular: Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri, representado por Alice Lorentz de Faria Godinho.

Suplente: Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri, representado por Mayne Luisa Silva Veronesi.

h) 04 (Quatro) representantes de Associações de moradores da unidade de Conservação, sendo 02 (Dois) titulares e 02 (Dois) suplentes;

1ª vaga: Titular: APIALTO – Associação Apícola do Alto Mucuri, representada por Ubirajara Cloves Ferreira.

Suplente: APIALTO – Associação Apícola do Alto Mucuri, representada por Norberto Buller.

2ª vaga: Titular: CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Malacacheta representada por José Carlos Gonçalves Azevedo.

Suplente: CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Itaipé, representada por José Guilherme Teixeira.

i) 02 (Dois) representantes do setor privado comprovadamente atuantes na área de abrangência da Unidade de Conservação, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente;

Titular: SEST SENAT, representada por Ismael Seixas Fraga.

Suplente: SEST SENAT, representada por Ana Paula Dias Rodrigues.

j) 02 (Dois) representantes de instituição de ensino pública ou privada, com atuação na área de abrangência da unidade de Conservação, sendo 01 (um) titular e 01 (um) suplente;

Titular: Secretaria Municipal de Educação de Teófilo Otoni, representada por Sílvia do Socorro Antunes Tomich

Suplente: Secretaria Municipal de Educação de Teófilo Otoni, representada por Mônica Porto de Brito

k) 04 (Quatro) representantes de empresas públicas e/ou de concessionárias de serviços públicos ou de sociedades de economia mista ou, ainda, de órgãos públicos afins aos objetivos da Unidade de Conservação com atuação comprovada na área de abrangência da Unidade de Conservação, sendo 02 (Dois) titulares e 02 (Dois) suplentes;

1ª vaga: Titular: EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, representada por Cláudio Celso Soares.

Suplente: IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária, representado por Jaeder Lopes Vieira.

2ª vaga: Titular: COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais, representada por Ramon Queiroz Batista.

Suplente: COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais, representada por, Alisson Bragança Silva.

§1º A Presidência do Conselho Consultivo da APA do Alto do Mucuri, no Estado de Minas Gerais, será exercida pelo Gerente da Unidade de Conservação, que dará posse aos membros do referido Conselho.

§2º Na ausência do Presidente do Conselho, o seu Suplente será o representante do Instituto Estadual de Florestas do Conselho Consultivo que o substituirá, assumindo todas as obrigações atinentes à Presidência do Conselho.

§3º O mandato dos membros do Conselho Consultivo será de 02 (dois) anos, na forma prevista no regimento interno.

§4º Os membros do conselho não poderão receber remuneração de qualquer espécie pelo exercício das funções inerentes ao cargo.

Art. 3º - As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento Conselho Consultivo da APA do Alto do Mucuri serão fixados em Regimento Interno, que deverá ser elaborado no prazo de 90 (noventa) dias, contados na data de publicação desta portaria, prorrogável por igual período, se necessário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 12 de julho de 2017; 229º da Inconfidência Mineira e 196º da Independência do Brasil.

João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento
Diretor Geral

ANEXO VII**PORTARIA Nº 76 DE 15 DE JULHO DE 2014.**

Dispõe sobre a criação do Conselho Consultivo da área de Proteção Ambiental - APA do Alto do Mucuri.

(Publicação – Diário do Executivo – “Minas Gerais” – 18/07/2014)

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso i do art . 9º do Decreto Estadual nº 45 .834, de 22 de dezembro de 2011, e com respaldo na Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, fundamentado na Lei Estadual nº 2 .606, de 5 de janeiro de 1962, alterada pela Lei Estadual nº 8 .666, de 21 de setembro de 1984, Lei Estadual nº 20 .922, de 16 de outubro de 2013, Decreto Estadual nº 45 .397, de 14 de junho de 2010; Decreto Estadual nº 45 .472, de 21 de setembro de 2010, com base na Lei Federal nº 9 .985, de 18 de julho de 2000, Decreto Federal nº. 4 .340, de 22 de agosto de 2002, Lei Estadual nº 20 .922, de 16 de outubro de 2013.

RESOLVE:

Art . 1º- Criar o Conselho Consultivo da área de Proteção Ambiental - APA do Alto do Mucuri.
Art . 2º - O Conselho Consultivo da APA do Alto do Mucuri será composto por 19 (dezenove) membros titulares e 19 (dezenove) suplentes, indicados por Órgãos Governamentais, bem como por entidades pertencentes à sociedade civil organizada, cujos nomes constarão da ata de posse do referido Conselho, constituído por:

a) 08 (Oito) representantes de Órgãos Públicos Ambientais das esferas Federal, Estadual e Municipal, sendo 04 (Quatro) titulares e 04 (Quatro) suplentes;

1ª vaga: Titular: Prefeitura Municipal de Poté, representada por Namir Mahmed Luar

Suplente: Prefeitura Municipal de Caraí, representada por Alessandro Silva Lima

2ª vaga: Titular: CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Catuji, representado por Miguel Ferreira de Moraes

Suplente: CODERSAM - Conselho de Desenvolvimento Rural de Santo Antônio do Mucuri, do Município de Malacacheta, representado por João Maria Duarte Pires

3ª vaga: Titular: CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Novo Cruzeiro, representado por Edmilson Teixeira Ramalho .

Suplente: Conselho de Desenvolvimento Rural de Forrados de Malacacheta, representado por Felipe Freitas

4ª vaga: Titular: Prefeitura Municipal de Itaipé, representada por José Geraldo Ferreira Ramos

Suplente: Prefeitura Municipal de Catuji, representada por Mardem Ribeiro Santos

b) 02 (Dois) representantes das Secretarias de Segurança Pública e Defesa Social do Estado de Minas Gerais, sendo 01 (Um) titular e 01 (Um) suplente; Titular: Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais, representado por Sérgio Gonçalves Lima .

Suplente: Polícia Militar de Minas Gerais, representado por Gláucio Costa Xavier

c) 02 (Dois) representantes de sindicato(s) de trabalhadores rurais e/ou urbanos atuantes na região abrangida pela Unidade de Conservação, sendo 01 (Um) titular e 01 (Um) suplente;

Titular: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teófilo Otoni, representado por Luzinete dos Santos Rodrigues

Suplente: Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de itaipé, representado por Joaquim Luiz dos Santos

d) 02 (Dois) representantes de sindicato(s) de produtores rurais atuante(s) na região abrangida pela Unidade de Conservação, sendo 01 (Um) titular e 01 (Um) suplente;

Titular: Prefeitura Municipal de Malacacheta, representada por Rodnei Aparecido Vieira da Costa

Suplente: Prefeitura municipal de Novo Cruzeiro, representada por Omar Alves Costa e) 02 (Dois) representantes de Comitê(s) de Bacia Hidrográfica atuantes na região abrangida pela Unidade de Conservação, sendo 01 (Um) titular e 01 (Um) suplente;

Titular: CODEMA – Conselho Municipal, Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente do município de Teófilo Otoni, representado por Carlos Alberto Liesner

Suplente: CODEMA – Conselho Municipal, Defesa e Desenvolvimento do Meio Ambiente do município de Teófilo Otoni, representado por Reisvelt Tomich Teixeira

f) 02 (Dois) representante(s) de comunidade(s) científica(s) comprovadamente atuante(s) na área da Unidade de Conservação, sendo 01 (Um) titular e 01 (Um) suplente;

Titular: Faculdade Presidente Antônio Carlos do município de Teófilo Otoni, representada por Alexandre Duran Matos

Suplente: Faculdade Presidente Antônio Carlos do município de Teófilo Otoni, representada por Braz Batista Pereira Neto

g) 02 (Dois) representantes de organizações (s) não governamentais ambientalistas comprovadamente atuantes na área da Unidade de Conservação, sendo 01 (Um) titular e 01 (Um) suplente;

Titular: Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri, representado por Alice Lorentz de Faria Godinho

Suplente: Movimento Pró-Rio Todos os Santos e Mucuri, representado por Juliana de Souza Bonfim

h) 08 (Oito) representantes de Associações de moradores da Unidade de Conservação, sendo 04 (Quatro) titulares e 04 (Quatro) suplentes;

1ª vaga: Titular: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego de Santa Bárbara do município de Catuji, representada por José Maria Ferreira dos Santos

Suplente: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego de Santa Bárbara do Município de Catuji, Pereira representada por Francisco Almeida

2ª vaga: Titular: Associação dos Pequenos Produtores Rurais Ribeirão Santa Cruz do município de Poté, representada por Odilma França Gomes

Suplente: Associação dos Pequenos Produtores Rurais de água Limpa do município de Poté, representada por Almir Nogueira Colen

3ª vaga: Titular: AAFiTA – Associação dos Agricultores Familiares do município de itaipé, representada por José Guilherme Teixeira

Suplente: APRUCOL – Associação dos Produtores Rurais do Córrego da Lama do município de Malacacheta, representada por Lourival Rodrigues Fernandes

4ª vaga: Titular: Associação da Comunidade Deodato Saldanha de Ladainha, representada por Edmar Aparecido Pereira

Suplente: Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Peixe Cru do município de Ladainha, representada por Gilberto Azevedo Lima

i) 02 (Dois) representantes do setor privado comprovadamente atuantes na área de abrangência da Unidade de Conservação, sendo 01 (Um) titular e 01 (Um) suplente;

Titular: Associação Educacional Evangélica Luterana, representada por Rosilene Schultz

Suplente: SINDICOMÉRCIO – Sindicato do Comércio do município de Teófilo Otoni, representado por Iesser Anis Lauer

j) 02 (Dois) representantes de instituição de ensino superior, pública ou privada, com atuação na área de abrangência da Unidade de Conservação, sendo 01 (Um) titular e 01 (Um) suplente;

Titular: Faculdade Presidente Antônio Carlos do município de Teófilo Otoni, representada por Márcio Schuber Ferreira Figueiredo

Suplente: Faculdade Presidente Antônio Carlos do município de Teófilo Otoni, representada por Henrique Starick

k) 04 (Quatro) representantes de empresas públicas e/ou de concessionárias de serviços públicos ou de sociedades de economia mista ou, ainda, de órgãos públicos afins aos objetivos da Unidade de Conservação com atuação comprovada na área de abrangência da Unidade de Conservação, sendo 02 (Dois) titulares e 02 (Dois) suplentes;

1ª vaga: Titular: EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, representada por Cid Glauco de Almeida Silva

Suplente: EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, representada por katya Luisa Ramos Louzada Ribeiro

2ª vaga: Titular: iMA – instituto Mineiro de Agropecuária, representado por Rodrigo Correa de Andrade

Suplente: IMA – instituto Mineiro de Agropecuária, representado por Valdomiro Jardim de Oliveira

l) 02 (Dois) representantes de associações, cujo objetivo seja afim à Unidade de Conservação com atuação comprovada na área de abrangência da Unidade de Conservação, sendo 01 (Um) titular e 01 (Um) suplente;

Titular: APIALTO – Associação Apícola do Alto Mucuri de Poté, representado por Ubirajara Clovis Ferreira

Suplente: Associação dos Apicultores de itaipé, representado por Marques Antônio Rodrigues Sena

§ 1º A Presidência do Conselho Consultivo da APA do Alto do Mucuri, no Estado de Minas Gerais, será exercida pelo Gerente da Unidade de Conservação, que dará posse aos membros do referido Conselho.

§ 2º Na ausência do Presidente do Conselho, o seu Suplente será o representante do Instituto Estadual de Florestas do Conselho Consultivo que o substituirá, assumindo todas as obrigações atinentes à Presidência do Conselho.

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Consultivo será de 02 (dois) anos, na forma prevista no regimento interno.

§ 4º Os membros do conselho não poderão receber remuneração de qualquer espécie pelo exercício das funções inerentes ao cargo.

Art. 3º As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento Conselho Consultivo da APA do Alto do Mucuri serão fixados em Regimento interno, que deverá ser elaborado no prazo de 90 (noventa) dias, contados na data de publicação desta portaria, prorrogável por igual período, se necessário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, aos 15 de julho de 2014, 226º da Inconfidência Mineira e 193º da Independência do Brasil.

(a) Bertholdino Apolônio Teixeira Junior - Diretor Geral

O Diretor Geral do Instituto Estadual de Florestas justifica, nos termos do parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 44.485, de 14 de março de 2007, a atribuição da gratificação temporária estratégica:

Nome	Masp	Nível	Justificativa	Projeto/Atividade
Juliana Costa Chaves	1.146.889-9	GTEI-4	A servidora é responsável pela gestão, coordenação e acompanhamento dos programas e demandas envolvidas no Projeto Estruturador Conservação do Cerrado e Recuperação da Mata Atlântica, de grande complexidade, tendo em vista o monitoramento dos prazos, atingimento das metas propostas e elaboração de relatórios.	Acompanhamento das atividades do Projeto Estruturador (Relatório de cumprimento de prazos).
Talita Camille da Silva Raminho	1.330.521-4	GTEI-3	A servidora é responsável pela coordenação das atividades que envolvam análise jurídica dos processos de ampliação das áreas de cobertura vegetal nativa e recuperação de áreas degradadas visando o uso sustentável das espécies madeireiras, no âmbito da unidade regional Alto Médio São Francisco.	Ampliação das Áreas de Vegetação Nativa e Recuperação de Áreas Degradadas.
Carlos José Andrade Silveira	1.146.880-8	GTEI-4	O servidor é responsável pela gestão de programas de incentivo à geração de valores dos serviços ambientais prestados pelas propriedades rurais do estado de Minas Gerais, buscando identificar alternativas para pagamento desses serviços, contribuindo assim para a manutenção e ampliação da Cobertura Vegetal Nativa.	Ampliação da base florestal produtiva e promoção do desenvolvimento tecnológico da silvicultura.

REMOVE “EX-OFFICIO”, nos termos do art . 80, da Lei nº 869, de 05/07/52, os servidores:
Masp 1 .151 .722-4, JÚLIA CECÍLIA MARTINS BRAGA, ocupante do cargo efetivo de Analista Ambiental, do Escritório Regional Sul para o Escritório Regional Centro-Sul;

Masp 1 .148 .046-4, RODRIGO MARTINS GOULART, ocupante do cargo efetivo de Analista Ambiental, do Escritório Regional Centro-Oeste para o Escritório Regional Sul.

DESIGNA, de acordo com o artigo 23 da Lei Estadual n .º 10 .850, de 04 de agosto de 1992, para a coordenação de atividades técnicas descentralizadas em nível local, assegurando a percepção da gratificação correspondente a 20% (vinte por cento) da remuneração auferida em virtude do cargo efetivo, ao servidor: Masp 949 .186-1, RINALDO JOSÉ DE SOUZA, Analista Ambiental i-D, para a coordenação de áreas Protegidas do Escritório Regional Centro-Norte .